



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ MARIA REIS E SOUZA JUNIOR

**A NATUREZA DO TURISMO E O TURISMO DE NATUREZA NA AMAZÔNIA:
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TERRITORIALIDADES DE
CARUARU, ILHA DE MOSQUEIRO, PARÁ.**

**Belém-Pará
2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ MARIA REIS E SOUZA JUNIOR

**A NATUREZA DO TURISMO E O TURISMO DE NATUREZA NA AMAZÔNIA:
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TERRITORIALIDADES DE
CARUARU, ILHA DE MOSQUEIRO, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação da Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares.

**Belém-Pará
2012**

JOSÉ MARIA REIS E SOUZA JUNIOR

**A NATUREZA DO TURISMO E O TURISMO DE NATUREZA NA AMAZÔNIA:
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TERRITORIALIDADES DE
CARUARU, ILHA DE MOSQUEIRO, PARÁ**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Data de Aprovação: 27 de setembro de 2012.

Banca Examinadora:

Prof.a Dra. Maria Goretti da Costa Tavares.
(Orientadora/Presidente da Banca – PPGeo/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Márcia Aparecida da Silva Pimentel
(Examinadora Interna – PPGeo/UFPA)

Prof.a Dr.^a Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano
(Examinadora Externa – PROPGeo/UECE)

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
(Suplente - PPGDSTU/NAEA/UFPA)

**Belém-Pará
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA

Souza Júnior, José Maria Reis e

A Natureza do turismo e o turismo de natureza na Amazônia : ecoturismo de base comunitária e territorialidades da comunidade de Caruaru, Ilha de Mosqueiro, Pará. — 2012

Orientador: Maria Goretti da Costa Tavares

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Ecoturismo – Caruaru, Mosqueiro, Ilha do (PA). 2. Programa de Regionalização do Turismo. 3. Territorialidade humana. I. Título.

CDD - 22. ed. 338.47918115

À minha mãe, Creuza de Araújo Souza e
ao meu pai, José Maria Reis e Souza (*in
memorian*); pessoas que me fizeram
gente, pessoa, cidadão.

Agradecimentos

Agradeço, primordialmente, a Força Divina pelo impulso da vida.

À minha orientadora Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares pelas orientações, paciência e atenção, sempre incondicionais e compreensivas, mas rigorosas e criteriosas;

À Coordenação e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PGEO/UFPA pelos ensinamentos, confiança e respeito que são mútuos;

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA pela concessão de bolsa pesquisa que foi de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho;

Aos colegas da turma de 2010 do Mestrado em Geografia – UFPA pelos debates em sala de aula e pelo companheirismo;

Ao prof. Silvio Figueiredo pelas referências acadêmicas e orientações, mesmo que indiretas, mas de grande valia para este trabalho;

Às pessoas que hoje dão sentido a vida, e não obstante, a este trabalho, Adele Teixeira dos Santos e Gabriel Vinícius Santos e Souza pela compreensão e amor;

À minha mãe, Creuza de Araújo Souza, marco de justiça e amor em minha vida;

Ao meu pai, José Maria Reis e Souza, referência de valores, direitos e deveres;

À minhas irmãs Carla de Araújo Reis e Souza e Creuza de Araújo Reis e Souza pelo apoio e carinho que são recíprocos;

Aos moradores da comunidade de Caruaru, ilha do Mosqueiro, amigos cativados com muito respeito e confiança; amizade que levarem até o fim de minha existência, em especial a Rose e Beto Araújo Fróes que sempre me acolheram com muita hospitalidade;

Aos amigos Nonato do Sítio Pratiqara pelas conversas e recepção em seu restaurante, momentos que foram muitíssimos importantes para a pesquisa, mas também, em alguns momentos, para o ócio criativo e “desestresse” do trabalho; e

Ao amigo Marcinho da Moca pelo apoio no transporte na ilha do Mosqueiro, mas também pelo companheirismo durante as viagens de pesquisa.

“O Turismo surgiu para ajudar a responder as crises da acumulação global e à ampliação da acumulação capitalista, envolvendo diretamente Estado e mercado, mas aos poucos, a sociedade civil foi descobrindo formas de economicamente dele beneficiar-se”.

*Profa. Dra. Luzia Neide Menezes
Teixeira Coriolano – UECE.*

RESUMO

Esta dissertação analisa a natureza do turismo fomentado no Polo Turístico de Belém, buscando identificar os limites e as possibilidades de desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária na comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro, Pará. Para analisar o espaço fez-se uma análise crítica sobre a implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), assim como do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDTPA), e da participação do Fórum de Desenvolvimento Turístico de Estado do Pará (Fomentur) no processo de gestão dessa política. Para identificar os limites e possibilidades de desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária no local acima referido, buscamos caracterizar as práticas territoriais e as territorialidades advindas do processo de turistificação da comunidade. Pretende-se assim, confirmar que a natureza do turismo fomentado no Polo Turístico de Belém é expressamente massivo e seletivo de territórios e de beneficiados, e que isso constitui um limite para o desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária no local pesquisado, a comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro, contribuindo assim, com a sua melhoria de qualidade de vida.

Palavras-chaves: Ecoturismo de Base Comunitária, Programa de Regionalização do Turismo, Território, Territorialidades, ilha de Mosqueiro.

ABSTRACT

This essay examines the nature of tourism promoted in Polo Tour of Bethlehem, seeking to identify the limits and possibilities of development of Community Based Ecotourism in community Caruaru Mosqueiro Island, Pará. To analyze the countryside became a critical analysis on the implementation of the Tourism Regionalization Program (TRP) and the Tourism Development Plan of the State of Pará (PDTPA), and the participation of Tourism Development Forum of Pará (Fomentur) in the management process of this policy. To identify the limits and possibilities of development of Community Based Ecotourism at the site above, we seek to characterize the territorial practices and territoriality resulting from the process of tourism activities in the community. This is to confirm that the nature of promoted tourism in Bethlehem Polo Tour is expressly massive and selective territories and benefit, and that is a limit to the development of Community-Based Ecotourism in the place searched, the community Caruaru , Isle of Mosqueiro, thus contributing to the improvement of their quality of life.

Key-words: Ecotourism, Community-Based, Tourism Regionalization Program, Territory, Territorialities island of Mosqueiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADMOS – Agência Administrativa de Mosqueiro
ASMUPESQ – Associação de Mulheres da Praia do Pesqueiro
ASPAC – Associação para a Preservação Ambiental e Cultural de Silves
AUREMAG – Associação de Usuários da Reserva Extrativista de Mãe Grande de Curuçá
BELEMTUR – Coordenadoria Municipal de Turismo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde
EBC – Ecoturismo de base Comunitária
ECOT - Ecumenical Coalition on Tourism
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
ENTBL – Encontro Nacional de Turismo de base Local
FSM – Fórum Social Mundial
FUNVERDE – Fundação de Parques e Áreas Verdes de Belém
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará.
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMT – Organização Mundial do Turismo
OnG – Organização não-Governamental
PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PMB – Prefeitura Municipal de Belém
PMIM – Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro
PNT – Plano Nacional de Turismo
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
PSA – Projeto Saúde e Alegria
RESEX – Reserva Extrativista

SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEPOF – Secretaria de Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOMA – Associação Marajoara de Artes

TBC – Turismo de base Comunitária

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário

TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UC – Unidade de Conservação

VEM – projeto Viagem Encontrando o Marajó

WWF-Brasil – Word Wildlife Foudation – Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Encerramento do I Fórum Global sobre Turismo Sustentável – FSM AMAZÔNIA 2009	31
Figura 02: Representante do Quênia fazendo sua apresentação no I Fórum Global sobre Turismo Sustentável – FSM AMAZÔNIA 2009	32
Figura 03: Vista da Prainha do Canto Verde, CE	34
Figura 04: Rua principal da Vila do Pesqueiro	46
Figura 05: Praia da Vila do Pesqueiro	46
Figura 06: Caminhada na Trilha Olhos D’água com alunos e alunas do Programa Primeiro Emprego. Aula de campo, 2007	50
Figura 07: Momento de interpretação ambiental na Trilha Olhos D’água, com a contribuição de um aluno do Programa Primeiro Emprego. Aula de campo, 2007	51
Figura 08: Polos Turísticos do Estado do Pará	76
Figura 09: Polo Turístico de Belém	76
Figura 10: Imagem cartográfica da região Metropolitana de Belém, destacando a Ilha de Mosqueiro	90
Figura 11: Procissão caminhada de Santa Rosa de Lima chegando ao Porto do Pelé	99
Figura 12: Procissão Fluvial de Santa Rosa de Lima	99
Figura 13: Artesanato do tipo biojoias da comunidade de Caruaru	100
Figura 14: artesã de Caruaru, demonstrando a “varinha do amor	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tipos de Regionalização	58
Quadro 02: Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais	59
Quadro 03: Componentes do espaço turístico proposto por Roberto Boullon	61
Quadro 04: Regiões Indutoras de Turismo, Roteiros, Municípios e Segmentos Turísticos do Estado do Pará	74
Quadro 05: Perfil de entrevistados	93

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO..... 14

1 ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL 20

1.1 Fundamentos Teóricos-conceituais 21

1.2 Experiências de Ecoturismo de base Comunitária no Brasil 29

1.2.1 Prainha do Canto Verde 33

1.2.2 Silves – AM 36

1.2.3 Curuçá – PA 38

1.2.4 Tapajós – PA 41

1.2.5 Ilha do Marajó – PA 44

1.2.6 Ilha do Mosqueiro – PA 48

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PARÁ: A NATUREZA DO TURISMO NO PÓLO TURÍSTICO DE BELÉM 53

2.1 As abordagens dos conceitos de Território, Territorialidade e Regionalização..... 54

2.2 A natureza do Turismo: viagem, fenômeno social, território e territorialidades 63

2.3 O Programa de Regionalização do Turismo – PRT/ Mtur e sua implementação no Pólo Turístico de Belém – PA 71

3 LIMITES E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE CARUARU, ILHA DE MOSQUEIRO – PA..... 80

3.1 Belém: A formação territorial da Capital do Estado do Pará..... 80

3.2 Contribuição à formação histórico-territorial da ilha de Mosqueiro: caracterizando o *locus* de pesquisa 87

3.3 A comunidade de Caruaru, suas práticas territoriais e sua inserção no turismo..... 92

3.3.1 Localização 94

3.3.2 Aspectos Socioambientais..... 94

3.4 Limites e Possibilidades do Ecoturismo de Base Comunitária na comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro 105

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

REFERÊNCIAS 116

APÊNDICES 125

INTRODUÇÃO

O Turismo que surge enquanto atividade eminentemente econômica (com a organização de viagens, pacotes turísticos e traslados, instalações hoteleiras, e etc.) e se consolida como atividade característica da sociedade pós-industrial, dotada de grande complexidade, e que teve o último século como período de maior desenvolvimento, deixando-se entrar somente por ocasião das duas grandes guerras mundiais; toma ares de fenômeno social (com fortes repercussões na dinâmica socioespacial), notadamente, a partir da década de 1950.

Com efeito, percebemos que o território e as territorialidades geradas pela apropriação turística sobre e/ou a partir desses, são cada mais evidentes e promotoras de transformações no espaço geográfico que precisam ser avaliadas considerando-se suas especificidades sócio-espaciais.

Desde 2004 o Ministério do Turismo, por meio do Programa de Regionalização do Turismo, procura estruturar, ordenar e diversificar a oferta turística no País, sendo este programa a base territorial do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, tendo como uma de suas metas “estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional” (BRASIL/MTUR, 2004).

Belém, a capital do Estado do Pará, é uma dessas 65 localidades eleitas como potenciais para serem estruturadas como destinação turística prioritária para investimentos públicos e privados a fim de alcançarem um padrão que atenda às necessidades dos exigentes turistas estrangeiros. Os seguimentos apontados com maior potencialidade são o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo náutico e o turismo de negócios e eventos, sendo este último, contraditoriamente, apontado como prioritário, desconsiderando-se todo o patrimônio natural e cultural da região insular da capital paraense. Assim, a primeira vista, nos parece que a população civil do município, sobretudo, dos moradores da porção insular, como a ilha de Mosqueiro, passa ao largo destas decisões.

A ilha de Mosqueiro tem passado, historicamente, por vários processos de uso e ocupação de seu território, gerando múltiplas territorialidades, desde ser Distrito da Freguesia de Benfica pelos idos do século XIX, quando já era tida como refúgio da elite belenense para seu deleite e lazer junto a natureza, passando pelo período da *Belle Epoque*, até os dias atuais quando a ilha padece dos impactos sócio-ambientais gerados e/ou intensificados pelo turismo

de massa, e de segunda residência nos períodos de veraneio (NÓBREGA, 2007). Dista do centro de Belém 77 km e seu principal e mais usual acesso é por via rodoviária por meio da BR 316, e em seguida pela PA 391. A travessia é feita pela ponte Sebastião R. de Oliveira com aproximadamente 1.457 m sobre o Furo das Marinhas.

Contudo, ainda “hiberna” na ilha um forte potencial natural e cultural que pode ser dinamizado, tais como o Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro – PMIM. O PMIM tem aproximadamente 190 ha., apresentando registros preliminares de ocorrências de 29 espécies de mamíferos, 35 espécies de aves, 05 espécies de lagartos, 08 espécies de serpentes e 09 espécies de anfíbios para o local. Quanto aos fito-ecossistemas podemos identificar: floresta de várzea com presença de palmeiras, floresta de várzea com predominância de espécies de mangue, floresta secundária aluvial, floresta de maré com presença de lianas, floresta de terra firme com cipó e floresta secundária de terra firme; porém sua criação se justifica principalmente pela proteção aos mananciais do rio Murubira e dos igarapés do Cajueiro e Carananduba, que servem à população da ilha (PMB, 1998).

No entorno do parque existem 6 comunidades ribeirinhas (Castanhal do Mari-Mari, Caruaru, Itapiapanema, Espírito Santo, Tabatinga e Tucumandeu). Duas dessas, as comunidades de Caruaru e Castanhal do Mari-Mari tiveram uma experiência de prática ecoturística com o projeto Trilhas Olhos D’água realizado pela Companhia de Turismo de Belém – BELEMTUR (hoje, Coordenadoria de Turismo de Belém – BELEMTUR) entre os anos de 1999 e 2003. Desta experiência, a comunidade de Caruaru soube aproveitar a oportunidade e manter o turismo e lazer como uma atividade econômica para si, contudo, mantendo poucas referências da filosofia e das diretrizes do projeto que tinha como orientação o Ecoturismo, por admitirem que ainda têm limites e desafios, de diversas ordens (organizacional, mercadológica, infraestrutural, e etc) que precisam ser superados, contudo, percebem nesta modalidade de prática turística, grandes possibilidades para o desenvolvimento local da comunidade.

Dada a distorções na aplicabilidade do conceito de Ecoturismo em vários lugares do Brasil e do mundo (o conceito tem sido associado, por exemplo, a grandes empreendimentos como os *jungles hotels e lodges* que não aplicam as diretrizes de efetiva participação comunitária e sustentabilidade socioambiental), tornando o conceito uma mera marca ou estratégia de marketing, começou-se a desenhar um novo conceito em que tais diretrizes fossem melhor aplicadas. Dessa forma, ancorado no emergente conceito de Turismo Comunitário, a WWF-Brasil propôs que o Ecoturismo de base Comunitária seria “o turismo em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios

predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade”. (WWF-Brasil, 2003).

A Política Nacional de Turismo, expressa no Plano Nacional de Turismo – PNT (versões 2003 – 2006 e 2007 – 2010), tem dentre seus 8 (oito) macroprogramas estruturantes o Programa de Regionalização do Turismo, contudo, este assume um papel estratégico no planejamento e gestão da atividade turística no país. Segundo o PNT, o Programa de Regionalização do Turismo – PRT cumpre o papel de ser a base de planejamento territorial do turismo no Brasil. Isso significa dizer que por meio do PRT, e de duas ações, serão definidos os territórios prioritários para o desenvolvimento turístico brasileiro. Critérios como de competitividade no mercado internacional, presença de infraestrutura básica e turística de qualidade e ser um núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos (BRASIL/MTUR, 2008. p. 14) são elencados e ressaltados como necessários de serem atendidos para que um município e/ou região (pois podem haver áreas contínuas, ou não, entre mais de um município) seja decretado como prioritário para o desenvolvimento turístico, e assim, estarem passíveis de serem classificados como região turística, integrada por um ou mais roteiros turísticos.

Assim, nessas linhas introdutórias torna-se evidente a relevância de uma abordagem territorial em Geografia para a compreensão dos mecanismos técnicos e político-institucionais de implementação do Programa de Regionalização do Turismo – PRT no pólo Turístico de Belém, a natureza do turismo que este programa está fomentando neste pólo, e, mais especificamente, os limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária contribuir para o desenvolvimento local da Comunidade de Caruaru na Ilha de Mosqueiro, a partir das territorialidades engendradas pela turistificação da comunidade e da natureza do turismo que está sendo praticado.

Diante do exposto, buscamos responder por meio do projeto de pesquisa “A Natureza do Turismo e o Turismo de Natureza na Amazônia: Ecoturismo de base Comunitária e Territorialidades da Comunidade de Caruaru, Ilha de Mosqueiro”, aos seguintes questionamentos:

- Quais os limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária em contribuir para o desenvolvimento local da Comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro?
- Qual a natureza da atividade turística promovida pelas políticas públicas setoriais de turismo, mais especificamente no que se refere ao Programa de Regionalização do Turismo desenvolvido no Pólo Turístico de Belém, ilha de Mosqueiro?

- Como se dá o processo de turistificação na comunidade de Caruaru, a partir das diversas territorialidades existentes e da natureza do turismo promovido na comunidade?

Para tanto, o projeto de pesquisa tem por objetivo analisar os limites e possibilidades para o desenvolvimento do Ecoturismo de base Comunitária na Comunidade do Caruaru, assim como caracterizar a natureza da atividade turística promovida pelo Programa de Regionalização de Turismo no Pólo Turístico de Belém; Compreender o processo de turistificação na comunidade de Caruaru, a partir das diversas territorialidades existentes e da natureza do turismo promovido na comunidade; e Identificar os limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária em contribuir para o desenvolvimento local da Comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro.

A metodologia de pesquisa adota um caráter qualitativo e apresenta os seguintes procedimentos estruturados em 04 etapas, a saber: Revisão bibliográfica e documental, em órgãos como PARATUR, BELEMTUR; SEGEP, SUDAM, dentre outros que julgarmos necessário ao longo da pesquisa; Entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves envolvidos, assim como, expedições in loco (comunidade de Caruaru) para observações sistemáticas (pesquisa de campo), estando essas entrevistas distribuídas da seguinte forma: 3 (três) moradores locais e 4 (quatro) turistas/visitantes, totalizando 07 (sete) entrevistados; Interpretação e avaliação crítica dos dados e informações levantadas; e Produção escrita, textualização acadêmica, geração de conhecimentos novos acerca da problemática abordada. Estes resultados finais estarão acrescidos de levantamentos fotográficos e de audiovisual da região.

É importante ressaltar que as entrevistas semiestruturadas foram utilizadas como ferramenta (junto com a observação sistemática) somente na pesquisa de campo na comunidade de Caruaru. A intenção foi de priorizar nas entrevistas, a coleta de impressões e informações daqueles que estão participando diretamente da atividade turística, ou seja, os moradores locais e os turistas e/ou visitantes.

Na abordagem sobre o Programa de Regionalização do Turismo – PRT optamos por fazê-la a partir de sua análise documental na íntegra; assim como, para corroborar com a análise, usamos outros documentos como o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, de relatórios de trabalho do Fórum de Desenvolvimento Turístico do Pará - FOMENTUR, como também participando de algumas reuniões deste Fórum, para observar, receber informes e registrar impressões.

A discussão e análise crítica da política de turismo e de sua natureza se dará a luz de obras e documentos como Arocena (1995), Boullon (1986), Brasil/MTUR (2004 e 2007),

Castro (2005), Coriolano (2003, 2005 e 2006), Figueiredo (1998 e 1999), Haesbaert (2005 e 2010), Hall (2001), Morin (2004), Nóbrega (2007), Paratur (2001), Santos (1998), Saquet (2007 e 2009), Silva (2003), Tavares, G. (2009), Teles (2006), Trindade; Tavares (2008), Zaoual (2009 e 2010), procedendo-se assim, ampla revisão bibliográfica e documental sobre políticas, programas e projetos de desenvolvimento turístico, nas esferas federal, estadual e municipal.

Para o desenvolvimento da pesquisa e produção textual foi de fundamental importância a análise documental, a partir de uma leitura crítica. Serão analisados documentos como: Brasil/Ministério do Turismo (2004); Brasil/Ministério do Turismo (2007); Brasil/Ministério do Turismo (2008); Paratur (2001); Sudam (1992); dentre outros

Faremos uso de uma abordagem territorial híbrida, processual e relacional (SAQUET, 2007) fundamentada em pressupostos do materialismo histórico e dialético como preconizados por Amin (1978), Lefebvre (2008), Lukács (1979) e Marcuse (1968), como também em obras de autores da Geografia Crítica e Geografia pós-moderna tais como Haesbaert (2005, 2006 e 2010), Santos (1998), Saquet (2007 e 2009), Souza (2005), e Spósito (2008).

Para tanto, a dissertação de mestrado está estruturada da seguinte forma: Introdução, que apresenta a problemática, os questionamentos, os objetivos e a metodologia que alicerça a pesquisa; Item 1 – Ecoturismo de base Comunitária: Perspectivas Conceituais e Experiências no Brasil, que faz uma discussão teórica sobre o Ecoturismo de base Comunitária (EBC), a partir de algumas abordagens conceituais, na tentativa de contribuir para a construção de um arcabouço teórico sobre o tema, e em seguida apresenta, a partir de nossa experiência profissional e acadêmica sobre o mesmo, algumas iniciativas de EBC no Brasil e na Amazônia; Item 2 – O Programa de Regionalização do Turismo no Estado do Pará: a natureza do turismo no Pólo Turístico de Belém, que faz uma análise da natureza do turismo implementado pela política setorial de turismo no Pólo Belém, a partir de uma abordagem territorial em Geografia, tendo por base o Programa de Regionalização do Turismo; e Item 3 – Limites e Possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária na Comunidade de Caruaru, Ilha de Mosqueiro – PA, que inicia com uma caracterização histórica, socioeconômica e ambiental de Belém, em seguida faz uma abordagem sobre a formação histórico-territorial da Ilha de Mosqueiro, contribuindo para caracterizar as diversas formas de territorialidades por qual passou a ilha ao longo de sua história, terminando com nosso foco sobre a comunidade de Caruaru, onde apresentaremos alguns aspectos que a caracterizam socioeconômico e

ambientalmente, para assim, percebermos as diversas práticas territoriais presente na comunidade. Isso nos será de grande valia quando buscaremos compreender o seu processo de turistificação e apontar os limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária na comunidade de Caruaru; por fim, as Considerações Finais, que apresenta os resultados finais da pesquisa, quando propomos uma metodologia de planejamento do desenvolvimento do Ecoturismo de base Comunitária para a Comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro, que poderá, salvo as especificidades endógenas de cada lugar, ser replicada na região amazônica.

1 ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

A crise do modelo utilitarista de desenvolvimento econômico, representada pela crise do regime de acumulação fordista do capital, em nível global, está na prática turística, representada pela crise do turismo massivo¹, ou como exprime Zaoual (2009), a crise do turismo fordista.

As críticas ao utilitarismo, base do paradigma econômico hegemônico, tem possibilitado outras perspectivas paradigmáticas² da ciência e do desenvolvimento, tais como os Sítios Simbólicos de Pertencimento.

Segundo o economista Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, “a utilidade não representa corretamente o bem estar” (Sen, 1993, apud ZAOUAL, 2010). Dessa forma, os Sítios Simbólicos de Pertencimento constitui-se em fundamentos teóricos e práticos alternativos aos paradigmas vigentes da economia dominante. Para isso, apoia-se nas teorias da proximidade e do território, e nas práticas da economia social e solidária, nos processos de desenvolvimento local e na interculturalidade.

Nesse contexto, de superação do turismo pós-industrial, surgem novas possibilidades de práticas turísticas que encontram lugar na teoria dos Sítios, tais como o Ecoturismo de base Comunitária. Mais do que possa parecer à longa distância do senso comum, fundamenta-se que o Ecoturismo de Base Comunitária tem características mais diversas e complexas, do que

¹ A natureza do turismo convencional e massivo será melhor abordado no Item 2, contudo fazemos aqui, a título de uma referência inicial, menção a algumas palavras de Jost Krippendorf em “Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens” sobre o turismo de massa: “Um crescente número de pessoas começa a se dar conta de que o sistema atual é inadequado. As carências que sentimos na vida cotidiana não podem ser compensadas em alguns breves instantes de liberdade, de lazer criativo, de felicidade e de livre disposição de si durante a folga de férias. As pessoas não se contentam mais com esse sucedâneo da liberdade, com essa vida feita de prazeres e prestações. Aberta ou secretamente, exigem um tempo para viver melhor [...]. Os ecologistas e os defensores do meio ambiente também desejam, por sua vez, que as coisas se modifiquem. Eles querem lutar contra esses devoradores de paisagens turísticas que ainda estão a solta por aí. Ele tentarão impedir, por exemplo, que um terço do volume construído das grandes cidades se reproduza no interior sob a forma de casas de campo, tal como foi profetizado. Eles querem pôr um fim ao desenvolvimento desenfreado da rede rodoviária que atende, sobretudo, às exigências do lazer [...]. Os habitantes das regiões visitadas começam também a sentir um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações tem cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. (KRIPPENDORF, 1989. pgs.20 – 21).

² Paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma Ciência. Uma investigação histórica cuidadosa num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação. Esses são os paradigmas da comunidade, revelados nos seus manuais, conferências e exercícios de laboratórios” (KHUN, 1975 *apud* LOUREIRO, 2011. pg. 54.).

a automática associação à preservação da natureza. Contudo, como está é uma atividade muito recente, e ainda carente de perspectivas conceituais e metodológicas, defendemos nesta pesquisa que esta prática tem a raiz de seus princípios no Ecoturismo, sua prática e estratégias de atividades seguem o padrão deste, e a nosso ver, caracterizam-se muito bem pelo conceito de Turismo Situado de Zaoual (2009 e 2010).

Dessa forma, buscamos apresentar e discutir alguns fundamentos teóricos-conceituais, com o intuito de contribuir para construção de um arcabouço teórico para o Ecoturismo de Base Comunitária (EBC), assim como, em seguida apresentamos algumas experiências de EBC, no Brasil e na região amazônica, na qual é possível perceber alguns desses fundamentos, corroborando assim, como nossos argumentos.

1.1 – Fundamentos Teóricos-conceituais

A crítica a moral utilitarista da economia, fundamento das relações de troca e da teoria de exploração, vigente na sociedade contemporânea, tem permitido outras formas de pensar e fazer socioeconomia. O economicismo que faz o elogio ao utilitarismo intrínseco a ciência econômica tradicional, que a aproxima das ciências físico-matemáticas, a distância da compreensão total do indivíduo, e de sua complexidade humana e social. Nesse sentido Zaoual (2010) alerta que essa economia é

incapaz de propôr conceitos universalmente indiscutíveis, tais como utilidade e bem-estar, sem considerar o contexto do agente econômico. Deste ponto de vista, os enunciados admitidos são desestabilizados no plano teórico pela relatividade dos contextos de ação. A naturalidade do raciocínio econômico encontra-se profundamente afetada. (ZAOUAL, 2010. pg. 15)

O problema do utilitarismo, como uma “visão deformadora da realidade”, é abordado com muita clareza por Sen quando constata “A informação contida em um número de utilidades – seja qual for sua tradução – é evidentemente muito limitada” (SEN, 1993 apud ZAOUAL, 2010, pg. 15).

A desconsideração de que a pluralidade e a complexidade humana, são de fato, muito mais amplas que os pressupostos do modelo utilitarista, que essa cosmovisão individualista que tende a levar as pessoas a “satisfação” e “bem-estar”, pressupostos da economia política hegemônica, são incapazes de conter a “incomensurabilidade” das relações individuais e coletivas, tem possibilitado razões teóricas e concretas no cotidiano para críticas à este

modelo. Críticas que levam Zaoual (2010) a afirmar

O utilitarismo tende a conduzir o mundo das ações dos indivíduos a um só denominador comum, o da utilidade (homogênea e mensurável). Ele ostenta assim, arbitrariamente, um mundo cujos elementos são supostamente divisíveis e, portanto, quantificáveis. (ZAOUAL, 2010. pg. 16)

Dessa forma, fica explícito que a “vida concreta” (ZAOUAL, 2009) que vivemos é alicerçada no utilitarismo, ou como já apontava Marx, K. e Engels, F. (1978) nas “relações de utilidade ou utilização”. Relações essas que os autores, em a “Ideologia Alemã”, já percebiam no cotidiano da *bourgeoisie* francesa antes mesmo da Revolução. Sobre a relação social de utilidade os autores percebem que

Esta transposição absurda e arbitrária, só deixa de o ser no momento em que as primeiras relações deixem de ter importância por si mesmas para os indivíduos, em que já não representam uma actividade espontânea passando a constituir uma máscara que esconde, não a categoria abstracta de utilização, mas sim um objectivo real, uma relação real, precisamente aquela que é designada por relação de utilidade. Este disfarce no plano da linguagem só tem sentido quando constitui a expressão consciente ou inconsciente de um disfarce real. No caso presente, a relação de utilidade tem um sentido bastante rigoroso, significa que eu tiro um proveito do mal que faço a um outro (exploitation de l'homme par l'homme); neste caso preciso, por outro lado, o proveito que eu tiro de uma relação é um elemento completamente estranho a esta relação, é aquilo que já encontramos mais atrás no capítulo “bens”: espera-se de toda a aptidão um produto que lhe é alheio, trata-se de uma relação determinada pelas condições sociais – e esta relação é precisamente uma relação de utilidade (MARX; ENGELS, 1978. pgs. 259 - 260)

Com isso, o conceito de *homo situs* proposto por Hassan Zaoual (ZAOUAL, 2010) vêm em contraposição ao *homo oeconomicus*, este indivíduo utilitarista e racionalizado da sociedade capitalista que vivemos³, e que, não obstante, também fundamenta as relações sociais e territoriais que produzem o turismo massivo.

Assim, o *homo situs*, é este “homem vivo e concreto”, cujo comportamento enraíza-se em um território em que a harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano.

³ O Capitalismo pode ser historicizado em 3 grandes períodos: 1º) A primeira fase da Revolução Industrial, que se inicia na segunda metade do século VXIII, com a invenção da máquina a vapor em 1750, que muda a forma de produzir e a organização do trabalho, e vai até 1900; 2º) O segundo período (ou segunda Revolução Industrial) que vai do início do século XX até a Segunda Guerra Mundial. Este período revoluciona os meios produção, insere novas formas de energia como o petróleo e a hidrelétrica, os meios transportes se desenvolvem, tais como os trens e posteriormente, os carros e aviões. As empresas adotam o Fordismo. (Uma particularidade é que o turismo surge de forma organizada nesse período); e 3º) O terceiro período chamado de Capitalismo Organizado, que se inicia com a Segunda Guerra Mundial e se estende até nossos dias. Marcos desse período são a criação do Fundo Monetário Internacional – FMI, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o *General Agreement on Tariffs and Trade – GATT* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Contudo, há os que dizem que já vivemos um quarto período, que se iniciou por volta da década de 70 do século passado, e tem sido chamado de diversas formas, tais como “Capitalismo Financeiro”, “Capitalismo Selvagem”, ou “Capitalismo Desorganizado”, tendo como características a superação do capital financeiro sobre o capital produtivo, o desenvolvimento de empresas transnacionais, avanços na medicina, biotecnologia e comunicações, o acirramento da Doutrina Neoliberal nos países da América Latina, dentre outras. (LOUREIRO, 2011. pgs. 66-67.).

O território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido, ante de tudo, como uma realidade viva, retirando todo o seu sentido do imaginário compartilhado pelos indivíduos socializados. O sítio é uma entidade invisível [...] (ZAOUAL, 2010, pg.24).

Essa noção de “invisibilidade” que caracteriza os Sítios, e que também caracteriza os “*llames* sociais que nos une” (J-P DUPUY, 1993 *apud* ZAOUAL, 2010) fica bem clara quando Zaoual (2010) explica que

o sítio é perceptível somente através dos rastros, freqüentemente fugidios, que ele deixa no mundo visível, aquele dos comportamentos dos seus partidários e em tudo o que os cerca e faz sua vida cotidiana, da cultura à arquitetura, passando pela economia de sua organização social. Em outros termos, os comportamentos dos indivíduos estão permanentemente em interação com o campo invisível que é o sítio. É ele quem os estabiliza no caos da ordem social (ZAOUAL, 2010, pg. 24).

A associação dos conceitos de Território (este abordaremos com mais precisão no Capítulo 2) e de Sítio torna-se mais real, enquanto teoria e prática, e a nosso ver possível de interpretar e conceber a realidade, propondo um “turismo situado de base comunitária”, quando Zaoual (2010) afirma

Como cosmovisão de mundo, o sítio marca profundamente os comportamentos individuais e coletivos que se observam no mundo real. A teoria do sítio confere singularidades a cada espaço vivido e cada situação. Em outros termos, o comportamento econômico, de acordo com o modelo do *homo situs*, é decifrável em toda a sua profundidade apenas se a pluralidade das motivações do agente e da dinâmica de seu sítio são consideradas (ZAOUAL, 2010, pg 25)

Contudo, o autor alerta que estas duas dimensões não são as mesmas, são distintas e não podem ser confundidas em uma dada realidade. Um território pode conter uma gama de sítios, e assim uma diversidade de formas de ver e produzir o território, a partir das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada pessoa ou grupos sociais.

[...] um território, sendo um sítio, é povoado de sítios entrelaçados e únicos, e assim por diante. Este processo se estende ao infinito e desvenda a grande relatividade de nossas representações e de nossas práticas, assim como a impotência das ciências compartimentadas da ideologia acadêmica, empobrecida pelo reducionismo. (ZAOUAL, 2009, pgs. 61 – 62).

Essa variedade de sítios, em um mesmo sítio, pode qualificar os atrativos, e assim, diversificar a oferta turística de um território, dependendo das motivações daqueles que produzem o turismo, sejam eles “visitantes” ou “visitados”. Assim, imbuídos desses pressupostos, torna-se possível nos aproximar de uma proposta de Turismo Situado de Base Comunitária. (BARTHOLO, 2009, ZAOUAL, 2009).

O Turismo de base Comunitária tem como componentes a oferta e a demanda turística (assim como qualquer tipo de turismo), contudo sua singularidade, esta na forma como estes elementos se configuram. O sentido de proximidade, o intercâmbio intercultural e a gestão compartilhada estão no bojo desta prática turística. A prestação de serviços turísticos são

eminentemente relacionais, entretanto, não necessariamente promovem o “encontro” entre as pessoas (“visitantes” e “visitados”), tal como temos visto nas críticas ao turismo massivo.

Sobre o sentido de proximidade, Bartholo (2009) expõe

Em síntese: para a compreensão de um sítio simbólico de pertencimento, noções meramente topológicas de uma métrica da distância são vazias de sentido. Aqui se faz vigente a possibilidade de se estar *perto do que é topologicamente distante e longe do que esta topologicamente próximo*. A intimidade não é redutível à métrica do cálculo aplicada ao espaço (metros) e ao tempo (horas), porque, para Zaoual e Heidegger, *o lugar da proximidade é o encontro face a face*, um acontecimento que habita dimensões meta-espaço-temporais. (grifos do autor). (BARTHULO, 2009.pg. 46)

Posto desta forma fica nítido que se colocam novos paradigmas a prática turística. Ora, como o turismo convencional e massivo, que prioriza a agregação de valores aos roteiros turísticos pela maior quantidade (e não pela qualidade) de atividades de lazer e serviços complementares, pode proporcionar ao turismo esse sentido de proximidade, de encontro?. Para melhor explicar essa negação ao sentido de proximidade, o autor recorre ao filósofo Martin Buber, dizendo que esta recusa se assemelha a uma recusa da relação Eu-Tu, onde tal negação assume dupla significação: não se nega somente a alteridade do outro, mas também se nega a possibilidade de se afirmar perante o Tu a identidade própria do Eu. E ainda complementa “Para Buber, a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo inter-humano”⁴ (BARTHULO, 2009. pg. 47).

Outro aspecto importante que diferencia as práticas de Turismo de Base Comunitária é o intercâmbio intercultural. Tem-se percebido nas experiências, sejam elas no Brasil ou no exterior, a possibilidade real de trocas justas, convivências e interculturalidade, sendo estas, melhor abordadas na segunda parte deste Item.

O tema da interculturalidade e das dinâmicas de intercâmbio intercultural perpassam por várias áreas sociais e de pesquisa, desde a comunicação, os direitos humanos, as migrações, questões fundiárias e de uso e posse da terra, questões étnicas, dentre outras, contudo, pouco tem sido incorporado ao âmbito prático das políticas públicas. E a nosso ver, o turismo, como uma prática social que promove o “encontro” não pode estar fora desse debate.

De acordo com Fournet-Betancourt (2008) apud Silveira (2008) “a interculturalidade aponta para a comunicação e a interação entre culturas, buscando uma qualidade interativa das relações das culturas entre si e não uma mera coexistência fática entre distintas culturas

⁴ Bartholo (2009) cita um trecho de Fragmentos Autobiográficos de Martin Buber, onde o mesmo descreve um momento em que, quando criança, ia a estrebaria procurar um cavalo preferido para acariciar-lhe a crina

em um mesmo espaço” (SILVEIRA, 2008. pg. 77).

Nas palavras aqui expressas fica claro que um dos aspectos fundamentais para a promoção da interculturalidade (e, por conseguinte, para o turismo de base comunitária) é o diálogo intercultural. Contudo, torna-se necessário fazer a diferenciação entre diálogo multicultural e diálogo intercultural.

O primeiro exige a aceitação de certos princípios ocidentais que devem ser acatados por todos os membros da comunidade, permitindo ao mesmo tempo a diversidade valorativa cultural (ou religiosa). Politicamente isto significa aceitar o Estado liberal multicultural, sem questionar que sua estrutura, tal como se institucionaliza no presente, é a expressão da cultura ocidental e restringe a possibilidade de sobrevivência de todas as demais culturas. O diálogo intercultural, diferentemente, deve ser transversal, isto é, deve partir de outro lugar, além do mero diálogo entre os eruditos do mundo acadêmico ou institucionalmente dominante (SILVEIRA, 2008. pgs. 79-80)

O intercâmbio preconizado é de natureza simbólica e relacional, menos monetária e material, chegando a ser algo (quase) incalculável no âmbito das relações econômicas, um verdadeiro diferencial na prestação de serviços turísticos. A promoção do diálogo intercultural torna-se um desafio no âmbito do turismo, que nega a alteridade e busca o lucro a qualquer custo.

Assim, a relação Eu-Tu de Buber (1991) apud Bartholo (2009), ou o sentido de proximidade preconizados por Bartholo (2009) e Zaoual (2009 e 2010), assim como o intercâmbio intercultural (SILVEIRA, 2008 e ZAOUAL, 2009, 2010) podem suplantam a fugacidade utilitarista do turismo massivo, e imprimir ao turismo de base comunitária (e ao ecoturismo de base comunitária) novos paradigmas capazes de promover a inversão na lógica do desenvolvimento tão almejada pelas comunidades locais.

Feita a discussão de caráter mais teórico e filosófico que fundamenta o Turismo de base Comunitária, e que a nosso ver, também pode fundamentar uma proposta de Ecoturismo de base comunitária, abordaremos do ponto de vista prático (ou como nas palavras de ZAOUAL (2009), no plano da “vida concreta”) os conceitos e definições do Ecoturismo, que a nosso ver, guardam fortes semelhanças com esse.

Ecoturismo é um termo muito recente. Se a era Moderna foi o período histórico ao qual, vários autores vinculam, comprovadamente, a “invenção do turismo moderno”; é a pós-modernidade que inaugura o ecoturismo.

Justamente nesse contexto da pós-modernidade, onde a discussão preponderante não mais é se devemos desenvolver, e sim como podemos desenvolver sustentavelmente; é que surge o ecoturismo, primeiramente, como uma alternativa ao turismo de grande escala, ou

como preferem alguns, de massa.

Como pretendemos discutir nessa parte, o ecoturismo começa a deixar de ser somente uma “alternativa” ao turismo massivo para ser um conjunto de princípios e diretrizes, a fim de consolidar uma filosofia de desenvolvimento aplicável ao planejamento do fenômeno turístico.

Foi em 1983 que Hector Ceballos-Lascurain, renomado expert, utilizou primeiramente o termo ecoturismo em palestras e debates, quando à época era diretor da OnG (organização não-governamental) Pronatura. Naquele momento, ele atuava pela conservação de florestas tropicais nas serras e vales de Chiapas, no México. (WEARNING; NEIL, 2001). Aqui temos mais um viés do ecoturismo: uma possível ferramenta de manejo para a conservação de ambientes naturais.

Seu surgimento atribui-se ao advento do chamado turismo alternativo. Esse aparece para se contrapor ao turismo convencional, ou de massa. A necessidade latente de se “combater” as “ondas de turistas” em férias, que mais geravam impactos negativos do que benefícios para as comunidades receptoras, fez surgir o turismo alternativo que pode ser definido como atividades

[...] basicamente, de pequena escala, baixa densidade, dispersas em áreas não-urbanas, atendendo ao interesse especial de grupos de pessoas que, essencialmente, apresentam uma educação acima da média e uma renda relativamente alta” (WEARNING; NEIL, 2001).

Uma outra característica do turismo alternativo é a ênfase dada ao contato e envolvimento qualitativo entre “visitantes” e “visitados”. Nessa concepção, esse contato deve ser bom e prazeroso para ambas as partes, ficando isso muito claro em conceitos como o da Coalização Ecumênica de Turismo do Terceiro Mundo (ECTWT): “Turismo alternativo é um processo que promove uma forma justa de viagem entre membros de comunidades diferentes. Ele procura atingir o mútuo entendimento, a solidariedade e igualdade entre os participantes.” (HOLDEN *apud* WEARNING; NEIL, 2001).

Contudo, o debate sobre a necessidade de conservação dos ambientes naturais ainda existentes no planeta e a utilização de forma sustentável dos recursos disponíveis (renováveis, e sobretudo, dos não-renováveis), que se acirrou no final da década de 1980 e início da década de 1990 do século XX, e que teve como marco mundial a realização da Eco-92; fez com que o componente “ecológico” fosse incorporado a definição do turismo alternativo, dando surgimento ao ecoturismo. Assim, podemos entender o ecoturismo como uma forma de turismo alternativo.

Desde então, o ecoturismo vem sendo conceituado e problematizado por especialistas, governos, ambientalistas e, mais recentemente, pelas populações locais. Para a Sociedade Americana de Ecoturismo (*The Ecotourism Society*) é “a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (WESTER, 1995, pg. 17).

O Grupo de Trabalho Interministerial composto pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT, e Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal – MMA, e pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR por ocasião da elaboração do documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo definiu que:

para fins de implementação de uma política nacional, conceitua-se, [...], o ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

Para o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur, ecoturismo é “um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promove o bem-estar das populações locais envolvidas.” (MMA/SCA/PROECOTUR, 2002).

Stephen Wearing e Jonh Neil (2001) definem ecoturismo como

um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela (WEARNING; NEIL, 2001).

Todavia, com o crescente fluxo de turistas⁵ para as mais variadas localidades do planeta, desde os já consagrados “guetos turísticos”⁶ até as mais remotas áreas da Terra, por conta do chamado Turismo de Aventura; faz-se necessário buscar respostas concretas aos crescentes impactos gerados por essas “avalanches turísticas”. Assim, o ecoturismo começa a ser encarado como um modelo teórico-prático para a promoção de um turismo responsável, a forma mais desenvolvida do chamado turismo sustentável. Mas, para compreendermos o “por que” do ecoturismo estar sendo encarado como uma proposta de desenvolvimento sustentável,

⁵ Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT *apud* Moesch (2003), em 2000 viajaram pelo mundo 698 milhões de turistas.

⁶ Segundo Jost Krippendorf, “os guetos dos homens em férias são as reservas artificiais criadas especialmente para os turistas e construídas sob medida. Esta categoria compreende todos estes novos complexos hoteleiros, estas cidades, parques e loteamentos de férias que não nasceram do desenvolvimento de um vilarejo [...]” (RIPPENDORF, 1989, p. 72 a 77)

precisamos entender o contexto e os fundamentos filosóficos em que ele se encontra.

Historicamente, as relações empreendidas entre o homem e seu meio, foram determinadas pelo valor que aquele atribui a este. Na sociedade ocidental, segundo Stephen Wearing e Jonh Neil (2001), esses valores são basicamente divididos em duas categorias:

Quando uma coisa tem um valor que significa ser um meio para determinado fim, diz-se que esta tem um valor “instrumental”;

Quando algo tem um valor por seu próprio direito de existir, por sua própria causa, diz-se que tem um valor “intrínseco”.

Essas formas de valoração do que está a nossa volta tem formado “nossa ética” (ou éticas) em relação ao mundo em que vivemos. Para Stephen Wearing e Jonh Neil (2001), essa “ética da humanidade” divide-se em duas formas:

A ética do “uso”: é a forma preponderante de como a natureza é vista desde a “insurreição do capitalismo”. O meio ambiente é somente um conjunto de recursos disponíveis para a humanidade, para que essa a utilize para a satisfação de suas necessidades. É uma visão instrumental e extremamente antropocêntrica; e a ética “da” natureza: define que todos os seres (humanos e não-humanos) da Terra têm o mesmo valor, que lhes é conferido por sua própria existência. Esta é uma visão ecocêntrica que confere as seres um valor intrínseco para sua existência (WEARNING; NEIL, 2001. pg. 67).

Percebe-se assim, as duas formas antagônicas de como “nosso mundo” vem sendo percebido (e utilizado) pela humanidade. A filosofia antropocêntrica dominante no mundo ocidental, que confere as seres bióticos e abióticos um valor instrumental, vem sendo amplamente utilizada para justificar a “preservação” dos recursos disponíveis em nosso planeta.

Essas justificativas dividem-se em quatro categorias, definidas por Godfrey-Smith:

- A estética/espiritual (o argumento “catedral”): a natureza tem valor por proporcionar o despertar espiritual e o deleite estético;
- A biológica/biodiversidade (o argumento “silo”): a natureza é valiosa por ser o estoque genético da Terra;
- A científica (o argumento “laboratório”): a natureza tem seu valor para fins de pesquisa científica;
- E a atlética (o argumento “ginásio de esportes”): a natureza tem seu valor à humanidade para sua recreação e prática do turismo. (GODFREY-SMITH *apud* WEARNING; NEIL, 2001).

Assim, temos colocado o dilema em que se encerra o ecoturismo: por ser uma

atividade, eminentemente, econômica da era capitalista, deve ser esta, fundamentada em uma visão antropocêntrica de mundo, que se utiliza dos argumentos “ginásio de esportes” e “catedral” para se apossar da natureza ?

Não será o ecoturismo capaz de inserir uma atividade econômica no paradigma ecocêntrico, que confere a natureza, nada mais do que o seu “real” valor, o de simplesmente existir?

Indo mais além: será que essas duas orientações, “uso” e “preservação” não poderiam ser compatíveis e harmoniosas no desenvolvimento do ecoturismo, principalmente, quando de sua realização em áreas protegidas ou adjacentes a estas?

Contudo, tais reflexões e questionamentos surgiram em um contexto de promoção do ecoturismo em países da América do Norte e Europa nas décadas de 1980 e 1990, onde o *locus* prioritário dessa atividade foram os chamados Parques Naturais da Vida Selvagem (*wilderness*), onde inexiste a presença humana; necessitamos assim, em um contexto mais atual, e nos chamados países em vias de desenvolvimento, tais como o Brasil, onde a realidade é completamente diferente, onde nossas Unidades de Conservação da Natureza – UC's são “vizinhas” de populações tradicionais e/ou comunidades locais, e mesmo em alguns casos, onde existem populações vivendo dentro dessas áreas (sejam licita, ou ilicitamente, dependendo da categoria da UC); de novas reflexões, questionamentos e propostas que atendam a estes dilemas. Nesse contexto, se “situa” o Ecoturismo de Base Comunitária.

1.2 Experiências de Ecoturismo de Base Comunitária no Brasil

As experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC), em nível nacional e internacional, que poderiam se caracterizar como Ecoturismo de base Comunitária (EBC) são muitas, contudo como ainda há uma forte carência de problematização e conceituação para este, elas acabam por serem classificadas (de um modo geral) como aquele, e com isso, reduzindo seu aprofundamento crítico e teórico-conceitual.

Em nível nacional, tem grande relevância para este debate os chamados Encontros de Turismo de base Local – ENTBL. Segundo Irving (2009)

Durante muitos anos, a reflexão sobre o turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas. Nesse período, poucos foram os pesquisadores que se atreveram a mergulhar neste campo de investigação, uma vez que esta marginalidade sutil vinha

também impregnada de uma crítica silenciosa de distanciamento da realidade, considerando-se as tendências de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional.

Assim, embora muitas tenham sido as iniciativas de se trazer este tema aos refletores, poucas foram as iniciativas capazes de mobilizar pesquisas e políticas públicas com este objetivo, até meados da década de 1990, quando um movimento coletivo de pesquisadores de diferentes inserções institucionais e regiões do país, reafirmou a intensão de desenvolver esta discussão, no âmbito dos Encontros de Turismo de base Local (ENTBL). As diversas edições deste encontro, desde então ilustraram, de maneira evidente, a demanda silenciosa por fóruns desta natureza e o interesse interdisciplinar pelo tema. Da mesma forma, estes encontros viabilizaram a consolidação de redes não formais de pesquisadores engajados nesta reflexão que, a partir de então, passaram a desenvolver pesquisas em colaboração, projetos em parceria com a gestão pública e a publicar importantes textos de referência em pesquisas sobre o tema. (IRVING, 2009. pgs. 1008-1009).

Em nível internacional chamam atenção os debates realizados no âmbito do Fórum Social Mundial. Em 2004, em Mumbai – África, durante o 4º Fórum Social Mundial foi realizado a “Reunião Estratégica de Ativistas sobre Turismo”, promovida pela Ecumenical Coalition on Tourism – ECOT (Coalização Ecumênica sobre Turismo). Esta foi uma primeira articulação em escala global para discutir os impactos socioambientais do turismo massivo, assim como promover uma rede internacional de ativistas e pesquisadores em prol de um turismo responsável. Críticas ao turismo globalizado e propostas, a partir de testemunhos de luta e de iniciativas comunitárias, deram a tônica dos debates. Também se assumiu o compromisso de se levar as discussões adiante para o próximo Fórum Social Mundial em Porto Alegre – Brasil.

Assim, em 2005 no 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, consolidou-se o “Grupo de Intervenções em Turismo” no âmbito do FSM. As discussões tiveram um considerável avanço, e tomaram o centro dos debates às críticas ao megaprojetos turísticos em países subdesenvolvidos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o marcante nível de desigualdade social e econômica que estes projetos promovem, em especial na vida das mulheres, assim como, no âmbito político, foram feitas críticas contundentes ao Acordo Geral sobre Comércio e Serviços da Organização Mundial do Comércio – OMC.

Com a escolha da cidade de Belém para sediar o Fórum Social Mundial Amazônia – FSM AMAZÔNIA 2009, em 2008 retomou-se as articulações do Grupo de Intervenções em Turismo. Assim, de 28 de janeiro a 1 de fevereiro de 2009, em Belém do Pará, no âmbito do FSM AMAZÔNIA 2009, realizou-se o “I Fórum Global sobre Turismo Sustentável”⁷. Nesse

⁷ O I Fórum Global sobre Turismo Sustentável foi promovido pelo Fórum Brasileiro de OnGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS (Brasil); Equations (Índia), Fórum em Defesa

momento, o debate foi direcionado aos impactos do turismo na Amazônia Legal, nas zonas costeiras (sobretudo, do Brasil), as relações do turismo com o aquecimento global, mudanças climáticas e com o consumismo, mas também se abordou esses impactos em outros países da América Latina como Peru, Equador, Costa Rica, Panamá e Argentina. Representantes de países da América do Norte, como Canadá e Estados Unidos da América, europeus como Espanha, e africanos, como do Quênia, também estiveram presentes. Reafirmou-se uma cooperação Sul-Sul para um turismo responsável. Mas também foram expostas iniciativas que tem mostrado que “um outro turismo é possível !”, como a experiência da Prainha do Canto Verde – Ceará – Brasil, e a experiência promovida pela Equations na Índia; e as práticas de articulação nacional/regional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – Rede TURISOL, e da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede TUCUM.



Figura 01: Encerramento do I Fórum Global sobre Turismo Sustentável – FSM AMAZÔNIA 2009.
Fonte: Arquivo pessoal.

da Zona Costeira do Ceará (Brasil), Instituto Terramar (Brasil), Rede TURISOL(Brasil), Rede TUCUM (Brasil), CoopeSolidar (Costa Rica), Instituto Vitae Civillis (Brasil), Associação para a Defesa e Desenvolvimento de Kuelap (Peru), Alba Sud (Espanha/Nicarágua), Associação de Turismo Responsável (Espanha), Instituto Brasileiro em Defesa do Consumidor (Brasil), Comunidade Mapuche-Tehuelche Pu Fotum Mapu (Argentina), Associação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça) e ARGONAUTAS Ambientalistas da Amazônia (Brasil). Por essa última, à época, como Gestor de Cooperação Internacional e Coordenador do Programa de Turismo de base Local da entidade, tivemos a oportunidade de ser um dos coordenadores e idealizadores deste Fórum. A “Declaração de Belém – Um outro Turismo é Possível e Urgente!” e o vídeo sobre o Fórum podem ser acessados em www.fboms.org.br.



Figura 02: Representante do Quênia fazendo sua apresentação no I Fórum Global sobre Turismo Sustentável – FSM AMAZÔNIA 2009.
Fonte: Arquivo pessoal.

Obviamente, estes dois tipos de fóruns, um tanto distintos, não esgotam a dimensão e a diversidade de olhares sobre os temas de TBC e EBC, estão aqui colocados apenas como referências à guisa de informação, como também para ilustrar a importância que estes temas tem assumido na sociedade e na academia. Contudo, a título de contribuição para o aprofundamento do debate, trazemos algumas experiências que podem ser tranquilamente caracterizadas como Ecoturismo de Base Comunitária, inclusive, assim sendo referenciadas por seus próprios “fazedores”, mas que comumente têm sido ditas como de Turismo de Base Comunitária.

Em âmbito nacional, trazemos a experiência da Prainha do Canto Verde – CE; no âmbito regional da Amazônia Ocidental, trazemos a experiência de Silves – AM; e no âmbito regional da Amazônia Oriental, trazemos as experiências de Curuçá, Tapajós, Iha de Marajó e Ilha de Mosqueiro, estas no Estado do Pará⁸.

⁸ A abordagem sobre estas iniciativas de EBC são mais de nossa experiência de aproximadamente 10 anos como profissional do turismo, de conhecimento *in loco*, e de diálogos, em outros momentos, com seus próprios “fazedores”, e menos a partir de referências bibliográficas; por isso por vezes, pode não haver citações de referencial bibliográfico e/ou documental.

– A experiência de Prainha do Canto Verde

Localizada no litoral Leste do Ceará a 120 km de Fortaleza, capital do estado, pela rodovia CE – 040 está a Prainha do Canto Verde, colônia de pescadores que, segundo os relatos dos moradores mais velhos, surgiu por volta de 1860 quando Joaquim “Caboclo” Fernandes de Nascimento e sua esposa Maria da Conceição “Filismina” chegaram nesta praia e tiveram 12 filhos, dando origem a comunidade. Nesta região ainda se pratica a pesca artesanal, tendo como principais pescados a lagosta vermelha, a lagosta cabo verde ou samango, e ainda os peixes cavala, serra, guiaúba, agulha, bonito, arraia, dentão, cioba, pargo, dentre outros. (SCHÄRER, 2003. pg.330).

Uma particularidade em relação à Prainha do Canto Verde, foi a viagem da jangada Sete de Setembro, em 1928, que saiu da Prainha com 3 (três) pescadores em direção a Belém do Pará. Foram 15 dias navegando em alto mar, até chegarem a capital paraense em 7 (sete) de setembro, conforme um dos pescadores havia apostado com um amigo cearense que morava em Belém. A viagem rendeu 5 (cinco) dias de comemorações na cidade, tal como relataram, a época, o diário da Colônia de Pescadores e o jornal O Povo de Fortaleza, e o Jornal do Norte de Belém. Atualmente, vivem cerca de 1.1000 (mil e cem) pessoas na comunidade (SCHÄRER, 2003. pg.330).

As características naturais, a organização social de seus habitantes e sua identidade cultural demonstram a forte vocação deste Sítio para o Ecoturismo de base Comunitária. A praia de enseada aberta, com vento geral de novembro a junho, e vento leste de julho a setembro, proporcionam uma praia de mar calmo e aprazível o ano todo. Por meio de dunas chega-se a região das lagoas, a mais próxima é a Lagoa do Córrego do Sal, onde se pode avistar garças e outras aves migratórias. Também, a cerca de 10 km da comunidade, existem áreas extensas de manguezais parcialmente preservados, que começam a ser ameaçados pela carcinicultura. (SCHÄRER, 2003. pg.330).



Figura 03: Vista da Prainha do Canto Verde, CE.
Fonte: SCHÄRER, 2009.

A organização social da comunidade, de uma forma geral, iniciou com o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste criado em 1995, impulsionada pela especulação imobiliária que se acirrava, já por conta do incremento do turismo de massa no Ceará. Em 1997 foi criada a Associação Comunitária dos Moradores da Prainha do Canto Verde, estruturada a partir de vários Conselhos Comunitários, tais como de Educação, Saúde, Terra, Pesca e Turismo e Artesanato. Já em 1998, em um Seminário, a comunidade optou pela criação da Cooperativa Comunitária de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – COOPECANTUR. Esta é composta de 81 associados empreendedores, estes congregam as atividades de turismo, lazer e artesanato da comunidade, tais como pousadas, casas e quartos de aluguel, barracas de praia, serviços de condução a atrativos e guias de turismo, passeios de buggy e lojas de artesanato, dentre outras (SCHÄRER, 2003; CORIOLANO, 2006.).

A partir do Conselho de Turismo e da COOPECANTUR são regidos coletivamente todos os serviços referentes a esta atividade. São coordenadas por uma liderança, membro da diretoria da Cooperativa e do Conselho, mas que tem todos seus procedimentos acordados coletivamente. Tudo é discutido; como as cozinheiras, atendentes, hospedarias, barraqueiros, artesãos e guias de turismo devem proceder. Todos participam dos cursos, ouvem as críticas e sugestões, fiscalizam os possíveis abusos nos preços, e em seguida debatem sobre as possibilidades e estratégias para a resolução dos problemas.

No Conselho de Turismo debatemos assuntos importantes como: a vivência entre nós, códigos de conduta com os visitantes e prestadores de serviços. O modelo de turismo participativo permite fazer as experiências práticas no ambiente da comunidade e na família, fortalecendo os laços familiares, valorizando a cultura e a história da comunidade. (Liderança de Canto Verde, 2003 *apud* CORIOLANO, 2003.pg. 209 – 210).

A missão do projeto de turismo da Prainha do Canto Verde foi definida pelo Conselho de Turismo em 1997 como “Desenvolver o Turismo Ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (SCHÄRER, 2003. pg. 332).

O turista que a comunidade gostaria de receber ficou definido como

Pessoas que procuram tranquilidade e beleza natural da região, que se interessam pela cultura e tradições dos Povos do Mar e se engajam na preservação do meio ambiente. São ecologistas, membros de OnG's, estudiosos e estudantes de Geografia e Turismo, movimentos de direitos humanos e grupos de igrejas. São pessoas que possam abrir mão de piscinas, butiques e da vida noturna agitada. (SCHÄRER, 2003. pg. 337).

Ainda segundo o autor, a prática de Ecoturismo de Base Comunitária da Prainha do Canto Verde recebeu, durante a Feira Internacional de Turismo de Berlim em março de 2000, o Prêmio TODO/99, atendendo aos critérios de: 1) Salvaguarda da participação dos diferentes grupos da população local e da consideração dos interesses locais; 2) Fortalecimento da consciência entre a população local referente aos riscos e oportunidades do desenvolvimento do turismo na vida econômica, social e cultural de cada dia; 3) Participação de uma parte significativa da população nos resultados positivos econômicos, sociais e culturais resultantes do turismo; 4) Fortalecer a cultura local e a identidade cultural das pessoas que moram nas áreas de destino; 5) Evitar ou minimizar o impacto social e cultural do turismo nas áreas de destino; 7) Aplicando novos métodos de parceria e cooperação entre a indústria de turismo e população local; 8) Contribuindo para criar condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo socialmente responsável nas áreas de destino; e 9) O projeto deve estar dentro do princípio de compatibilidade ecológica (conceito de desenvolvimento sustentável)⁹. (SCHÄRER, 2003).

De acordo com Coriolano (2006) o importante em práticas de turismo deste tipo é o crescimento individual e grupal da comunidade, uma vez que as pessoas estão constantemente estudando e analisando a sua realidade, e assim, verificando o que podem fazer para melhorarem o seu lugar e o turismo também. Isso se torna possível porque esta é uma

⁹ Esses critérios em que a experiência da Prainha do Canto Verde se enquadrou para receber o Prêmio TODO/99 são definidos pela organização alemã Studienkreis für Tourismus und Entwicklung. “TODO” significa FAZER.

modalidade de Turismo Alternativo, ou seja, é realizada de forma integrada às demais atividades econômicas (agricultura, pesca, artesanato, e etc.), prioriza a geração de trabalho e renda local, os pequenos empreendimentos, a dinamização do capital local, possibilita a participação de jovens e mulheres, busca a regularização fundiária de suas terras, assim como de Unidades de Conservação próximas às suas comunidades e incentiva a gestão ambiental dessas áreas, com a elaboração de Planos de Manejos adequados ao turismo ecológico e com a participação popular em seus Conselhos Gestores. (CORIOLANO, 2006).

Hoje, os roteiros de Ecoturismo de base Comunitária da Prainha do Canto Verde são um dos mais procurados na Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede TUCUM.

– A experiência de Silves – AM

Silves está localizado a 300 km de Manaus, capital do Amazonas, às margens do rio Amazonas, e sua sede administrativa está em uma ilha fluvial no rio Urubu, em uma região formada por diversos lagos. Há cerca de 20 anos a comunidade de Silves busca formas de defender seus recursos pesqueiros, sua principal fonte de renda, e de manutenção da pesca artesanal, ameaçada pela pesca industrial. O acesso a Silves se dá por via fluvial e rodoviária, e tem uma população de aproximadamente 8 (oito) mil pessoas. Depois de muita pressão popular foi criada uma Reserva Municipal de Proteção Ambiental, possibilitando o zoneamento e controle da pesca nos lagos, que mesmo prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, não conta com recursos municipais governamentais para sua proteção e manejo. (WWF-Brasil, 2003; BAGAGEM, 2010).

Dessa forma, a comunidade de Silves, por meio da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC buscou outros apoios governamentais e não-governamentais, tais como WWF, governos da Áustria, Inglaterra e Suécia e programas Pró – Várzea e PD/A do Ministério do Meio Ambiente. A parceria possibilitou a criação do projeto que conciliasse um sistema de conservação e uso dos recursos lacustres e de várzea com o Ecoturismo de base Comunitária. O sistema lacustre é composto de zoneamento em lagos de reprodução (onde a pesca é proibida), em lagos de manutenção (onde a pesca de subsistência é permitida) e em lagos de exploração (onde a pesca comercial é permitida nos termos da lei). (WWF-Brasil, 2004).

O Hotel Aldeia dos Lagos é o projeto de Ecoturismo de base Comunitária

desenvolvido por esta parceria. Em sua primeira fase (1994 – 1996) foi implantada a infraestrutura básica de hotelaria, em uma área bastante preservada de 5 (cinco) hectares cedida pela prefeitura de Silves composta de um 1 (um) módulo central, com administração, loja, cozinha e restaurante, 2 (dois) módulos para hóspedes, com 6 (seis) quartos cada um, e 1 (um) módulo anexo onde funciona a sede da ASPAC. O hotel entrou em funcionamento em julho de 1996. (WWF – Brasil, 2003 e 2004).

Na segunda etapa (1997 – 1999) foram planejados, de forma participativa, roteiros ecoturísticos de caráter educativo e ambiental, aproveitando os recursos paisagísticos e culturais da região, possibilitando aos ecoturistas uma vivência no ambiente amazônico, assim como, com costumes e práticas tradicionais das populações ribeirinhas. (WWF – Brasil, 2003.).

Na terceira fase (2001 – 2003) foram feitos investimentos na manutenção física do Hotel e na qualificação do produto ecoturístico (capacitação e marketing), na busca da sustentabilidade do empreendimento, assim como no incremento de comunidades envolvidas na conservação dos lagos e várzeas. No componente de capacitação foram realizadas visitas de assistência técnica e de promoção da educação ambiental chamadas de Caravanas Mergulhão, que percorreram as comunidades para diagnosticar e formatar roteiros ecoturísticos e buscar soluções para problemas como lixo, agricultura, pesca e pecuária desorganizadas, e contaminação das águas. O desempenho deste projeto rendeu-lhe o privilégio de ser um dos projetos – pilotos do Programa Nacional de Certificação do Turismo Sustentável, assim como o convite para participar do 1º Simpósio Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos Países da Bacia Amazônica – Ecotour Amazon 2001, realizado em Manaus – AM. Durante este evento também foi realizado um funtour para jornalistas especializados e operadores de ecoturismo para a familiarização do produto junto a estes segmentos dos trade turístico.¹⁰ (WWF – Brasil, 2003 e 2004).

Para administrar o hotel e operar o ecoturismo, a ASPAC ajudou a comunidade a criar a COOPTUR, primeira Cooperativa de Turismo da Amazônia. Em 2000 o Hotel Aldeia dos Lagos tornou-se auto-sustentável, gerando um lucro líquido de R\$ 25 mil. 20% deste foram investidos no manejo e fiscalização da reserva. O restante foi para um fundo de reserva para

¹⁰ *Trade turístico* é assim chamado para o conjunto das empresas/empresários do turismo. Envolvem comumente as agências de viagens e turismo, operadoras de turismo, hotéis e pousadas, restaurantes, empresas de transportes turísticos, jornais e revistas especializadas em turismo, e etc; *funtour*, por sua vez, chama-se para roteiros turísticos promovidos, gratuitamente, para setores do *trade turístico* responsáveis pela promoção e comercialização de produtos turísticos, tais como jornalistas especializados e agentes e operadores, com o intuito de promover e colocar estes produtos no mercado. (nota do autor)

continuidade das atividades de ecoturismo com a participação das comunidades ribeirinhas. (WWF-Brasil, 2004.).

Atualmente o Hotel Aldeia dos Lagos integra a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – REDE TURISOL¹¹, e por meio dessa articulação foi contemplado em 2008 (em conjunto com outras 6 (seis) iniciativas/projetos/redes de Turismo Comunitário integrantes dessa rede), com recursos do Ministério do Turismo, selecionados pelo Edital de Chamada Pública de projetos de Turismo de Base Comunitária. O projeto coletivo selecionado prevê a expansão da rede com a inclusão de novas experiências, um portal de internet, a publicação da série de cartilhas da Rede Turisol de Metodologias no Turismo Comunitário e a realização de encontros regionais e um encontro nacional entre os membros da rede. (BAGAGEM, 2010).

– A experiência de Curuçá – PA

O município de Curuçá está localizado na Mesorregião Nordeste, Microrregião do Salgado paraense; suas coordenadas geográficas são: 00° 44' 01” de latitude Sul e 57° 51’ 17” de longitude a Oeste do *Greenwich*; seu principal acesso é por via rodoviária, e dista de Belém, capital do estado, cerca de 104 km. (NOSSO PARÁ, 1998). A fundação de Curuçá esta relacionada ao período imperial no Brasil, e seus fundadores foram os padres jesuítas em 1652, tendo sido estes que denominaram o lugar de Curuçá. Anteriormente, os primeiros habitantes foram os índios Tupinambá, que denominaram o local de “curuzú”, que quer dizer “cruz grande”. (CUNHA, 1987 *apud* QUEIROZ, 2011). A população de Curuçá é composta de aproximadamente 34.490 (trinta e quatro mil quatrocentos e noventa) habitantes. Desses, 22.280 (vinte e dois mil duzentos e oitenta) habitantes vivem na zona rural, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,709 com 74, 1% da população sendo considerada pobre. (IBGE, 2010a *apud* QUEIROZ, 2011).

A pesca industrial é a principal fonte de renda do município, contudo, ainda há a pratica da pesca artesanal. O distrito de Abade é o entreposto pesqueiro do município, e um dos maiores do estado Pará. Neste são beneficiados e comercializados espécies como tainha,

¹¹ A Rede Turisol é composta, atualmente, de 23 (vinte e três) iniciativas de TBC em 10 (dez) estados brasileiros e mais de 100 (cem) municípios. As principais linhas de atuação são: 1) Comercialização; 2) Comunicação; 3) Impactos e Políticas Públicas; 4) Capacitação e Intercâmbios; 5) Universidade e Turismo Comunitário; 6) Juventude e Turismo Comunitário. (BAGAGEM, 2010.).

anchova, pescada, sardinha, corvina, piramutaba, uritinga e bandeitado. (QUEIROZ, 2011.).

A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá foi criada pelo Decreto s/n de 13 de dezembro de 2002, sua área poligonal é de 368.280 km², e abrange os municípios de Curuçá, Marapanim, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. Seu Conselho Gestor foi criado pela portaria nº 24 de 10 de março de 2006, até o momento não possui plano de manejo. (MMA, 2011).

O fomento ao Ecoturismo de base Comunitária em Curuçá se iniciou em 2006 com o projeto “Casa da Virada” realizado pelo Instituto Peabiru com patrocínio do Programa Petrobras Ambiental. Teve como parceiros o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá – AUREMAG. Devido a repercussão positiva das ações do projeto, este teve apoio do Criança Esperança, na continuidade do curso de Formação de Agentes Ambientais para os anos de 2009 e 2010. A Casa da Virada tem por objetivo gerar valores para a conservação da biosociodiversidade do litoral do Nordeste paraense. Dentre suas ações estão a formação de Agentes Ambientais, Meliponicultura, Agenda 21, Apoio ao Ecoturismo e Pesquisa para produção de indicadores socioambientais. Atualmente, o projeto aguarda por renovação junto ao Programa Petrobras Ambiental.

A partir da organização e mobilização social gerada pela “Casa da Virada”, alguns jovens que participaram dos cursos de Formação de Agentes Ambientais, formaram o Grupo Ambiental Tapiaim, que hoje já se constitui enquanto entidade constituída juridicamente.

O Instituto Tapiaim, ao longo desse tempo, vem organizando, com o apoio do Instituto Peabiru e da Estação Gabiraba (agência de viagens e turismo com sede em Belém especializada em Ecoturismo), as comunidades locais e formatando roteiros.

As comunidades/localidades que já foram identificadas, e que se iniciou alguma atividade de EBC são: Muriazinho; Povoado do Recreio; Pedras Grandes; e Praia Grande. Obviamente, algumas estão mais engajadas e o Instituto Tapiaim já realiza com mais frequência as atividades de EBC, como é caso da Praia de Romana, outras ainda carecem de maior sensibilização, mobilização e formação como é o caso do Povoado do Recreio.

Em 2009 o projeto “Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá”, tendo como proponente o Instituto Peabiru, foi selecionado na 2ª (segunda) chamada do Edital de Seleção de Iniciativas de Turismo de base Comunitária do Ministério do Turismo – MTtur. Prevê ações de formação específicas em Ecoturismo de base Comunitária, de fortalecimento institucional e de criação de uma Cooperativa para organizar e operar o EBC em Curuçá.

Contudo, até o final de 2010 os recursos deste ainda não haviam sido liberados por parte do MTur por diversas questões de ordem burocráticas, sendo esse inclusive, um dos principais problemas apontados pelo próprio MTur como sendo um dos entraves mais recorrentes para o bom andamento dos projetos selecionados. (BRASIL, 2010a).

Contudo, o Instituto Peabiru, com o apoio local do Instituto Tapiaim, e do suporte técnico e comercial da Estação Gaboraba, iniciou ainda em 2010 algumas ações de capacitação, de promoção e fortalecimento do EBC em Curuçá. Foram realizadas algumas excursões de EBC com pequenos grupos organizados pela Estação Gaboraba, assim como, com colaboradores do Instituto Peabiru. No componente de capacitação foram realizados um mini-curso sobre Turismo Sustentável que abordou os fundamentos teórico-conceituais e alguns cases de sucesso; e uma oficina de formação de Condutores em Ecoturismo¹², tendo como conteúdos abordados: Introdução ao Ecoturismo base Comunitária; Educação e Interpretação Ambiental; Elaboração de roteiros ecoturísticos e condução de visitantes em ambientes naturais; Qualidade na prestação de serviços e Marketing de relacionamento. O público-alvo foi basicamente os integrantes do Instituto Tapiaim. Por meio da oficina foi formatado o roteiro “Trilha dos Andirás” e reavaliado o roteiro “Praia de Romana”.

Ainda há diversos desafios que precisam ser superados para que o EBC em Curuçá possa, de fato, ser uma realidade e assim contribuir para desenvolvimento local do município, tais como: continuidade das ações de capacitação para os membros do Instituto Tapiaim, pois são esses os verdadeiros promotores do EBC em Curuçá, e a conseqüente extensão dessas ações também para as comunidades locais que já se manifestaram interessadas pela atividade; Fortalecimento institucional do Instituto Tapiaim, antes mesmo da criação da Cooperativa de Ecoturismo Comunitário; Uma maior articulação política desses, com os órgãos municipais, estaduais e federais que tenham relação com o turismo, lazer, meio ambiente e cultura, em especial a Prefeitura Municipal de Curuçá, e sua Secretaria de Cultura e Turismo, a Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, Embratur e Ministério do Turismo; e Ações de promoção turística específicas para o EBC em Curuçá, dentre outras.

A experiência de Ecoturismo de base Comunitária em Curuçá já integra a Rede Turisol. Outra agência parceira é a Turismo Consciente de São Paulo. Tantas parcerias e a real potencialidade para o EBC em Curuçá rendeu aos integrantes do Instituto Tapiaim o convite e a participação nos IV e V Salão de Turismo – Roteiros do Brasil, realizados em São Paulo.

¹² Fomos o consultor que ministrou a oficina de Formação de Condutores em Ecoturismo.

– A experiência de Tapajós – PA

A chamada região do Tapajós (ou para a política de turismo: o pólo turístico do Tapajós) tem como cidade-pólo o município de Santarém. Este dista de Belém, capital do estado, cerca de 765 km em linha reta, o acesso pode ser feito por via fluvial (cerca de 3 dias) e por via aérea (cerca de 1h. 10 min.). Ambos possuem linhas regulares de transporte comercial.

Santarém é a 3ª (terceira) cidade em densidade populacional do Pará, sua população é de 294.580 habitantes, sua área é de 22.887 km², esta localizada na mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 02° 25'30"S e 54° 42'50"W Gr. (SEPOF/IDESP, 2011).

As práticas de Ecoturismo de base Comunitária na região do Tapajós ocorrem principalmente nas comunidades localizadas na Floresta Nacional do Tapajós – Flona Tapajós, às margens do rio Tapajós.

A Flona Tapajós é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável legalmente constituída pelo Decreto nº 73864 de 19 de fevereiro de 1974, a primeira da região amazônica. Sua área poligonal é de 5.490,6 km², totalmente inserido no Bioma Amazônia, e abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis. Seu Conselho Gestor foi criado pela Portaria nº 84 de 30 de junho de 2001, e o plano de manejo aprovado pela Portaria nº 9 de 23 de fevereiro de 2005. (MMA, 2011).

Nesta região existem 28 (vinte e oito) comunidades. Somam aproximadamente 1.100 famílias (estimavam-se 6.000 habitantes até 2004) que estão distribuídas nas Áreas Populacionais: núcleo ribeirinho do Tapajós, Planalto, Aveiro, Chibé e BR 163, de acordo com o zoneamento ecológico do plano de manejo supracitado. São populações tradicionais que já viviam na região antes mesmo da criação da UC, mas também, acrescida de muitos migrantes que chegaram a região impulsionados pelas promessas de uma vida melhor na região. Vivem principalmente da pesca, da caça, do cultivo de mandioca, milho, arroz, e feijão para a subsistência, da criação de animais e da extração de produtos florestais não-madeireiros. (CORDEIRO, 2004 apud COHENCA, 2007. pg.6655).

O plano de manejo da Flona Tapajós também define a área de Manejo Florestal

Madeireiro, destinada ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, com ênfase no manejo dos recursos florestais madeireiros; a área de Manejo Florestal não-Madeireiros, destinada ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, com ênfase no manejo dos recursos florestais não – madeireiros; área de Conservação, destinada a proteção integral dos recursos naturais e processos ecológicos vitais ao funcionamento do ecossistema florestal; área Administrativa de uso especial que abriga as instalações necessárias à administração, manutenção e serviços da Flona; área de Amortecimento que delimita um raio de 10 km no entorno da Flona, a partir de seus limites com o objetivo de ordenar o uso de solo nas áreas adjacentes a UC; área de Recuperação que consiste em áreas alteradas e que se encontram em estágio avançado de degradação da cobertura florestal e/ou dos solos; e Corredor Ecológico, que objetiva recuperar áreas degradadas e preservar uma faixa contínua de porções de ambientes fitoecológicos não representados na área de Preservação, visando resguardar áreas de reprodução e movimentação de fauna e de fluxo gênico. (CODEIRO, 2004)

Dessas comunidades, 7 (sete) do núcleo populacional ribeirinhos do Tapajós, têm práticas de EBC. São elas: Maguari, Jamaraquá, Taurari, Pini, Prainha I, Paraíso e Itapuama.

A melhor época para conhecer a região é de junho a outubro, período em que o rio Amazonas e seus afluentes (como o rio Tapajós) estão mais baixos, formando assim, em suas margens, praias de águas claras, calmas e aprazíveis. O acesso a essas comunidades (mais interessante para o turismo) é por via fluvial (pois também pode se chegar pela BR 163), com tempo de percurso que pode variar entre 2 e 10 horas de viagem, dependendo da distância entre o embarque em Santarém e a comunidade visitada.

Para a comunidade de São Domingos, a mais próxima da sede municipal de Santarém, é possível alugar uma lancha (com lotação mínima de 2 pessoas) em Alter do Chão direto para essa comunidade. Devido a esta proximidade e facilidade de acesso, esta é a comunidade mais visitada, e por isso também, a que mais tem sofrido com os impactos desse turismo convencional¹³.

Estivemos nas comunidades de Jamaraquá e Prainha I¹⁴. Em Jamaraquá os visitantes

¹³ Os “turistas” que chegam a São Domingos são em sua maioria visitantes e excursionistas que estão em Alter do Chão. Devido a essa facilidade de acesso e pela falta de fiscalização e monitoramento dos órgãos competentes, não há controle sobre os visitantes que ali chegam, sendo inclusive, muito difícil este monitoramento por parte dos moradores locais, tal como é feito nas demais comunidades. Dessa forma, o turismo feito em São Domingos pouco tem haver com a prática de EBC e não pode ser classificada como este.

¹⁴ Em 2006, quando atuamos como Consultor (Técnico em Turismo) na elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre (Programa de Uso Público), estivemos em Santarém e arredores para pesquisa

podem fazer trilhas interpretativas em florestas de terra firme, monitoradas por moradores locais capacitados pelo IBAMA, e também conhecer suas práticas de subsistências como os projetos de agroecologia consorciadas aos recursos florestais madeireiros (como a pimentado-reino), a produção de artesanatos, como bolsas, mochilas e outros acessórios produzidos com o famoso couro vegetal (feito de latex) e as biojóias. Também é possível passar o dia na comunidade e conhecer um pouco da vida cotidiana, fazer refeições (como a tradicional piracaia, uma forma rudimentar de grelhar o peixe, principalmente o tucunaré e o tambaqui, que herdaram da tradição indígena) e pernoitar em algumas casas dos moradores locais, desde que agendado com antecedência. Uma alternativa é também dormir em redes, a bordo das próprias embarcações que transportam os turistas. As visitas podem ser agenciadas por agências de viagens e turismo de Santarém e de Belém¹⁵, e por organizações não-governamentais parceiras, como o projeto Saúde e Alegria, mas também diretamente com as comunidades, por meio do Conselho Gestor da Flona e da Associação de Moradores. Em Prainha I, o artesanato em destaque são mesas, bancos e brinquedos em forma de animais, feitos com o próprio “refugio da natureza”, troncos de madeiras que são coletados na floresta. Também existem trilhas interpretativas e monitores locais capacitados. Ao final do dia, a programação mais adequada é o banho de rio nas águas claras, calmas e mornas do rio Tapajós.

As comunidades com vocação para o EBC foram capacitadas pelo IBAMA em algumas áreas prioritárias, tais como Condução em Ecoturismo e Interpretação Ambiental, e foram orientadas a fazerem a gestão compartilhada das atividades, como por exemplo: as taxas cobradas na condução de visitantes são divididas em 50 % para o condutor/prestador do serviço, e 50 % vai para um fundo comunitário com objetivo de realizar benfeitorias comuns a comunidade. Também com o apoio do IBAMA foram implantadas placas interpretativas e indicativas nas trilhas e nas comunidades, e produzidos materiais impressos informativos e de divulgação.

Contudo, este deve ser um processo continuado de formação, monitoramento e gestão compartilhada para que estes destinos se consolidem; assim como é necessário qualificar e diversificar a oferta turística de EBC na região do Tapajós, em parceria com a administração pública, empresários do *trade* turístico e sociedade civil organizada.

complementar ao inventário e diagnóstico da oferta e demanda turística.

¹⁵ A agência de viagens e turismo *Travel In Turismo* com sede em Belém, por exemplo, oferta o pacote “Muiraquitã”, que inclui visitas as comunidades de Maguari e Jamaraquá.

Dessa forma, OnG's como o projeto Saúde e Alegria – PSA, por meio de núcleos como o “Economia da Floresta” realiza ações/projetos de Ecoturismo de base Comunitária, Artesanato Sustentável, Energia Renovável e Agroecologia na Flona Tapajós, na Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns e na área do projeto de Assentamento Extrativista Gleba do Lago Grande. As expedições de EBC organizadas pelo PSA, que se iniciaram em 2001 em parceria com o projeto Bagagem, na Flona Tapajós, atualmente, expandiram-se para comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns e Assentamento Extrativista Gleba do Lago Grande.

Nessas duas ultimas áreas foram selecionadas 4 (quatro) comunidades que serão beneficiadas pelo projeto “Ecoturismo de base Comunitária no Pólo Tapajós”, apresentado pelo PSA, e aprovado no Edital de Chamada Pública de projetos de Turismo de Base Comunitária do MTur. (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

São realizadas diversas atividades com intuito de promover a integração dos visitantes com os moradores locais, tais como gincanas culturais, oficinas de cestarias com as artesãs das comunidades, participação na programação da rádio comunitária, noites culturais e visitas a projetos de geração de renda. O projeto de EBC do PSA prevê a participação ativa dos moradores locais em todas as fases de planejamento e operação dos roteiros, auxiliados pelos técnicos da entidade. (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

– A experiência de Ilha do Marajó – PA

A ilha do Marajó é a maior ilha fluviomarinha do mundo, está localizada entre a Linha do Equador e o Paralelo 1,55°S de Latitude e, no rumo E/W entre os Meridianos 47°W e 53°W de Longitude de Greenwich. O arquipélago é formado por 16 municípios que estão divididos em três microrregiões de acordo com a regionalização oficial do IBGE. (LOBATO, 2011).

A prática de Ecoturismo de base Comunitária mais conhecida esta localizada no município de Soure, microrregião do Arari, mais especificamente na Praia do Pesqueiro, Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Segundo Figueiredo (1999) o quadro social de Soure caracteriza-se pela relação intrínseca de sua população com as atividades produtivas. As principais ocupações são a agricultura de subsistência ou o trabalho nas fazendas como vaqueiros ou “peões”, estas tem em seus proprietários (latifundiários pecuaristas), a constituição da elite dominante em Soure,

e de uma forma geral, na Ilha do Marajó. Contudo, a partir das décadas de 1970 e 1980, Soure foi escolhida, dentro de uma política de desenvolvimento para a Amazônia, para ser uma cidade turística por sua “vocação natural”.

A partir da , hotéis do tipo pousada instalaram-se com mais frequência. O primeiro dentro desses esquemas foi a 'Pousada Marajoara', que teve a sua constru o e operacionaliza o financiada pela SUDAM, dentro de um plano mais geral de financiamento do desenvolvimento da Amazônia. (FIGUEIREDO, 1999. pg. 83).

Contudo, ainda segundo Figueiredo (1999) a cultura local de Soure, também exerceu (e com certeza, ainda exerce) forte influência nessa escolha. Em sua obra “Ecoturismo: festas e rituais na Amazônia”, o autor faz uma densa análise antropológica da rela o Turismo/Cultura, apontando contradi es, mas também, as possíveis potencialidades nessa rela o, que poderiam qualificar uma proposta de Ecoturismo no local, isso a partir de um estudo de caso sobre o Carimbó e as festas e rituais de Soure, mais especificamente, a Festa do Pu .

Ainda no âmbito dos recursos turísticos culturais de Soure, merece destaque o internacionalmente conhecido artesanato cerâmico marajoara. São artesanatos cerâmicos confeccionados a partir das referências est ticas dos artefatos cerâmicos arqueológicos encontrados na Ilha do Marajó. Em Soure existem diversos artesões e olarias que fazem este trabalho, e que estão congregados, atualmente, na MBARAY  Cer mica, um espaço cultural e de comercializa o do artesanato cerâmico marajoara. Há também o Curtume, espaço de produ o e venda de produtos feitos com o couro de búfalo, que vão desde porta-canivetes e sandálias, até celas de montaria; e a SOMA – Associa o Marajoara de Artes, onde seus artesões e artes as associados produzem souvenirs feitos de sementes, raízes, e outros “refugos da natureza”, como também perfumes, instrumentos musicais de percussão, dentre outros.

O acesso mais usual para Soure, a partir de Belém,   por via fluvial (aproximadamente 4 h.), por linhas regulares de transporte comercial, contudo também   possível chegar ao município por via aérea em aviões fretados de pequeno porte (35 min. Aproximadamente).

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, a primeira dessa categoria no estado do Pará, foi criada pelo Decreto s/n de 22 de novembro de 2001, teve seu Conselho Gestor criado pela Portaria n  76 de 28 de novembro de 2003, sua área poligonal tem 152.749 km , e não possui plano de manejo. (MMA, 2011).

A praia do Pesqueiro, situada na Resex Marinha de Soure, tem sua popula o constituída de extrativistas tradicionais, que complementam sua subsistência com a

agricultura e com a criação de animais de pequeno porte. São, basicamente, pescadores que começam a ver no EBC mais uma possibilidade de trabalho e geração de renda para o sustendo de suas famílias.

Em 2003 estivemos em Soure por ocasião da Oficina de Sensibilização para o Ecoturismo no Pólo Marajó, promovida pelo PROECOTUR. Durante a oficina, uma das atividades realizadas foi uma visita técnica a Praia do Pesqueiro.



Figura 04: Rua principal da Vila do Pesqueiro.
Fonte: Lobato (2011).



Figura 05: Praia da Vila do Pesqueiro.
Fonte: Lobato (2011).

A praia do Pesqueiro tem areias brancas, e a água é salubre devido a forte influência das águas do oceano Atlântico que adentram à foz do rio Amazonas. É cercada por manguezais, e ainda por alguns poucos coqueiros. A praia tem algumas barracas que servem pequenos pratos (tira-gostos) a base de peixes e “frutos do mar”, e servem bebidas alcoólicas e não-alcoólicas e sucos de frutas regionais. Também é possível atar uma rede¹⁶ em outras barracas menores de apoio à recepção dos visitantes, e relaxar contemplando a natureza do lugar. Depois de percorrermos a extensão da praia, sentindo a brisa forte e constante (muito semelhante às praias de mar, e que chega a fazer um zumbido no ouvido), fomos ao pequeno barracão da Associação de Mulheres do Pesqueiro – ASMUPESQ. Conversamos principalmente sobre as atividades realizadas pelas mulheres, tais como o extrativismo da andiroba e do coco, e a produção artesanal de cosméticos como sabonetes, óleos e perfumes a

¹⁶ Na linguagem popular, *atar uma rede* significa armar uma rede, colocar uma rede.

base destes; e os artesanatos tipo souvenirs e biojóias feitas com sementes e outros materiais coletados, como pedaços de árvores, casca de caranguejos e de outros mariscos, e galhos e folhas secas dos mangues. Ao lado do barracão, existe uma pequena loja de artesanato mantida pela ASMUPESQ. Também foi assunto da conversa, a hospitalidade da comunidade da praia do Pesqueiro. As mulheres falaram que os turistas são recebidos em suas casas como se fossem seus convidados pessoais, familiares; podem conviver e participar das atividades diárias da comunidade como a pesca artesanal e o extrativismo do caranguejo e do turu, uma espécie de minhoca bem comprida (algumas chegam a ter mais de 1 m de comprimento) que vivem no interior dos troncos pobres no manguezal, e são conhecidos como “viagra natural”, um alimento comum para o pescador e para o caboclo marajoara, mas que devido a mídia e aos visitantes de todo mundo que chegam a ilha do Marajó, começam a ser considerado uma verdadeira iguaria amazônica.

As refeições são preparadas por elas próprias, e tornam-se momentos únicos de convivência, de encontro. No café-da-manhã servem a tradicional tapioquinha e sucos de frutas regionais como cupuaçu, bacuri, taperebá e outras, também vão à mesa alguns pratos típicos do Marajó, como o conhecido requeijão de leite de búfala. Aliás, este é um animal símbolo do Marajó. O caboclo marajoara tem sua vida orbitada pelo búfalo, seja para o transporte, para o sustento econômico, criando-os em pequenos rebanhos, ou cuidando deles em grandes manadas para os fazendeiros latifundiários (como empregados), usando seu couro, cifres e outras partes de seu corpo para a confecção de artesanatos, ou seja na própria alimentação. O chamado “Frito do Vaqueiro” é um prato simples, tradicional, contudo altamente energético, feito a base de carne de búfalo frita e farinha de mandioca, que os peões levam para longas jornadas de pastoreio, e que tornou-se um prato turístico muito conhecido e procurado pelos visitantes. Este é dos pratos que o visitante pode degustar no almoço da Praia do Pesqueiro.

A hora do jantar torna-se um evento a parte no roteiro, nesse momento pode-se, a luz do luar reluzente nas águas da praia, comer e apreciar o tradicional Carimbó pau e corda¹⁷, acompanhado e bailado por casais de dançarinos; eles com calças brancas, enroladas na perna até a altura próxima ao joelho, e camisas abertas, floridas e amarradas à altura do peito, e com chapéis de palha, simulando um traje de pescador/coletor de caranguejos; elas com saias

¹⁷ Chama-se *Carimbó pau e corda*, para o Carimbó tocado e cantado de forma tradicional, sem recursos eletrônicos, somente com o curimbó (espécie de tambor esculpido no tronco das árvores), com as maracás (chocalhos feitos com uma arte de madeira, fincadas em pequenas cuias, com sementes e/ou pequenas pedras em seu interior), com o banjo e com a voz, sem microfones (nota do autor).

compridas, bem rodadas, misturando rendas bem simples com estampas floridas, que voam ao vento em suas coreografias circulares, e também arranjos floridos na cabeça; mas o que realmente chama a atenção é a indiscutível simpatia de ambos. Próximo do final da apresentação, os bailarinos e bailarinas tomam os visitantes pelas mãos, e os convidam a entrar e dançar na roda. A noite termina com uma grande festa, com todos muito felizes, comendo, bebendo e dançando ao som do Carimbó, e sob a hospitalidade da comunidade da Praia do Pesqueiro. Ao final, voltamos para Hotel Ilha do Marajó, em Soure, para descansarmos e voltarmos a Belém na madrugada do dia seguinte, certos que aquele dia jamais sairia de nossas memórias.

Contudo há limites, que estão na esfera do poder público, que precisam ser superados e resolvidos, tais como a falta de transporte público e de meios de comunicação mais eficazes na comunidade do Pesqueiro. (ROSÁRIO, 2010).

Dessa forma, não por menos, o projeto VEM – Viagem Encontrando o Marajó, apresentado pela ASMUPESQ, e aprovado pelo Edital de Chamada Pública de projetos de Turismo de Base Comunitária do MTur tem seu foco na capacitação dos moradores locais para a hospitalidade e recepção de visitantes. Envolve formação e qualificação profissional em: Condução de visitantes a atrativos naturais e culturais como à pesca artesanal, aos manguezais, e à extração da andiroba, pessoas que já desenvolviam estas tarefas anteriormente; Gastronomia, qualificando e ensinando técnicas de manipulação de alimentos e de culinária regional, também organiza uma gestão compartilhada do serviço, havendo um rodízio das mulheres para cozinhar; Anfitriões, que são jovens que recebem e acompanham os visitantes durante sua estada na vila; e Hospitalidade, famílias que são capacitadas a receberem e hospedarem os visitantes em quartos desocupados e previamente estruturados. (ROSÁRIO, 2010; VEM, 2011). Parceiros do projeto são a agência Turismo Consciente e o Sebrae – PA.

– A experiência de Ilha do Mosqueiro – PA

A ilha de Mosqueiro, a análise dos limites e possibilidades do EBC na Comunidade de Caruaru e as territorialidades engendradas pelo processo de turistificação nesta comunidade são um dos principais objetivos deste trabalho, e por isso serão mais bem abordados no Item 4. Contudo, nesse momento, torna-se necessário relatar a experiência de Ecoturismo (e por

que não dizer, de Ecoturismo de base Comunitária) que as comunidades de Caruaru e Castanhal do Mari-Mari desenvolveram com o projeto Trilhas Olhos D'água.

A Prefeitura Municipal de Belém – PMB, por meio da então Companhia de Turismo de Belém – BELEMTUR (hoje, Coordenadoria Municipal de Turismo – BELEMTUR) promoveu de 1999 a 2003, nas comunidades de Caruaru e Castanhal do Mari-Mari, Ilha de Mosqueiro, o projeto Trilha Olhos D'água. O projeto consistiu em uma proposta de desenvolvimento local dessas comunidades, por meio da prática ecoturística.

O roteiro Trilha Olhos D'água se iniciava, por volta de 08h30min. sempre partindo do Trapiche da Vila, navegando em barcos regionais (os tradicionais “pô-pô-pô's”) adaptados para o transporte dos ecoturistas pela baía de Santo Antônio, depois por igarapés da região até aportar na comunidade de Castanhal de Mari-Mari. Nessa comunidade era ofertado um café da manhã, além do acompanhamento de monitores locais e da possibilidade de conversarmos com moradores sobre a história e as lendas locais. Tudo em forma de serviços ofertados pela comunidade para geração de renda. Em seguida, se iniciava uma caminhada ecológica por uma trilha interpretativa com placas interpretativas e indicativas sobre aspectos da cultura e da biodiversidade local.

O percurso era de aproximadamente 3.688 m. com duração média de 2 h. por região de floresta secundária de solo firme, com espécimes florísticas representativas tais como a seringueira, a andirobeira, a castanheira e o “pau amarelo”, e faunísticas como a preguiça-comum, o gaviãozinho, a paca e o macaco-sagüi. (PMB, 1998). Era possível visualizar as nascentes de alguns rios e igarapés da hidrografia local (os chamados olhos d'água), tais como, o do rio Muribira muito importante para o abastecimento de água para população da ilha. Nesses momentos eram inseridos conteúdos de educação ambiental e incentivava-se um rápido debate sobre a importância da preservação ambiental e do consumo sustentável. Ao chegarmos à comunidade de Caruaru fazíamos uma rápida parada para recobrar as forças em seguida caminhávamos pela comunidade para conhecer alguns aspectos da vida cotidiana comunitária. Visitávamos a “casa de farinha”, a escola, a capela da padroeira local, Santa Rosa de Lima, e o barracão da comunidade, onde era possível comprar o artesanato local, inclusive a conhecida “varinha do amor” da Ilha de Mosqueiro.

Passado este breve momento de convivência comunitária, embarcávamos em direção ao Sítio Pratiquera, na comunidade de Espírito Santo, onde era servido um almoço regional. Por fim, novamente no “pô-pô-pô”, íamos em direção ao Porto do Pelé, onde se encerrava o

roteiro¹⁸.



Figura 06: Caminhada na Trilha Olhos D'água com alunos e alunas do Programa Primeiro Emprego. Aula de campo, 2007.
Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁸ O relato ora apresentado advém de nossa experiência como coordenador do projeto Trilha Olhos D'água de 2001 a 2002.



Figura 07: Momento de interpretação ambiental na Trilha Olhos D'água, com a contribuição de um aluno do Programa Primeiro Emprego. Aula de campo, 2007.

Fonte: Arquivo pessoal.

É importante ressaltar que todas as atividades eram realizadas de comum acordo com as comunidades envolvidas, e a execução do roteiro foi antecedida por oficinas de planejamento, mini-cursos e seminários de capacitação da comunidade, e todo o processo era avaliado e monitorado por outros agentes e instituições parceiras tais como Fundação de Parque e Áreas Verdes do Município de Belém – FUNVERDE (atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA), Agência Distrital da Ilha de Mosqueiro – ADMOS, Universidade Federal do Pará – UFPA e Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG. E também que o roteiro tinha uma regularidade semanal de realização (sempre aos finais de semana), devido o trabalho de promoção e divulgação que a BELEMTUR fazia por meio de materiais impressos em seus Postos de Informações Turísticas – PIT, e de palestras proferidas pela coordenação em universidades, escolas e outros espaços públicos, e por isso, já consistia em uma alternativa de geração de renda para estas comunidades.

Este projeto, ainda hoje, é citado em referências bibliográficas como uma experimentação de ecoturismo no município de Belém; para a população local serviu como uma oportunidade de conhecer e experimentar o ecoturismo (citado até hoje pelos mesmos) como uma alternativa econômica e de geração de renda, que infelizmente não teve continuidade com a sucessão da prefeitura de Belém em 2004.

Dessa forma, buscamos discutir algumas características teóricoconceituais do Turismo de base Comunitária e do Ecoturismo, buscando nos aproximar e fundamentar uma proposta de Ecoturismo de base Comunitária, expondo algumas experiências práticas deste no Brasil e na região amazônica, corroborando assim, com nossos argumentos de que o EBC é uma realidade e que carece de maiores reflexões que possam: apoiar a proposição de políticas públicas mais específicas, tais como o Edital de Turismo de base Comunitária do MTur; chamar a atenção do trade turístico e dos governos para este segmento; e por fim, assim, contribuir para o desenvolvimento local de nossas comunidades, proporcionando-lhes uma verdadeira melhoria na qualidade de suas vidas.

No item seguinte daremos continuidade a nossas reflexões buscando caracterizar a natureza do turismo fomentado no Polo Turístico de Belém, a partir de uma abordagem territorial em Geografia.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PARÁ: A NATUREZA DO TURISMO NO PÓLO TURÍSTICO DE BELÉM

Neste item, faremos uma análise, a partir de uma abordagem territorial em Geografia, da atuação do Programa de Regionalização do Turismo no Estado Pará, mais especificamente no Pólo Turístico de Belém, enquanto a base territorial para o desenvolvimento do Plano Nacional do Turismo – PNT, com vistas a uma crítica sobre a implementação do programa no Pará, visto que os preceitos e diretrizes expostos no referido documento, a nosso ver, não estão sendo adotados a contento. Para tal empreitada, será necessário também uma breve avaliação sobre outras ferramentas de planificação e instâncias de governança do turismo no estado, tais como o Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDTPA e o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Pará – FOMENTUR.

Abordaremos o Programa como a estratégia de ação territorial do Ministério do Turismo – Mtur e do PNT e, dessa forma, como definidor dos territórios prioritários desta política no Pará, por meio de suas “Regiões Indutoras do Turismo”, sendo assim também, formador de territorialidades turísticas a partir da planificação e execução de suas ações. Relendo seus enunciados e formulações técnicas, revendo o PRT e suas ações no estado Pará, buscaremos fazer uma análise relacional dos princípios, diretrizes e fundamentos postulados em seus documentos oficiais.

A hipótese central que pretendemos delinear é que a implementação do Programa de Regionalização do Turismo no Pará não tem sido realizado sob a égide de seus princípios de gestão compartilhada e participativa, sustentabilidade socioambiental e planejamento regional do turismo. Ora, para construir tal hipótese, faz-se necessário problematizar e questionar: qual a natureza da política de regionalização do turismo implementada no Estado do Pará, mais especificamente, no Pólo Turístico de Belém (pólo este, em que está inserido a Ilha de Mosqueiro, e obviamente, a Comunidade de Caruaru)?

A metodologia de pesquisa constitui-se, inicialmente, na análise documental do Programa de Regionalização do Turismo e Regiões Indutoras de Turismo no Estado do Pará, a luz de uma concisa, porém, consistente revisão conceitual sobre categorias como Território e Territorialidades. Também serão observados atores sociais envolvidos com a implementação do programa, notadamente gestores públicos do turismo, técnicos e representantes de

instituições públicas e privadas, principalmente de órgãos como a Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, co-gestora da política nacional de turismo no estado, a partir de sua atuação no FOMENTUR e também de relatórios de trabalho apresentados ao Fórum.

2.1 – As Abordagens dos Conceitos de Território, Territorialidade e Regionalização.

As definições que ensejam o conceito de território na Geografia têm dimensões variadas (política, econômica, social, cultural, institucional, etc) e tem sido abordado pelos teóricos de acordo com suas necessidades de interpretação da realidade em um dado espaço geográfico e contexto social, contudo, é possível identificar na literatura especializada algumas características comuns.

Uma característica recorrente nos enunciados e construções teórico-ideológicas sobre território é a noção de relações de poder. Para Souza (2005), o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2005. p.78). Assim, para se compreender a construção do território é necessário saber “quem domina ou influência e como domina ou influência esse espaço”.

Essa abordagem politico-institucional foi amplamente utilizada (e ainda continua), quase que “mecanicamente” pelos interessados em vincular o conceito de território ao de Estado-nação ou território nacional, onde o mesmo se constitui numa porção do espaço geográfico definido e delimitado por fronteiras politico-administrativas e que se encontra sob a égide de um governo que detém o poder, e neste mantém relações sociais (sobretudo, políticas e econômicas) com o intuito primordial de se perpetuar neste poder.

Todavia, para Souza (2005) a conformação do território não se encerra nessas dimensões, ele assinala a dimensão cultural ao definir muito claramente, por exemplo, os territórios da criminalidade do tráfico de drogas e da prostituição no Rio de Janeiro.

Ainda na linha do “espaço sob a égide do poder constituído”, Gottmam *apud* Saquet (2007) nos mostra que o território é definido historicamente no tempo e no espaço de acordo com as características e necessidades de cada sociedade, e que, sendo o território um *compartimento* do espaço como resultado de sua diversificação e organização ele tem duas funções principais: a função de abrigo, como meio para a segurança, e servir de trampolim para oportunidades (grifos do autor).

Na busca de uma geografia renovada e crítica que supere as abordagens reducionistas

do passado, uma gama de estudos e pesquisas tem sido realizadas por pesquisadores (ou grupo de pesquisadores) na busca de uma abordagem territorial mais abrangente que de conta de interpretar a complexidade da vida *real*.

Ainda segundo Saquet (2007), Michel Foucault deu valorosa contribuição ao pensamento geográfico sobre território ao perceber que as relações de poder não se dão unicamente entre o “poder centralizado” do Estado-nação sobre o “seu” povo, ou mesmo entre Estados-nações e seus governos; as relações de poder estão presentes no cotidiano da vida, desde as relações sociais menos pretensiosas como as familiares, até as mais complexas como as de trabalho e as de religião.

Claude Raffestin em sua celebre obra “Por uma Geografia do Poder” assinala que o poder estar presente nas relações sociais efetivadas na vida cotidiana, nas ações do Estado, das empresas, das instituições, das pessoas, configurando-se o que chama de *campos de poder*. Percebemos que a noção de relações de poder é algo indissociável do conceito de território, uma vez que “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, *apud* SAQUET, 2007).

Essa é uma abordagem um tanto renovada e multidimensional sobre o conceito de território que nos permitiu atualmente perceber outros aspectos importantes, e que inspirou outros autores contemporâneos nesta missão de desvelar as nuances mais implícitas da conformação dos territórios e das territorialidades.

Ao nosso interesse, já exposto nas primeiras linhas deste item (a saber: a relação turismo/território/territorialidades), as contribuições de Rogerio Haesbaert e Marcos Aurelio Saquet serão de grande valia. Para Haesbaert, a discussão sobre a formação de territórios, e por conseguinte, de territorialidades estão relacionados aos conceitos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

A partir de uma abordagem denominada de *híbrida* que abarca dimensões materiais e simbólicas, com ênfase em aspectos dos processos culturais e políticos, identifica 03 grandes abordagens diferenciadas sobre o conceito de território, a saber: 1) a jurídico-política, onde o território é entendido como um espaço sob a égide de um poder constituído, principalmente de caráter estatal; 2) a culturalista de caráter mais simbólico e subjetivo, onde o território é apropriado por meio da imaginário e da identidade social; e 3) é a abordagem que prioriza os aspectos econômicos, que considera menos relevante em sua abordagem (HASBAERT *apud* SAQUET, 2007; BRISKIEVICZ, 2009).

O chamado processo de T-D-R discutido por Haesbaert (2005), (e ratificamos, de interesse para esta pesquisa) esta baseado no sistema original de Raffestin (1993), e constitui-se, resumidamente, em alguns postulados, tais como: o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização é concomitante e simultâneo e estão intimamente ligados a produção do espaço. Territorialidades se dão no e com a produção do espaço. Reconhece o movimento, a transescalaridade e a complexidade como princípios de territorialidades; os processos de (re) territorialização estão mais relacionados a das dimensões políticas e culturais (aspectos sociais), enquanto que os processos de desterritorialização estão mais próximos à dimensão econômica.

... se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muitos mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e “sem pátria”.

Daí o peso das chamadas inovações (ou “revoluções”) tecnológicas na aceleração do processo desterritorializador, mas marcante ainda no atual meio técnico-científico (SANTOS, 1985) ou da “Terceira Revolução Industrial” - especialmente após os anos 60 quando o avanço das tecnologias da informação permitiram a flexibilização da produção (ou sua “deslocalização”) e a agilização do ciclo dos produtos, além de ampliar enormemente o setor de serviços (especialmente aqueles ligados a atividades “móveis” como comunicação e turismo) e agilizar de uma maneira bruta tal circulação do capital financeiro. (HAESBAERT, 2005. pg. 178 – 179).

Contudo, o autor alerta serem estes apenas esquemas “didáticos” de compreensão e interpretação de uma dada realidade, pois segundo o mesmo “Sabemos o quanto é difícil e mesmo imprudente separar essas esferas.”, e que se trata simplesmente de uma “questão de priorizar a dinâmica *predominante*”. (HAESBAERT, 2005. pg. 178).

Haesbaert, apoiado em Lefebvre, corrobora com a acepção de que o território tem como elemento básico em seu conceito a noção de Poder. Mas o “poder” aqui entendido não somente como o “tradicional poder político”, mas também compreendido em um sentido mais concreto e material (dominação), e /ou com um sentido mais simbólico (apropriação). Segundo, o autor “Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais funcional e vinculado ao valor de troca”. (HAESBAERT, 2005. p.6774 – 6775).

E ainda completa:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempos e ritmos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais é o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional , menos ele se presta à apropriação. Por quê ? Porque ele se

coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986 *apud* HAESBAERT, 2005. p. 6775).

Assim, fica claro que o conceito de território e territorialidade trabalhado por Haesbaert é fundamentado no conceito de espaço produzido por relações sociais de Lefebvre, como produção socioespacial, por meio de relações concretas e simbólicas, articuladas aos interesses econômicos e políticos em busca de um controle e acumulação de capitais; ou seja, relações de poder.

Embora Lefebvre se refira sempre a espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído, um pouco como na distinção entre espaço e território feita por autores como Raffestin (1993[1980]). De certa maneira podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista). (HAESBAERT, 2005. p. 6775).

Outra abordagem dos conceitos de território e territorialidade de interesse dessa pesquisa é a feita por Saquet. Para o autor, a territorialização do espaço é (i)material, ou seja, é conformada por meio do movimento promotor de continuidade e descontinuidades (“descontinuidades”), de mudanças e permanências, no tempo e no/com o espaço, estas de caráteres material e imaterial (“(i)material”). A produção social do espaço aqui também é considerada, uma vez que, admite a pluralidade de agentes sociais e a complexidade do fazer social, como características marcantes.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca contraditória e de unidade entre si, *no e com* os lugares *com outros* lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro. Também são inseparáveis, como a relação tempo histórico versus tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território. (SAQUET, 2007. p. 158 – 159).

Essa é uma abordagem que corrobora em certa medida com os postulados por Haesbaert, uma vez que percebemos tais características no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Esse processo acontece, por exemplo, na T-D-R, na qual há uma unidade, reprodução continuada de elementos/aspectos econômicos, políticos e culturais; uma unidade entre diferentes sujeitos, processos e períodos e/ou momentos históricos (multitemporalidade), porque a T-D-R ocorre no tempo histórico e é substantivada, concomitantemente, por relações multiescalares, no mesmo ou entre diferentes lugares. Considerando-se, por exemplo, 30 dias como um tempo brevíssimo ou momentâneo, este processo histórico também é simultâneo e relacional, no qual se perde e se constrói *identidade* simultaneamente. O território é **multiescalar** e **multitemporal**;

processual-relacional; identidade/unidade e movimento. Há sempre, recriação, *novas* identidades, novos arranjos territoriais, redefinições, novos significados, com descontinuidades. (grifos do Autor). (SAQUET, 2007. p. 162-163).

Não obstante, e também de importância para nossa análise, está o conceito de regionalização. Na abordagem da regionalização, no âmbito da teoria clássica de planejamento regional, pode se utilizar várias técnicas para a delimitação das regiões. Isso dependerá basicamente do objetivo da regionalização, dos critérios utilizados, e das informações disponíveis.

Como objetivos mais importantes da regionalização estão o da análise e do planejamento; e como critérios o de interdependência e o da semelhança. (HILHORST, 1973.p. 83).

Organizando os objetivos e os critérios em uma tabela de duas entradas é possível identificar 4 (quatro) tipos de regionalização:

		Objetivos	
		Análise	Planejamento
Critérios	Interdependência	Região Polarizada	Região de Planejamento
	Semelhança	Área Homogênea	Área-programa

Quadro 01: Tipos de Regionalização.

Fonte: Hilhorst (1973).

Essa leitura tem uma forte inspiração “neopositivista”, a partir de uma classificação por semelhanças de relações, influenciada pela Geografia Lablacheana, expressando um funcionalismo que admite o espaço geográfico como um sistema (aberto) de fluxos, onde cada parcela do espaço (ou subsistema) é responsável por um conjunto específico de funções. Surgem assim, as regiões funcionais (ou polarizadas), também fortemente inspiradas pela teoria de Polos de Crescimento, onde um polo central urbano espalha seu raio de influência (e poder) sobre um espaço regional periférico, admitindo-se zonas de sobreposição a outras regiões funcionais. Assim, no âmbito da economia regional funda-se uma distinção (não necessariamente dicotômica) entre as regiões homogêneas (ou uniformes) e as regiões funcionais (ou polarizadas). (HAESBAERT, 2010).

Haesbaert (2010) tendo por objetivo a análise, observa nesse contexto a presença de 2 (dois) grandes princípios da extensão e da conexão em Geografia: o princípio da homogeneidade (ou uniformidade) e o princípio da coesão regional (mais funcional), que o mesmo sintetiza no quadro a seguir:

	Região homogênea (princípio da homogeneidade)	Região Funcional (princípio da coesão)
Propriedades básicas	Uniformidade Estabilidade ("fixos", espaços zonais, justapostos) "Realidade horizontal" (De Jung)	Organização/coesão Mobilidade ("fluxos", espaços reticulares, sobrepostos) "Realidade vertical" (De Jung)
Fenômenos privilegiados	Ações em área	Ações em rede
Método de regionalização	"Diferenciação" ou "classificação de áreas" (Hartshorne, Grigg)	Hierarquização de polos e fluxos (centros e periferias)

Quadro 02: Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais.

Fonte: Haesbaert (2010).

Deve-se ressaltar que estes 2 (dois) importantes princípios distintos da Geografia, porém complementares e interdependentes pautaram grande parte do debate sobre região e regionalização, e ainda tem forte influência sobre o planejamento do desenvolvimento de políticas públicas, inclusive sobre as políticas de planejamento turístico, como veremos mais a diante.

Continuando a análise, em uma abordagem geográfica, podemos identificar pelo menos 3 grandes fases de abordagens do conceito de regionalização, que correspondem a 3 concepções distintas de região, a saber: 1) primeiro uma abordagem pautada em um certo determinismo físico-natural, rejeitando as divisões politico-administrativa para a regionalização, valorizando as unidades fisiográficas, sobretudo as características visíveis da paisagem; 2) outra que se identifica como uma espécie de transição da região de base naturais para região definida mais pela ação humana, resultante da relação "homem-meio"; e 3) onde ocorre a introdução do aspecto econômico, que demonstra claramente uma concepção funcionalista, por meio de um concepção de "nodalidade". (HAESBAERT, 2010. p. 35-36).

Essas diferenciações e (re) evoluções nas abordagens ao longo da história levou a se pensar na "morte" dos conceitos de região e regionalização. Segundo Haesbaert (2010) isso se deu em pelo menos 3 (três) momentos históricos: 1) durante o neopositivismo; 2) com o

advento do marxismo e; 3) com o que autor chama de “globalismo pós-moderno”. Na mesma medida, o autor delinea 3 (três) grandes correntes do pensamento que promoveram a “ressureição” de tais conceitos (sendo estes de mais interesse para nossa pesquisa): 1) o pós-estruturalismo; 2) a teoria da (estrutur)ação, sobretudo aquela inspirada nas teorias de Anthony Giddens; e 3) as novas correntes materialistas ligadas, sobretudo, a um marxismo bastante aberto e renovado, que não ignora as formas de amálgama que são possíveis entre as diversas perspectivas, que teve como um de seus principais expoentes o italiano Antonio Gramsci, e da releitura que alguns adeptos dessa corrente de pensamento fizeram do “criador” do conceito de região, o francês Vidal de la Blache. (HAESBAERT, 2010).

Por outro lado, essa abordagem regional dominante (sistêmica e funcional), como objetivo de planejamento turístico também foi fortemente utilizada nas últimas décadas (BARRETO, 1991; BENI, 1998; BOULLON, 1986; HALL, 2001; RUSCHMANN, 1997).

Com efeito, podemos dizer que a teoria de Sistema Turístico do arquiteto argentino Roberto Boullon foi a mais amplamente divulgada e utilizada neste mesmo período, sobretudo, em realidades mais familiares a nossa brasileira, tais como em países da América Latina. Entre os anos de 1974 e 1979, a frente do Centro de Capacitação Turística – CICATUR desenvolveu diversos estudos e planos de desenvolvimento turístico (em diversas escalas) no cone sul das Américas. (FRACTUCCI, 2008). O fundamento de toda sua teoria de planejamento turístico está em sua célebre obra *Planificación del Espacio Turístico* de 1986, sendo por isso, a obra por nós utilizada para dialogarmos nesse trabalho.

O modelo e o funcionamento do Sistema Turístico proposto em Boullon (1986) são formados pela relação de interdependência de seus componentes, determinados pelo autor, como: demanda turística, oferta turística, o processo de venda (mercado), o produto turístico, as plantas turísticas (correspondente ao que conhecemos como infra-estrutura turística, ou seja, todos os equipamentos e serviços que atendem diretamente o turismo e o lazer, e estão subdivididas em equipamentos e instalações) e os atrativos turísticos (correspondente aos atrativos naturais e culturais), a infraestrutura (correspondente ao conjunto da infra-estrutura urbana, pública e privada, que a atividade turística se utiliza, sem necessariamente, ser feita para atendê-la, ou seja, corresponde por exemplo, as redes de transportes e comunicação, a segurança pública, a saúde, a geração de energia, ao saneamento básico, etc.) a superestrutura (correspondente a um subsistema superior encarregado de regular todo o sistema turístico, ou seja, corresponde ao conjunto dos organismos especializados, tanto públicos como privados, responsáveis por gerenciar o sistema turístico), e um sub-conjunto que chama de patrimônio

turístico (composto por atrativos turísticos, planta turística, infraestrutura e superestrutura turística).

A base do processo é o encontro da oferta com a demanda turística, é da venda do chamado produto turístico, que juntamente com a infraestrutura formam a estrutura de produção do setor. Integrada de forma interdependente está a Superestrutura responsável por controlar o funcionamento do sistema turístico. (BOULLON, 1986).

O autor parte de um método empírico para delinear o espaço turístico, observando a distribuição territorial dos atrativos turísticos e da planta, com o objetivo de detectar os agrupamentos e concentrações que compõem a paisagem.

Assim, o autor tipifica o espaço turístico da seguinte forma, como sistematizado em Frattucci (2008).

Componente	Requisitos básicos	Observações
Zona turística	10 Atrativos turísticos 02 Centros turísticos Equipamentos e serviços Infraestrutura de transportes e comunicação	É a maior unidade de análise do espaço turístico Para ser subdividida áreas turísticas necessita ter mais de 20 atrativos turísticos
Área turística	01 Centro turístico 10 Atrativos turísticos Equipamentos e serviços Infraestrutura de transportes e comunicação	São partes em que uma Zona turística pode ser subdividida
Centro turístico	Atrativos turísticos em seu raio de influências Equipamentos e serviços turísticos Infraestrutura de transporte interno e conexões com as áreas emissoras	Centro urbano que polariza a atividade turística de uma área ou zona turística Pode ser distribuição, de estada, de escala ou de excursão.
Complexo turístico	Atrativos com grande poder	Agrupamento maior que um

	de atratividade 1 Centro turístico	centro turístico menor que uma zona turística
Unidade turística	1 ou mais atrativos turísticos singulares e concentrados Hospedagem Alimentação Entretenimento	Menor que um Centro turístico
Núcleo turístico	Até 09 Atrativos turísticos	Isolado, com pouca ou nenhuma infraestrutura de acesso
Conjunto turístico	Até 09 Atrativos turísticos Infraestrutura de transportes	São núcleos turísticos após a sua integração ao sistema turístico
Corredores turísticos		Vias de conexão entre diversos componentes do espaço turístico Podem ser de traslado ou de estrada

Quadro 03: Componentes do espaço turístico proposto por Roberto Boullon.

Fonte: Fractucci (2008) adaptado a partir de Boullon (1990a).

Em nossa análise, percebemos uma forte influência estruturalista, funcional e sistêmica na teoria de Roberto Boullon, que (sobre) valoriza os fixos e os aspectos físicos “sobre” o espaço geográfico (sejam naturais, ou sejam, edificados) para delimitar os espaços turísticos; e (sub) valoriza os fluxos existentes (de comunicação, de transportes, e etc.) nessa delimitação, resumindo-se estes, a vias de conexão entre os diversos componentes do espaço turístico. Aspectos econômicos, sociais e culturais (fundamentais para a produção territorial) são relegados ao segundo plano.

Assim, mesmo que percebamos características marcantes de um processo de regionalização na teoria de Roberto Boullon, uma contradição se apresenta: a partir de uma visão funcional, contudo fortemente de homogeneização do espaço também, o autor nega a existência de regiões turísticas, preferindo nomear a maior parcela do espaço turístico como zona turística.

Visto que o espaço turístico é entrecortado, não se podem recorrer as técnicas de regionalização para proceder a sua delimitação porque, de acordo com as mesmas, haveria que abarcar toda a superfície do país ou da província em estudo e se fizeses isto cometeria um erro de fazer figurar como turísticas grandes superfícies que não o são. Isto quer dizer que as regiões turísticas não existem. (BOULLON, 1986. p. 65 – 66).

Dessa forma, torna-nos claro que tais contradições podem causar distorções e equívocos graves quando da implementação de políticas públicas de desenvolvimento turístico que sigam a “cartilha” de Planejamento Turístico de Roberto Boullon; políticas como o Programa de Regionalização do Turismo do Brasil. Essas distorções parece-nos ainda mais forte na região amazônica, que historicamente sofre de desigualdades regionais marcantes em relação às demais regiões do país, sendo esta uma das hipóteses que pretendemos discutir e testar ao longo dos próximos subcapítulos, ao discutir a natureza da atividade turística e o processo de regionalização do turismo no polo turístico de Belém.

2.2 - A Natureza do Turismo: Viagem, Fenômeno Social, Território e Territorialidades

A prática da viagem é traço marcante na história do homem civilizado desde a antiguidade. De várias naturezas foram as forças que as motivaram ao longo do processo histórico da humanidade. Povos como os fenícios, os gregos, os romanos e os *Vinkings* já tinham a viagem como elemento presente em seus imaginários e práticas, representando a busca por “conhecimentos e desafios tanto na literatura, quanto na mitologia grego/romana” (FIGUEIREDO, 2003. p. 246).

A Idade Média foi um período em que houve significativa redução na execução das viagens. Fatores como o medo (FIGUEIREDO, 2003) e a dúvida inquietante do homem com relação ao sentido de sua própria existência inibiram o desejo pela viagem, pois a “crescente confusão entre o sagrado e o profano e a mútua influência entre ambos os domínios, religioso e civil, trazia consigo um clima de dúvida” (AQUINO, 1993. p. 22).

As viagens além dos limites terrestres eram as mais temerosas, pois “do mar vêm a tempestade, as ondas violentas, as chuvas, o naufrágio e, por fim, a morte” (FIGUEIREDO, 2003. p. 249). Mitos como os das serpentes marinhas, das sereias que encantavam os marujos e o da terra plana contribuíram para essas visões¹⁹ de mundo.

¹⁹ Coelho em Reflexões sobre o ecoturismo na Amazônia define que “as visões são carregadas de imagens e mitos.” (COELHO, 1999).

Com o alvorecer da era Moderna, tal concepção de mundo foi se modificando, dando lugar a um forte desejo por descobrimentos *além-mar*. A África e as Índias seriam essas descobertas. Os relatos das viagens de Marco Polo, mercador veneziano, foram cruciais para essas mudanças. Ítalo Calvino em *As Cidades Invisíveis* reescreve, com estilo, os relatos deste viajante ao *Kublai Khan* quando de suas missões exploratórias e diplomáticas ao longo do vasto Império Mongol.

Aos pés do trono do Grande *Khan* estendia-se um pavimento de maiólica. Marco Polo, informante mudo, espalhava o mostruário de mercadorias trazidas de suas viagens aos confins do império: um elmo, uma concha, um coco, um leque. Dispondo os objetos numa certa ordem sobre os azulejos brancos e pretos e, a partir daí, deslocando-os com movimentos estudados, o embaixador tentava representar aos olhos do monarca as vicissitudes de sua viagem, o estado do império, as prerrogativas de remotas capitais.

Kublai era um atento jogador de xadrez; seguindo os gestos de Marco, observava que certas peças implicavam ou excluía a proximidade de outras peças e deslocavam-se de acordo com certas linhas. Transcurando a variedade de formas, ele definia a disposição de um objeto em relação ao outro sobre o pavimento de maiólica. Pensou ‘Se cada cidade é como uma partida de xadrez, o dia em que eu conhecer as suas regras finalmente possuirei o meu império, apesar de que jamais conseguirei conhecer todas as cidades que este contém’ (CALVINO, 1990, p.111).

A expansão marítima e comercial retomou o ímpeto pela viagem. A coroa portuguesa foi a predecessora na atitude de encarar as viagens de uma forma ‘profissional’ notadamente, a partir da criação da Escola de Sagres por volta de 1417 (AQUINO, 1993). Viagens como as de Bartolomeu Dias – 1487 – que atingiu e contornou a extremidade meridional da África (Cabo da Boa Esperança) e que, posteriormente, possibilitou a chegada de Vasco da Gama a Calicute, na Índia – 1499 (AQUINO, 1993) foram importantes para desencadear este processo.

O motivo econômico que impulsionou a expansão ultramarina abriu um leque de outros interesses para os viajantes. Surgiram os naturalistas, os pesquisadores e os exploradores. A Amazônia, em especial, foi alvo de todos esses tipos. Figueiredo (2003) destaca as figuras de *Charles Marie de La Condamine*, *Alexander Von Humboldt* e *Alfred Wallace*, entre outros.

Tentando dissertar uma História da Amazônia à margem do Tratado de Tordesilhas – 1494 – Varella (2002) busca narrativas sobre *Charles dès Vaux*, filho mais novo de uma família nobre de Touraine, França. Os índios chamavam de *Itajibe* (“braço de ferro”) esse explorador que aspirava por um projeto denominado *France Equinocialle*, mas que acabou sendo o piloto – mor de uma das três caravelas que, sob as ordens do Capitão – mor Francisco Caldeira Castelo Branco, alcançou a Baía do Guajará, pelo Rio Pará, e à sua margem direita

construiu o Forte do Presépio, o início da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará.

Mas foi somente a partir de meados do século XIX que a viagem organizada com bases em uma infraestrutura turística (BARRETO, 1991) começou a propagar – se no mundo. Marcos da invenção do turismo moderno foram o surgimento da agência Abreu Turismo na cidade do Porto, em Portugal no ano de 1840; e a primeira excursão ferroviária de Tomas Cook, de Leicester a Loughborough, na Inglaterra, em 5 de junho de 1841, onde ele foi o responsável por organizar todos os serviços necessários (lanche, partidas de críquete e música ao vivo) a uma viagem de 11 milhas para 570 pessoas que participariam de um congresso antialcoólico (REJOWSKI *et al*, 2002).

Dessa forma, percebemos que o ato de viajar se apresenta como uma manifestação cultural relevante na história da humanidade, sendo o turismo a “*viagem do mundo moderno*” (FIGUEIREDO, 2003. p. 246).

Por isso Trigo (1996) alerta que ao se analisar o fenômeno turístico “não se pode fazê-lo fora de um contexto que envolve a cultura, as artes e o lazer, conjunto este inserido, por sua vez, na dinâmica e complexidade pós-industrial”. (TRIGO, 1996. p. 68)

Contudo, a citada “dinâmica e complexidade pós-industrial”, a qual o fenômeno turístico está inserido, terá de nossa parte uma análise demasiadamente estreita, se negligenciarmos uma perspectiva territorial em Geografia nesse processo, sendo este um de nossos argumentos centrais nessa pesquisa (uma análise do turismo a partir de uma abordagem territorial em Geografia); tornando-se assim necessário, abordá-lo conceitualmente.

A relação entre Geografia, Território (s), Territorialidade(s) e Turismo é intrínseca. O turismo é um objeto de estudo da ciência geográfica, afinal, o deslocamento espacial e temporal dos indivíduos é condição premente do turismo, entretanto é na perspectiva territorial que isso fica mais nítido, ou seja, nas relações socioespaciais que determinam as territorialidades existentes, e a conformação dos territórios utilizados para a prática da atividade turística. Essa constatação (o “envolvimento” entre turismo, geografia, território e territorialidades) é muito menos “simplista” do que pode parecer, pois, este “quadrilátero” é permeado por uma mesma característica: as relações de poder.

O turismo é uma marca do século XX, que oferece condições de realização para o desejo de conhecer novos ambientes, que para muitos autores, é inerente a condição humana. Nesse sentido, ele se confunde com a própria geografia. Acho mesmo que essa explicação não é tão simplista como pode parecer à primeira vista, porque ela pode também abarcar a questão da conquista dos territórios, uma raiz da geografia.

E esse desejo de conhecimento de novos ambientes, supostamente inerente a condição humana, para uns seria, inclusive, um escape à sedentarização progressiva do homem. (BECKER, 2001. p. 02).

Para Coriolano (2005), Território é o “espaço de relações e disputas de poder, entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho”. Defini-o assim, para propor que o Território Turístico ocorre “quando o lugar torna-se recurso capaz de gerar relações turísticas, ocorre o uso do espaço, formando territorialidades”. (CORIOLANO, 2005. p. 26).

Segundo Knafou (1996) existem, esquematicamente, 3 (três) formas distintas de relação entre turismo e território: “territórios sem turismo”, “turismo sem território” e, ainda “território turístico”:

- Território sem turismo: o mundo antes do advento do turismo; mas também ainda hoje existem lugares sem turismo; um turista e/ou uma agência local de turismo não são suficientes para se determinar um território turístico;
- Turismo sem território: o turismo que não procede da iniciativa do turista, e sim de agências e empreendimentos turísticos que colocam a venda um produto turístico “inventado”; é fruto de um planejamento turístico territorial, ou mesmo de um lugar de passagem dos turistas, ou seja, não é um território apropriado pelos turistas; um bom exemplo desse turismo “fora do solo” são os “Center Parcs” do Noroeste da Europa, sendo estes equipamentos que criam seu próprio clima, em lugares banais que são selecionados não por sua atratividade, e sim pela facilidade de acesso; e
- Territórios turísticos: são os territórios inventados e produzidos pelos turistas, com certa parcela de contribuição dos operadores e planejadores turísticos; isso nos remete a um problema, uma vez que não é somente a atividade turística em si que se planeja, e sim toda a sociedade.

Continuando em sua “abordagem científica”, Knafou (1996) propõe que existem 3 (três) fontes de turistificação do território:

- O turista: este é o elemento central, está na origem do turismo; sem turistas não existe turismo e, por conseguinte, territórios turísticos, contudo, segundo o autor, esta fonte tendo sido negligenciada (tantos nos estudos quanto nas políticas públicas) dado ao forte interesse de se colocar a frente

as duas outras fontes de turistificação;

- O mercado turístico: este é atualmente a principal fonte de turistificação que consiste na formatação e colocação no mercado dos chamados produtos turísticos, e não na prática turística em si; e
- Planejadores e promotores “territoriais”: estes são mais bem territorializados do que os 2 (dois) anteriores. Estão mais bem ligados ao lugar. O autor os caracteriza ligados a projetos de Desenvolvimento local na Europa, que tem recebido o apoio financeiro de diversas escalas (regional, nacional, europeu), e que também tem tido como atitude ignorar o turista, assim como o mercado, em suas ações.

A “abordagem científica do turismo” feita por Remy Knafou é de grande valia para os estudos sociais e geográficos do turismo, contudo, a nosso ver, o autor não caracteriza muito bem essas 3 (três) formas de relação entre turismo e território, assim como não deixa claro a presença do que convencionamos chamar de comunidade local dentre os 3 (três) fontes de turistificação. Esses talvez estejam enquadrados na fonte “planejadores e promotores territoriais”, mas isso não está explícito no texto; contudo, alguns de seus postulados nessa proposta serão muito pertinentes em nossa análise, tais como resumimos a seguir: 1) no lugar turístico existem formas diversas de territorialidades, que são basicamente a territorialidade sedentária de quem vive no lugar, e a territorialidade nômade de quem passa por ali, mas que têm as mesmas necessidades de se apropriar dos lugares, tais como seus moradores. Essa diferença entre territorialidades são a causa de uma boa parcela dos conflitos existentes nos lugares onde o turismo ocorre; 2) há uma certa recusa do turismo, e daquele que é o centro desse processo, o turista. Isso faz com que se tenham diversas avaliações, muita das vezes, a partir do senso comum, que reprimem ou repelem essa atividade dos lugares. É frequente a ideia de que “antes (do turismo) era melhor”, “o turismo muda os lugares”, quando que, para o autor, quem muda somos nós enquanto pessoas, enquanto indivíduos, e assim, obviamente (contudo, erroneamente atribuímos ao turismo) mudamos nossa visão de mundo; 3) o turismo é uma “caixa de ideias prontas”, sobretudo de caráter econômico. Isso se reflete nos inúmeros estudos feitos centrados nos fluxos de viajantes, embarques e desembarques, nos meios de hospedagens, na geração de emprego e renda, no crescimento do PIB advindos dessa atividade, e etc. Contudo, mesmo sendo importantes e indispensáveis, tais estudos não dão conta integralmente do fenômeno e da natureza do turismo. (KNAFOU, 1996).

Dessa forma, ao analisarmos tais conceitos e postulados percebemos a relevância da abordagem geográfica para o estudo e pesquisa do turismo, pois “é tarefa da Geografia, especialmente da Geografia do Turismo ler o mundo, explicar e interpretá-lo, para entender a mobilidade dos fluxos turísticos” (CORIOLANO, 2005.p. 22).

Percebemos assim, a larga amplitude e extensão que envolve o turismo, tornando-se tarefa nada fácil defini-lo ou conceituá-lo. Contudo, esse é um exercício necessário se quisermos tentar entender essa amálgama de eventos constituintes do fenômeno turístico.

Sob o prisma da economia, podemos definir o turismo como “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (SCHULLARD *apud* BENI, 1998).

Para o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal–Proecotur, turismo é:

A viagem temporária de pessoas para um lugar diferente de onde moram ou trabalham, por motivos diversos. Assim como, as atividades que os viajantes realizam durante sua permanência no local e as facilidades criadas para atender às suas necessidades (PROECOTUR, 2005).

Porém, utilizando-se de uma visão mais totalizante que este fenômeno exige, pode-se definir turismo como “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (HUZIKER & KRAPF *apud* BENI, 1998).

Essa é uma visão que corrobora, em certa medida, com a nossa, pois o que pretendemos discutir e problematizar nesse subitem é o turismo como um fenômeno social dotado de grande complexidade e dinamismo, capaz de intervir decisivamente nas dinâmicas socioespaciais (sobretudo, territoriais), em diversas escalas.

O turismo é, por natureza, um fenômeno socioespacial que gera experiências para o turista. Essas experiências (vivências) são fruto de uma prática humana, onde o homem, por suas motivações as mais variadas, decide afastar-se do seu local de residência habitual e, temporariamente, percorrer outros trechos do espaço para depois retornar ao seu ponto de origem. Durante seus deslocamentos, ele tem a oportunidade de vivenciar e experimentar momentos únicos que vão ser incorporados ao seu ser histórico. (PANOSSO NETO 2005 *apud* FRATUCCI, 2008. p. 25-26).

Assim, a Sociologia é outra área do conhecimento científico bastante

instrumentalizada para desvelar as nuances mais implícitas da atividade turística; isso nos parece claro em afirmações como a de Peter Keller, Diretor Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2000:

O turismo é um fenômeno seguidamente mal entendido, ele não é uma indústria, pois não proporciona transferência de bens e serviços, que seriam produzidos atrás de alguns muros de empresas. O turismo se focaliza sobre os seres humanos que visitam um destino em função de um ou vários atrativos, isto permite que encontrem outros seres humanos que ali vivem e fornecem os bens e serviços exigidos pelos turistas. Os moradores da localidade asseguram os serviços, os empregadores e empregados fornecem uma contribuição essencial a vida turística, mas não podemos entender os recursos sociais, culturais e naturais de uma localidade como mercadorias, e sim como relações humanas. (KELLER *apud* MOESCH, 2003, p. 20).

As definições de caráter técnico são também amplamente utilizadas no meio profissional do turismo. Tais definições surgiram da necessidade de se constituir uma linguagem técnica padrão para esse novo campo de trabalho que surge, o turismo. Definições necessárias, como a de turista, que para Norwal é “ a pessoa que entra em um país estrangeiro com a finalidade completamente diferente da de fixar residência no mesmo, ou de trabalhar regularmente, e que gasta neste país, de residência temporária, dinheiro que havia ganhado em outro lugar”. (NORWAL *apud* LA TORRE, 1994, p.17).

Assim, a partir dos mais variados conceitos e definições existentes a cerca do turismo, podemos identificar alguns elementos comuns a, praticamente, todos os enunciados e construções teórico-ideológicas existentes sobre o tema. São eles:

- A viagem: o deslocamento no tempo e no espaço, com certeza, é um pressuposto básico para a condição de “turista”, porém, nem todo viajante é turista, mas todo turista, certamente, é um viajante;
- Turista, o sujeito do turismo: mais do que tentar entender “o turista” a partir de definições técnicas, este precisa ser compreendido em sua totalidade, em todos os aspectos em que um ser humano precisa ser entendido. Pois é do homem e da mulher que, subjetivamente, emanam as motivações e necessidades propulsoras da atividade turística, por isso poderíamos defini-lo como o centro das ações e reações empreendidas para acontecer o turismo;
- O motivo do turismo: Sem dúvida, são os desejos e necessidades humanas que motivam o desenvolvimento dos fluxos turísticos ao longo da crosta terrestre. Parece-nos que atualmente não há fronteiras para a “vontade humana”, todos os lugares desse planeta deverão ser visitados, basta que haja uma motivação para

isso. No debate sobre a motivação do turismo está outra questão crucial para o seu entendimento: o turismo poderá ter as mais variadas motivações para ocorrer (formas de lazer, religião, participação em eventos pontuais, etc.), contudo, nenhuma deve estar relacionada a atividades remuneratórias, ou seja, não pode estar relacionada ao “tempo do trabalho”;

- Turismo é uma opção de lazer: a vida “estressada” e o constante sentimento de fadiga proporcionado pela vida urbanizada, e o relativo aumento no poder aquisitivo da população (sobretudo, dos países desenvolvidos), fazem com que cada vez mais pessoas optem pelo turismo como uma alternativa de lazer. Assim, a utilização de um tempo liberado (MARCELLINO, 1987) do trabalho, é uma condicionante para prática do turismo;
- O tempo do turismo: a temporalidade é outro aspecto relevante para a definição do turismo. Como podemos perceber o tempo da estada no destino da viagem, também pode definir se o que está acontecendo é turismo ou fixação de residência;
- O território e as territorialidades do turismo: tal como temos discutido nesse item, o turismo é um fenômeno social, com fortes implicações territoriais, uma vez que no lugar onde ocorre o turismo, se engendram relações de poder que são motivadas, substancialmente, por este. Assim, existem o território turístico e suas territorialidades.
- A utilização de serviços turísticos: por fim, a utilização de alguns serviços e equipamentos e/ou empreendimentos específicos ou não, também podem caracterizar a realização do turismo por alguém, uma vez que, podemos chamar de turismo um city-tour pela cidade, uma visita a um museu, um passeio de barco, hospedar-se em um resort, etc;

Dessa forma, percebemos que o turismo, enquanto atividade humana, que tem o homem no centro das ações e das reações empreendidas para sua realização, não pode ser encarado a partir de uma visão compartimentada da realidade. Sua análise deve ser feita em um contexto amplo, na busca de uma amostragem holística de seus reais impactos sobre o homem e seu meio, sejam eles positivos ou negativos.

Assim, encaramos o turismo não somente como uma atividade econômica, como muitos governos o propagandeam; ou ainda como o “salvador da lavoura” de países sub-

desenvolvidos que tem em seus governantes o completo desinteresse em investir no que realmente pode desenvolver uma nação e proporcionar qualidade de vida: educação e justiça social. Para tanto, existem os que reivindicam uma “epistemologia do turismo”, tentando identificar uma cientificidade própria para o “fazer turístico”. (MOESCH, 2003).

Preferimos encará-lo como um fenômeno social complexo, altamente dinâmico (e o pressuposto de deslocamento no espaço, por si só, já é uma grande prova disso) e multidimensional, em que as análises que recaem sobre esse fenômeno devem perseguir uma transdisciplinaridade (RODRIGUES, 1997) entre as mais variadas áreas do conhecimento científico.

Essa busca parece-nos ser o grande desafio para os profissionais da área, notadamente, os que se preocupam em “pensar o turismo”, onde o turismólogo tem papel preponderante nesse processo. Também cremos que o turismo só poderá representar uma política de desenvolvimento se for realizado racional e justamente, ou seja, se for planejado e realizado com o intuito de beneficiar a todos os envolvidos na sua prática.

2.3 O Programa de Regionalização do Turismo – PRT/Mtur e sua implementação no Pólo Turístico de Belém, PA

Desde 2004 o Ministério do Turismo – Mtur, através do Macroprograma de Regionalização do Turismo (que será aqui referenciado como PRT, ou simplesmente “programa”), procura estruturar, ordenar e diversificar a oferta turística no país, sendo este programa a base territorial do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, tendo este como uma de suas metas estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional. Assim, o programa mapeou 200 regiões turísticas no Brasil, envolvendo 3.819 municípios, e se tornou um dos principais elementos da execução da política do turismo e referência para as ações do Ministério. É, dessa forma, um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do PNT.

O Programa (BRASIL/MTUR, 2004) apresenta como princípio norteador de suas ações a perspectiva teórica do Desenvolvimento Sustentável, e avança modestamente enquanto política pública setorial ao apresentar e justificar indicadores para um sistema de

gestão para o turismo sustentável, a saber:

- Indicadores de gestão da sustentabilidade ambiental: consumo de água por hóspede, consumo de energia por hóspede, geração de resíduos sólidos por hóspede, a porcentagem o total de resíduos sólidos reciclados ou encaminhados para a compostagem e a porcentagem do faturamento bruto do empreendimento aplicado em iniciativas ambientais;
- Indicadores de gestão da sustentabilidade sociocultural: geração de emprego e renda, promoção da equidade socioeconômica entre os agentes e as regiões envolvidas no desenvolvimento da atividade turística, redução dos índices de pobreza da localidade, redução dos índices de violência e criminalidade, aumento progressivo da escolaridade entre homens e mulheres, redução de índices de agravos e doenças epidemiológicas (cólera, dengue, AIDS, tuberculose, hanseníase etc.), respeito ao patrimônio histórico e cultural, representado por edificações e monumentos e pela tradição e valores das culturas locais, respeito ao patrimônio imaterial de indivíduos, comunidades e coletividades e promoção de práticas e tecnologias de inclusão sociocultural;
- Indicadores de gestão da sustentabilidade econômica: participação na receita de exportações brasileiras, participação do turismo nacional no equilíbrio da receita cambial, desembarque de passageiros em vôos internacionais, desembarque nacionais e fluxos de visitantes a destinações e atrativos turísticos;
- Indicadores de gestão da sustentabilidade político-institucional: número de organizações representadas nas redes e instancias e governança, número de pessoas que participa efetivamente das reuniões e número de projetos em Parcerias Público-Privadas (PPPs) e percentual de implementação do plano de ações institucional do programa

A consolidação de tal sistema para a sustentabilidade da atividade turística requer um formato de gestão compartilhada e horizontal onde princípios de cooperação, interdependência, autonomia e democracia são necessários. Dessa forma, o PRT propõe a implementação de “redes de turismo”.

Nessas redes de turismo compostas por diversos e diferentes atores sociais da cadeia do turismo (desde gestores públicos do âmbito municipal, estadual e federal, trabalhadores do turismo, e pequenos e micro empresários do setor como donos de pousadas e barracas de

paria, até agentes de viagens e hoteleiros de grande porte) deverão ser discutidas e encaminhadas demandas de pequena, média e grande relevância e complexidade. O protagonismo dos atores sociais participantes e a integração com as políticas de turismo de âmbito estadual e municipal são fundamentais, uma vez que, o programa não deixa claro como essas redes podem se operacionalizar e atingir seus objetivos.

O que não ocorre com a gestão regional do turismo que o programa sugere diversas possibilidades de planejamento e gestão das ações de uma forma co-responsabilizada. As possibilidades para a institucionalização da gestão regional do turismo são a criação de Associações, Organizações da Sociedade Civil de Interesses Públicos – OSCIP's, Fóruns, Conselhos e Comitês. A instância de governança regional do turismo será uma organização com participação do poder público, privado e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordená-lo em âmbito regional. O programa justifica a institucionalização da instância de governança regional pela necessidade de reforçar a capacidade dos grupos e atores sociais para lidar com seus problemas, objetivos e metas, e para gerenciar seus recursos disponíveis.

Assim, participam da instância de governança regional do turismo: gestores públicos do turismo municipal, representantes de segmentos relacionados direta ou indiretamente à atividade turística, estadual e municipal, representantes das organizações não-governamentais, representantes das instituições voltadas ao desenvolvimento regional e à sociedade civil, representantes dos órgãos ambientais, de transporte, de infra-estrutura, de saúde e de segurança, representantes do Sistema “S” (SENAC, SENAI, SESI, SEBRAE, SESC, SENAR e SESCOOP), representantes da cadeia produtiva do turismo, ou seja, representantes de diferentes grupos sociais com características econômicas, sociais e culturais bastante heterogêneas (como por exemplo, representantes da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR, associações de barraqueiros de praia e de outros trabalhadores operacionais do turismo, e etc.).

Com essa arquitetura para a gestão institucional do programa propõem-se sua implementação por meio da formatação de roteiros regionais do turismo, tendo por base territorial as regiões indutoras do turismo e os municípios que as compõem. O esquema metodológico para a formatação de tais roteiros turísticos envolve: participação efetiva dos atores sociais pertinentes, definição de competências e funções, avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos, análise de mercado e definição de segmentos, identificação dos

possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos, elaboração do roteiro específico, levantamento das ações necessárias para a implementação do roteiro turístico, definição dos preços a serem cobrados e teste do roteiro turístico, qualificação dos serviços turísticos, promoção e comercialização, e monitoria e avaliação.

Assim, o Estado do Pará possui 3 regiões Indutoras do Turismo em seu território, que se traduzem em roteiros turísticos regionais que integram os polos turísticos do estado com maior competitividade no mercado internacional, conforme abaixo:

Nome das regiões turísticas que o roteiro perpassa	Nome do roteiro turístico	Municípios inseridos no roteiro turístico	Segmentos turísticos envolvidos no roteiro, segundo o Mtur.
1. Pólo Belém 2. Pólo Araguaia-Tocantins 3. Pólo Marajó	1. Amazônia Quilombola	1. Belém 2. Acará 3. Ponta de Pedras	1. Turismo Cultural 2. Ecoturismo 3. Turismo de Negócios e Eventos 4. Turismo Náutico
1. Pólo Belém 2. Pólo Marajó	1. Amazônia do Marajó	1. Belém 2. Salvaterra (Ilha de Marajó) 3. Soure (Ilha de Marajó)	1. Turismo Cultural 2. Turismo Rural 3. Ecoturismo 4. Turismo de Aventura 5. Turismo de Negócios e Eventos
1. Pólo Tapajós	1. Tapajós: Amazônia, Selva e História	1. Santarém 2. Belterra	1. Turismo Cultural 2. Ecoturismo 3. Turismo de Aventura

Quadro 04: Regiões Indutoras de Turismo, Roteiros, Municípios e Segmentos Turísticos do Estado do Pará.

Fonte: adaptado de BRASIL/MINISTÉRIO DE TURISMO, 2005.

Analisando o quadro acima, percebemos que o Pólo Belém integra duas (das três existentes) regiões indutoras do turismo no Pará, sendo estes os roteiros “Amazônia

Quilombola” e “Amazônia do Marajó”, e que também apresenta potencialidades, evidenciadas a partir do diagnóstico de seus recursos naturais e culturais, estudos de demanda turística e pesquisa de mercados, para os segmentos de Turismo Cultural, Ecoturismo, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Náutico, Turismo Rural e Turismo de Aventura.

Um olhar mais aguçado também sobre o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDTPA) de 2001²⁰, em comparação ao PRT, começa-se a evidenciar certas dissonâncias nas estratégias de desenvolvimento turístico destes dois níveis/escalas de planificação (estadual e regional/nacional) que deveriam estar em completa sintonia.

O PDTPA ao definir os Pólos de Ecoturismo do estado, não contempla Belém e sua região insular, mesmo tendo evidenciado em seu Diagnóstico que “o Pólo Belém concentra sua oferta de pacotes nas Ilhas (41,4%). Mosqueiro, Cotijuba e do Papagaio são as preferidas.” (PARATUR, 2001). Essa estratégia difere da adotada pelo PRT que já contempla a Belém continental e suas ilhas como potencial destinação para o ecoturismo, mesmo que ainda sem prioridade para este segmento conforme vimos acima (o roteiro que prioriza o ecoturismo é o “Tapajós: Amazônia, Selva e História”).

Os equívocos percebidos no PRT e PDTPA avançam, na medida em que definem como segmento prioritário para o Pólo Belém o segmento de Turismo de Negócios e Eventos, ressaltando-se somente a modesta infra-estrutura básica e turística da capital do estado, negligenciando-se todo um patrimônio natural e cultural das ilhas, e a proximidade destas, com a infraestrutura urbana e de serviços turísticos (as ilhas citadas com maior potencialidade ecoturística tem trajetos, em média, de 1 h 15min. a partir do centro de Belém, sejam por via rodoviária ou fluvial). A razão para que este patrimônio natural e cultural seja relegado ao segundo plano é que faltam políticas de incentivo (fomento governamental, incentivo fiscal, linhas de créditos para empreendimentos privados, e etc) para o desenvolvimento do ecoturismo, mas também por certa tendência do empresariado local do turismo em investir em um segmento mais tradicional, de menor risco e de rentabilidade mais imediata, no caso o Turismo de Negócios e Eventos.

Vemos nas figuras 1 e 2 a seguir, primeiro a composição de polos turísticos do Estado do Pará, segundo o PDTPA, em seguida a composição territorial do Polo Turístico de Belém.

²⁰ Ressaltamos que a pesquisa e análise sobre o PRT e sobre o política estadual de turismo, por meio do PDTPA se deu durante o período de julho de 2010 a julho de 2011. Dessa forma, nossa análise se deu sobre o PDTPA de 2001, pois em setembro de 2011, a PARATUR a apresentou um novo plano que, infelizmente, não pode ser por nós analisado, visto que o mesmo só foi apresentado publicamente, quando já havíamos concluído nossa pesquisa.

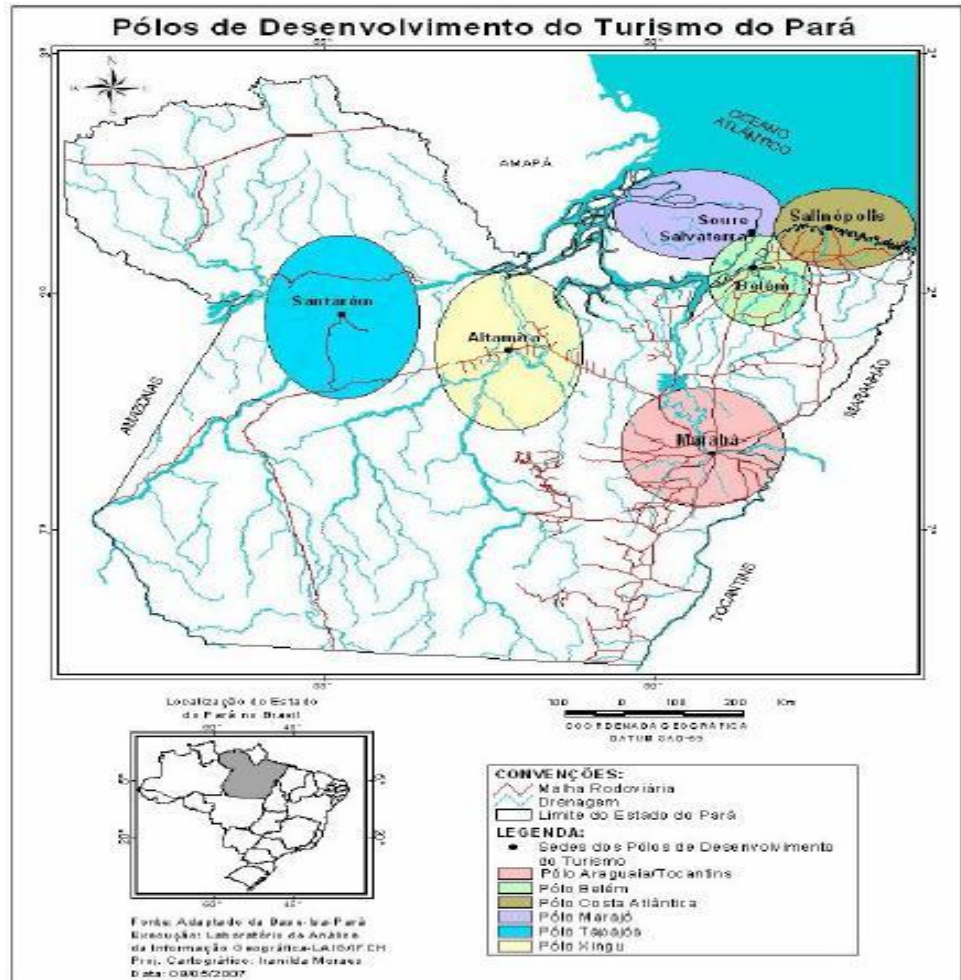


Figura 08: Polos Turísticos do Estado do Pará.
 Fonte: Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDTPA, 2001.

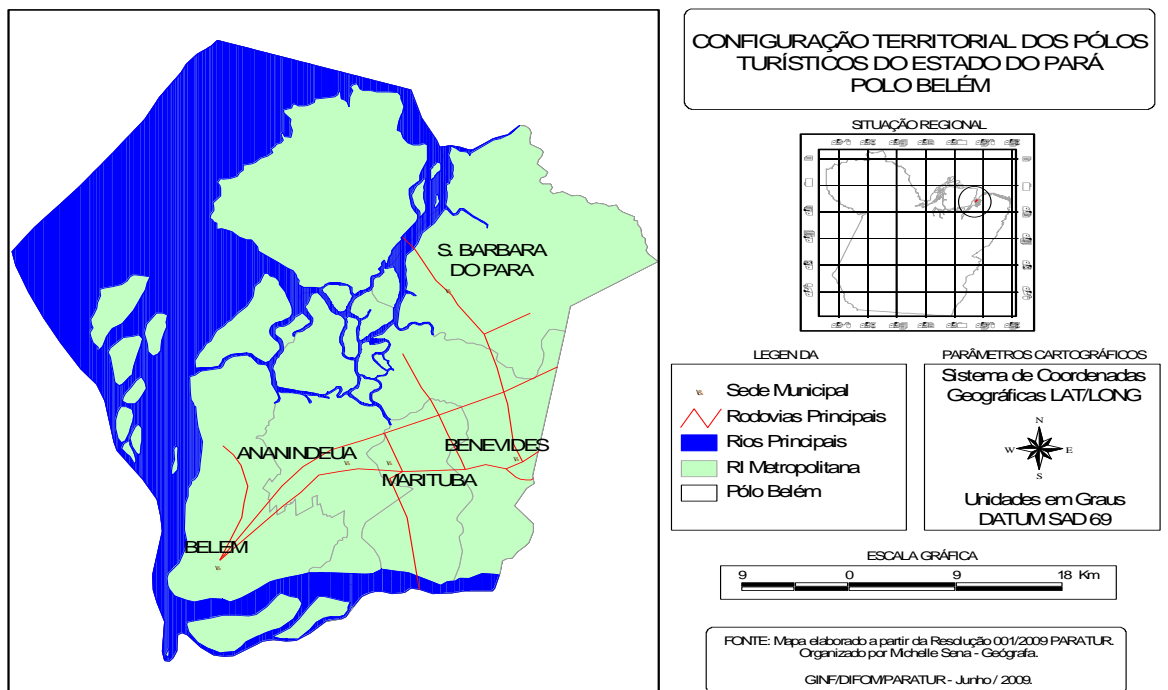


Figura 09: Polo Turístico de Belém.
 Fonte: Proposta de Programa para o Turismo 2008/2011, 2007.

Em relatório recente (setembro/2010) apresentado ao FOMENTUR, da atuação da Câmara de Regionalização e Segmentação deste fórum, este realizado por meio do projeto “Gestão Compartilhada do Turismo” - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH – GESTAR e Ministério do Turismo – Mtur, podemos perceber as modestas ações públicas implementadas em prol da gestão democrática e da regionalização do turismo, são elas: 1) Aperfeiçoar o sistema de gestão do FOMENTUR; 2) Acompanhar o funcionamento das Instâncias de Governança dos Pólos de Turismo dos destinos indutores Belém e Santarém; 3) Reestruturar as instâncias Turísticas dos pólos Marajó, Amazônia Atlântica, Araguaia-Tocantins e Xingu; 4) Alimentar o Sistema de Monitoramento – SICET; e 5) Outras ações (participar do Salão de Turismo/2010 e Feira Internacional de Turismo da Amazônia – FITA/2010).

Estas não são meras constatações sem repercussões para o desenvolvimento territorial do estado, são diretrizes estratégicas que tem direta relação com as ações e investimentos governamentais para o setor turístico; selecionam os territórios, ditam o segmento a ser fomentado em cada região turística, as classes sociais a serem beneficiadas, as territorialidades turísticas que se engendram e a própria natureza do turismo que se esta priorizando.

Ao fomentamos o Turismo de Negócios e Eventos para Belém, em detrimento do seu rico patrimônio cultural e natural, estar-se priorizando o crescimento econômico do setor a partir de médios e grandes empreendimentos turísticos (cadeias de hotéis, restaurantes, espaços para convenções e eventos diversos, equipamentos de lazer e recreação, transportes turísticos, etc), empreendimentos estes, que são conhecidos pela precarização das relações de trabalho (jornadas extensas de trabalho, salários baixos, sujeição constantes a situações de estresses, etc) e pela concentração de renda, polariza-se os investimentos em infra-estrutura básica (malha viária, rede de comunicações, assistência a saúde, segurança,etc) e de apoio ao turismo (hotelaria, alimentação, informações turísticas, etc) no centro da cidade, as territorialidades advindas da ação pública para o desenvolvimento do turismo se concentra na zona urbana; perde-se uma grande oportunidade de inversão na lógica das políticas de desenvolvimento, onde poderíamos dinamizar todo um conjunto de recursos de caráter físico-geográficos e identitários das ilhas de Belém, sendo que a natureza e a cultura seriam os grandes “atrativos” para os turistas, e o desenvolvimento socioeconômico seria mais justo e equilibrado entre a população periférica, pelo fomento a um turismo mais comunitário com forte viés ecológico, conhecido também como Ecoturismo de base Comunitária.

Percebemos um superdimensionamento do mercado de turismo de negócios e eventos ao se priorizar este segmento, cometendo-se um erro grave ao pensar que somente este dará conta de ocupar toda a demanda de infra-estrutura turística projetada e efetiva em Belém do Pará (somente no setor da indústria hoteleira temos cerca de 19 empreendimentos de médio e grande porte em vias de inauguração para os próximos dois anos)

A prioridade por este segmento também gera uma concentração de investimentos e atividades no município de Belém, uma vez que os demais municípios que compõem o pólo não possuem os equipamentos necessários para a promoção deste segmento turístico, contrariando a própria concepção (pólos crescimento de Perroux) adotada pela política estadual de turismo que postula “A partir destes seis pólos, a tendência é do turismo ir se desenvolvendo através de ondas concêntricas até atingir a totalidade de cada pólo.” (PARÁ, 2001). Ora, como o desenvolvimento atingirá a totalidade de cada pólo se, no caso do pólo Belém, todas as ações públicas, investimentos públicos e privados e promoção turística se concentra no território de Belém ? Haveria de acontecer ações integradas, porém diversificadas, para o desenvolvimento de outros segmentos turísticos, que contemplassem as potencialidades dos demais municípios integrantes do pólo (assim como das áreas insulares de Belém), para assim, dar-lhes a oportunidade de também desenvolver o turismo em seus territórios; pois o turista que tem como motivação de sua viagem os negócios e eventos, também demanda outras atividades complementares de lazer e recreação, como por exemplo, o turismo ecológico.

Sob o ponto de vista da gestão participativa da regionalização do turismo, também percebemos certa fragilidade das instâncias de governança da política. O FOMENTUR tem participação pouco efetiva nos ditames da política estadual de turismo, se limitando a ser um espaço de informes e críticas feitas que pouco interferem na condução dos processos decisórios. O chamado *trade turístico* que compõe o fórum não crê que esta instância de governança seja eficaz. Os gestores de cada pólo têm dificuldades em conduzir a política de desenvolvimento turístico e territorial de diversas naturezas, desde diferenças políticas entre os gestores públicos (sobretudo, entre prefeitos), até a dificuldade em comunicação e a grande extensão territorial de cada pólo.

Essas são contradições que constatamos entre o que está postulado nos documentos de planejamento governamental (em especial, o Programa de Regionalização do Turismo e Plano de Desenvolvimento Turístico do estado do Pará) e a ação do Estado. Os planos falam em gestão compartilhada, sustentabilidade socioambiental, planejamento participativo, combate

as disparidades regionais e distribuição equitativa dos ganhos; e o que vê é centralização de poder e decisões, concentração de investimentos e renda, e pouca preocupação em socializar o desenvolvimento com as populações ribeirinhas das ilhas.

Por fim, o que se percebe claramente é uma falta de prioridade por parte do governo estadual para com o setor do turismo; enquanto os governos e a sociedade civil não perceberem o forte potencial que a atividade turística tem como propulsora de desenvolvimento social e econômico, estaremos a mercê do entendimento unilateral de cada governante.

Dessa forma, a compreensão da natureza do turismo fomentado no Polo turístico de Belém, será de grande valia para entendermos os limites e as possibilidades do Ecoturismo de Base Comunitária na comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro, tal como faremos no próximo item.

3 LIMITES E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE CARUARU, ILHA DE MOSQUEIRO, PARÁ

Apresentamos e discutimos os limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária na Comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro. Para tanto, torna-se necessário apresentarmos alguns aspectos históricos, geográficos, ambientais, econômicos e político-administrativos de Belém, capital do Estado do Pará, e município a qual pertence à ilha, com o intuito de percebermos alguns aspectos relevantes ao seu desenvolvimento territorial. Em seguida, focamos nossa atenção sobre a ilha de Mosqueiro e da Comunidade de Caruaru, buscando caracteriza-la socioeconômico e ambientalmente, e assim, termos condições de analisar as práticas territoriais, as territorialidades e o possível processo de turistificação dessa comunidade. Ao final, buscaremos apresentar algumas notas sobre os limites e possibilidades para o desenvolvimento do Ecoturismo de base Comunitária na Comunidade de Caruaru.

3.1 Belém: A formação territorial da Capital do Estado do Pará

Ao se abordar a constituição da cidade de Belém, podemos nos remeter ao início do século XVII, quando, embora hoje Belém seja de fato, uma cidade de origens lusitanas, um fato histórico incorrido pelos franceses, contribuiria para o início da formação territorial de Belém.

Passados mais de 100 (cem) anos da “descoberta” do Brasil em 1500 por Pedro Álvares Cabral, a Coroa Portuguesa não conseguia efetivamente estabelecer controle sob todo seu território colonial; a região Norte continuava a mercê das incursões francesas, holandesas e inglesas. Dessas, a França foi que mais se aproximou de estabelecer um domínio no que viria a ser a região amazônica. Em 1612 após intensos preparativos, tendo como seu principal mentor e responsável, *Daniel de La Touche*, que pessoalmente, captou recursos junto a nobreza francesa; a coroa francesa lançou um projeto grandioso: fundar no Maranhão a *France Equinociale*. (MONTEIRO, 1998 apud NOSSO PARÁ, 1998). Também tiveram participação decisiva nessa empreitada *Jacques Riffault*, *Fraçois de Razilly*, *Nicolau de Harlay* e *Chales de Vaux*. Assim, em 8 de setembro de 1612, constituíram o forte que recebeu o nome de “*Saint – Louis*” (São Luis), e assim foi fundada a França Equinocial. (MONTEIRO, 1998 apud NOSSO PARÁ, 1998).

Contudo, Portugal não deu por perdido este território colonial; assim após diversas pequenas batalhas, foi travada em 19 de novembro de 1614 a Batalha de Guaxenduba, onde os franceses foram derrotados, e o Tratado de Tordesilhas restabelecido. (MONTEIRO, 1998 *apud* NOSSO PARÁ, 1998).

Este fato chamou a atenção de Portugal para a necessidade de efetivamente tomar posse das terras ao norte da colônia. Assim, sob as ordens da Majestade portuguesa, o capitão-Mor Francisco Castelo Caldeira Branco partiu de São Luis, em 25 de dezembro de 1615, tendo sob seu comando 3 embarcações: “Santa Maria Candelária”, “Santa Maria da Graça” e “Assunção”. (MONTEIRO, 1998 *apud* NOSSO PARÁ, 1998).

Ironia (ou não) da História, um dos principais responsáveis pela aventura francesa no que viria a ser chamado de Amazônia (o Sr. *Charles dês Vaux*), foi um dos pilotos das três naus portuguesas que, em 12 de janeiro de 1616 aportaram e instalaram o Forte do Presépio, o início da fundação da cidade de Belém, batizando o lugar de Feliz Lusitânia. (VARELLA, 2002).

Assim, nesta data, a expedição de Castelo Branco aporta em uma praia na confluência da Baía do Guajará com o Rio Guamá, em uma ponta de terra elevada e bem sedimentada, quase toda cercada por água e com uma visão estratégica de toda a região. Ali, de imediato, montaram acampamento e iniciaram a construção de uma fortaleza, que chamaram de Forte do Presépio (em referência ao dia que partiram de São Luis), e o lugar, de Feliz Lusitânia (simbolizando o renascimento de Portugal nos trópicos úmidos). (DIAS, 2010 e SARGES, 2010).

Nessa ponta de terra bem elevada, construí, com o auxílio do engenheiro-mor do Estado, Francisco de Frias Mesquita, um forte de forma quadrada, sendo que do lado do mar era apenas cercado de gabiões sobre uma muralha de pedra alta, e entre os gabiões e sobre o resto da muralha foram colocadas peças de canhões. A construção desta fortaleza de madeira com cobertura de palha recebeu então a denominação de Forte do Presépio, atualmente Forte do Castelo, dando início à formação do primeiro aglomerado urbano, mais tarde conhecido por Feliz Lusitânia e, posteriormente, Santa Maria de Belém do Grão-Pará. (SARGES, 2010, p. 62).

Mas sua missão militar de defender estas terras de possíveis invasões estrangeiras nunca ocorreu; contudo, serviu de defesa contra os ataques de índios Tupinambá e marcou o ponto de partida da colonização lusitana nessas terras, e o início da fundação de Belém. A partir dessa fortificação, em paralelo a baía do Guajará, abriu-se a primeira rua de Belém, a Rua do Norte, hoje conhecida como Siqueira Mendes. (Pesquisa de campo, 2010.).

Posteriormente, abriram-se mais três ruas paralelas à primeira: a rua do Espírito Santo, atual Dr. Asis, a rua dos Cavaleiros, hoje denominada Dr. Malcher, e a São João, a qual terminava em frente a Igreja de São João, construída em 1622, no largo do mesmo nome, vindo pela travessa Atalaia, depois Joaquim Távora, ao Carmo. (SARGES, 2010. p. 65).

Assim, o desenvolvimento territorial de Belém se deu a partir do Forte do Presépio, no sentido norte-sul; que por volta de 1685, já possuía 500 (quinhentos) habitantes, e já era possível distinguir os núcleos urbanos da cidade, separados pelo Igarapé do Pirí, sendo que o da “cidade” ficava junto ao Forte do Presépio, e o da “campina” em torno da rua dos Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo). (SARGES, 2010).

A demarcação da légua patrimonial em 1703, cedida por meio de Carta de Sesmaria em 1627 pelo Capitão-general Francisco Coelho de Carvalho também foi um marco na constituição da cidade, dando início ao patrimônio municipal. (CRUZ, 1973; SARGES, 2010)

Mas foi ao longo do século XIX que Belém experimentou profundos processos de uso, ocupação e transformação de seu espaço, promovida por diversas ações de caráter territorial, públicas e privadas que imprimiu na cidade de Belém, boa parte das territorialidades que ainda vimos nos dias de hoje. Na obra “História de Belém”, de Ernesto Cruz, o autor estabelece uma cronologia, e lista essas ações que, de “maior vulto”, constituíram o “progresso urbano” de Belém. Algumas dessas são:

- 1832 – Demolição de uma muralha junto ao convento de Santo Antônio e que servira de **REDUTO** à defesa da cidade, para que fossem abertas ruas, e se construísse uma praça;
- 1840 – Arborização do **largo da Pólvora** (área da atual praça da República);
- 1848 – Foi aprovada a concessão de terras no **largo da Pólvora** para cidadãos que desejassem edificar, e prometendo aos mesmos mudar para outro lugar a força que ali fora armada, a fim de dar melhor aspecto àquela área;
- 1849 – Determinou-se, pelo Presidente da Província, conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, um melhor sistema de alinhamento do **largo da Pólvora**;
- 1850 – Com a intensificação da epidemia de febre amarela, o Presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho, **proibiu o enterramento nas igrejas**, determinando o aproveitamento do antigo Cemitério da Câmara, nas imediações do campo de Pólvora;
- 1858 – Desapropriações de cidadãos proprietários de terras para o alinhamento da estrada de **Nazaré**, para que tivesse seu prolongamento, largura e regularidade até o

arraial;

- 1869 – Início da construção do novo cais de **BELÉM** e **IMPERADOR**, com lançamento da pedra fundamental;
- 1878 – Inauguração do **TEATRO DA PAZ**;
- 1881 – Nivelamento e rebaixamento da estrada da **CONSTITUIÇÃO** (atual Av. Gentil Bittencourt), de modo a torna-la mais transitável;
- 1890 – Obstrução do **POÇO** de serventia pública existente no largo de **SÃO JOSÉ** (atual praça Amazonas), sendo demolido seu telheiro;
- 1899 – O Intendente Antônio José de Lemos inaugura, no salão de Honra da Intendência, a tela alegórica representando os **ULTIMOS MOMENTOS DE CARLOS GOMES**. Obra monumental dos pintores Domênico de Angelis e Giovanni Capranesi. (CRUZ, 1973).

Nesse interim, um fato histórico em especial, contribuiu muito em mudanças sociais e econômicas, que ocasionaram também diversas transformações no urbano belenense ainda hoje percebida na cidade. Trata-se da Cabanagem.

Entre 1835/37, Belém tornou-se o *theatrum*, de um movimento revolucionário brotado das contradições entre os interesses das camadas populares e a camada dominante portuguesa, acrescida da política centralizadora do poder imperial em relação à Província. (SARGES, 2010. p. 80).

Mas este movimento, com efeito, podemos dizer, foi muito mais que um teatro, foi um fenômeno social que envolveu interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de classes bem distintas: as camadas populares, lideranças e intelectuais locais de um lado, e de outro, as camadas sociais que representavam os interesses regenciais coloniais e da elite local.

Para nós, tal assertiva é válida, visto que desde a chegada do brigue americano “AMETIST” a cidade de Belém, em 22 de maio de 1831, trazendo a notícia da abdicação de D. Pedro I, as divergências e a rivalidade política entre esses grupos distintos já estavam bem estabelecidas, inclusive institucionalmente. Em uma fileira estavam o cônego Batista Campos, o partido Filantrópico e o povo, noutra, o partido Caramuru, A Guarda Nacional, e as Tropas. (CRUZ, 1973.).

Estes foram anos de grande efervescência política, social e cultural. A Cabanagem trouxe mudanças sociais e econômicas contundentes, tais como o enfraquecimento da economia local e o decréscimo populacional da cidade Belém, mas também trouxe à tona a

insatisfação das camadas populares, muito incentivados pelos “letrados” e intelectuais da época, que por suas vezes, tinham fortes orientações iluministas e abolicionistas. São dessa época a fundação dos periódicos e jornais “ **O PARAENSE**” em 1822; o “**DIÁRIO DO GRÃO PARÁ**” em 1853; a “**PROVÍNCIA DO PARÁ**” em 1876; e a “**FOLHA DO NORTE**” em 1896. (CRUZ, 1973).

Entretanto, o contexto econômico, político e social que mais promoveu mudanças na configuração territorial de Belém, promovendo a Modernização da cidade (SARGES, 2010), e que com certeza, ainda são marcantes na vida e na paisagem da cidade, foi a chamada *Belle Époque*.

Guardadas as devidas diferenças em relação a Rio de Janeiro e São Paulo, a cidade de Belém do Pará apresentaria, assim, a partir da segunda metade do século XIX, tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a realidade amazônica, além das tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente. (SARGES, 2010. p. 33).

As caracterizações sobre o que foi a *Belle Époque* podem ser de diversas ordens, dependendo da dimensão que se queira enfatizar (econômica, social, política, cultural, e etc.), porém nenhuma pode desconsiderar que este tenha sido o período em que a economia da borracha surgiu e prosperou na Amazônia (1870 – 1912), e que Belém assumiu o papel de principal entreposto comercial da produção do látex, como também de *locus* da vanguarda cultural na região. A urbanização de Belém pode se dizer, foi *sui generis*, porque diferentemente de outras cidades europeias e americanas, a “metrópole da Amazônia” se modernizou pelas funções comercial, financeira, política e cultural que desenvolveu, estrategicamente, durante a fase áurea da borracha. (SARGES, 2010).

Com a economia da borracha crescendo e, com isso, o contingente de migrantes, sobretudo nordestinos, chegando para trabalharem nos seringais; a necessidade de urbanização e ordenamento do espaço público de Belém também foi aumentando. Contudo, a urbanização e o desenvolvimento territorial de Belém se deram, fundamentalmente, com o intuito de promover a “higienização” e o “embelezamento” da cidade para que a próspera elite local pudesse sentir-se respirando os “ares” da modernidade (SARGES, 2010.).

Entendemos que a ação dinamizadora do “embelezamento do visual da cidade” estava associada à economia, à demografia, mas também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação além da colocação em prática da ideia positivista de progresso enfatizada pelo novo regime republicano. (SARGES, 2010. p. 152).

Hoje Belém é, segundo o professor Ernesto Cruz, a “metrópole da Amazônia”, e há muito não tem mais “as tradicionais rocinhas que tanto agradavam os cientistas dos séculos XVIII e XIX, e davam a Belém um sabor urbanístico que todos destacavam, sentiam e aplaudiam, foram substituídas pelos edifícios suntuosos, os arranha-céus que se multiplicam dia a dia.” (CRUZ, 1973.p. 481.).

Dessa forma, Belém a capital do Estado do Pará, é um município com uma área de 506, 50 km²; divididos em 329, 93 km² de área insular, e 176, 56 km² de área continental. Situada em uma típica planície amazônica, sua altura média da sede é de 4 m., localizada geograficamente a 01° 27' 20" de Latitude Sul e 48° 30' 15" de Longitude W – Gr; estando limitada ao Norte pela Baía do Marajó; ao Sul pelo município do Acará; a Leste pelo município de Santa Bárbara do Pará; e a Oeste pelo Arquipélago do Marajó (este se trata de um limite sem proximidade de fronteiras, mas que, nesse quadrante, se avista a mesma), e possui uma população estimada de 1.408. 847 habitantes até o ano de 2007. (PMB, 2010).

Quanto à cobertura vegetal do município, a vegetação do mangue acompanha porções fluviais e semi-litorâneas do setor estuarino, enquanto que a Floresta Ombrófila domina os tratos marginais dos cursos d'água e também as várzeas, onde há predominância de espécies herbáceas, subarborescente e arbustiva. Contudo, de uma forma geral, podemos dizer que a mesma, compõe-se de floresta secundária ou capoeiras, que substituíram a anterior floresta densa dos baixos platôs, da qual ainda temos algumas amostras nas ilhas de Mosqueiro, Caratateua e adjacências. (PMB, 2010). Contudo, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON também alerta para a constante redução das áreas verdes e parques da cidade, sobretudo, na região considerada “Grande Belém” (IMAZON, 2003.).

Sua geologia é constituída por restos da Formação Barreiras e terrenos do Quaternário Subatual e do Recente. O relevo caracteriza-se pelos baixos platôs e planícies litorâneas da unidade morfoestrutural Planalto Rebaixado do Amazonas (Baixo Amazonas). A topografia é considerada baixa e pouco variável (atinge 25 m no ponto mais alto, localizado na Ilha de Mosqueiro), mas na maior parte do território (sobretudo, na sede do município localizado na área continental) estão em cotas abaixo dos 4 m., sofrendo com isso, fortes influências das variações de marés, assim como tem dificuldades de escoamento das águas das chuvas; são as conhecidas “baixadas de Belém”. (PMB, 2010).

A hidrografia também é bastante representativa da região. São muitos os cursos d'água e acidentes geográficos que são constantemente referenciados, mas os principais são: as Baias

do Marajó, ao norte e do Guajará, a oeste. Nessa última deságua o rio Guamá que contribui para a conformação peninsular do município. Na Baía do Guajará deságuam os igarapés do Bacuri, Val-de-Cães e Una, e também o furo do Maguari e o furo de Marinhas. (PMB, 2010).

O Clima é quente úmido. A temperatura média é de 25 ° C em fevereiro e 26° em novembro. A precipitação média anual chega aos 2.834 mm. Assim, localizando-se na zona climática Afi (classificação de Köppen), que coincide com o clima de floresta tropical, e faz com que Belém seja um lugar com ausência da estação fria, e temperatura menos quente média registrada, acima de 18° C., dando ao corpo uma sensação de constante umidade. (PMB, 2010).

Dada às características de Belém, aqui expostas de forma sucinta, podem-se perceber os desafios que uma “metrópole da Amazônia” deve ter a superar, sob os auspícios do século XXI.

Um desses é o transporte. Segundo a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, a cidade conta com uma frota um pouco acima de 1.800 ônibus urbanos (PMB, 2010), o que se mostra visivelmente insuficiente para atender com qualidade à população. Infelizmente a PMB não tem dados sobre transporte fluvial de passageiros, somente de cargas a nível nacional e internacional, o que demonstra a falta de interesse em desenvolver este setor, contraditoriamente, em uma “cidade das águas”.

Outro é o saneamento básico. Segundo Bordalo (2006), apenas 73,6 % dos domicílios são atendidos pela rede geral do sistema de distribuição e abastecimento público de água, seja da Cosanpa, ou seja, do SAAEB. (BORDALO 2006 *apud* FERREIRA; BORDALO, 2010). Informações mais alarmantes são as do jornal Diário do Pará, quando noticiam que apenas 6 % da população da cidade possui rede de tratamento de esgoto. (DIÁRIO DO PARÁ, 2011).

Sobre a economia (outro desafio) constatamos que Belém é uma cidade essencialmente de caráter comercial, com baixa produção industrial e agrícola, com uma ofertante mão-de-obra para o setor terciário. (SANTOS; TRINDADE, 2010.). Sendo que o alarme esta no fato de que há uma grande concentração de trabalho, emprego e geração de renda no chamado setor tradicional do terciário, que se caracteriza pelo comércio varejista/lojista, e prestação de serviços em geral. Esse perfil facilita a concentração de renda, aumenta as desigualdades sociais e aumenta a pobreza em Belém, uma vez que é desfavorável às pessoas de baixa escolaridade e pouco preparo profissional, como também aos trabalhadores informais, das zonas rurais e aos pequenos e microempresários. (SANTOS; SOUZA, 2006.).

Dessa forma, ao apresentarmos e discutirmos as problemáticas e potencialidades, e apontando as possibilidades de desenvolvimento, muito sucintamente, para Belém; passamos aos próximos subitens, fazendo-o na mesma linha, e aprofundando nosso foco sobre a Ilha do Mosqueiro e da Comunidade de Caruaru.

3.2 Contribuição à formação histórico-territorial da ilha de Mosqueiro.

A ilha de Mosqueiro faz parte do cotidiano e do imaginário das pessoas já há algum tempo. Carta de 1680, mapeando a costa das Capitanias do Pará e Maranhão, do “Cabo Norte” a “S.Luiz do Maranhão”, marcava

O Rio Arari Marajó, Rio Pará, Tatuoca (ilha), Cidade de Belém do Grão-Pará, For^a da Barra, ilha dos Periquitos P.ta do Pinheiro, R. Maranhão, B. de Santo Antônio, Mosqueiro, I. Morobira, B.do Sol, Colares (povoado), Vegia, Barreta, Ilha de S. Caetano, Ponta Tijoca, Baixo da Tijoca, P.ta do Marapanim, B. do Virianduba (Salinas, hoje). (MEIRA FILHO, 1978. p. 25).

Contudo, João Teixeira Albernaz, na cartografia do “Pará até o rio Tury” de 1666, já especificava “Maracana, Cauritaba, Separara, Província dos Tupinambas (é nessa região que se inclui ilha do Sol e a do Mosqueiro), Ponta do Mel, Cidade de Belém, (R. Guamá, etc.)” (MEIRA FILHO, 1978. p. 25). Assim, de acordo com o autor, as referências mais antigas sobre a denominação “Mosqueiro”, especificamente, são de 1680.

Corroboramos com sua tese sobre a origem do nome “Mosqueiro”, que até os dias de hoje, há certa polêmica sobre; mas que o mesmo justifica explicando que desde os primórdios da fundação da cidade, em 1616, passando pela criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, constatou em suas pesquisas, que viviam aldeados na antiga “Ilha do Sol”, e não muito distante do “Presépio”, os índios “Tupinambás”. Estes eram exímios pescadores, e dominavam uma técnica muito peculiar de conservação do pescado. (MEIRA FILHO, 1978).

É muito claro entender-se que, para a remessa do peixe ou da caça para o consumo da sede da colônia, na época, somente um processo de conservação se conhecia e de origem indígena: o *moqueio*. Costumavam os nativos conservar os animais putrescíveis por um processo primitivo, colocando a carne da caça ou o peixe sem as entranhas, em fumeiro próprio, de calor brando, sobre o *moquém*, espécie de grade ou trempe própria para essa curiosa operação. Sob o calor do fogo que sobe e atinge o produto a moquear, aos poucos, ele finda por tostar o material, conservando-o perfeito por longo tempo, sem qualquer perigo de putrefação. (MEIRA FILHO, 1978. p. 31).

Na citada obra, está claro que a “Ilha do Sol” (atual Colares) é limítrofe da atual ilha do Mosqueiro, pela Baía do Sol, e que esta área, tal como já referenciado, também ficou conhecida como “Província dos Tumpinambas”; e que a antiga Ilha de Santo Antônio, por

suas condições (praias largas e de calado apropriado para o acostamento de pequenas e médias embarcações, ventos e marés favoráveis a navegação, a presença dos índios “moqueadores” e a proximidade da sede de Belém) passaria a ser chamar Ilha de Mosqueiro.

Foi dessa operação curiosa e por todos os títulos admissível, que o lugar, a ilha paralela e irmã da “do Sol” passaria a ser a “ilha do Moqueio”, destinada ao moqueio do peixe, transportado para negócio na Colônia.

Planta antiga que também divulgamos nesta contribuição, lamentavelmente, sem data, parece ter sido inspirada nessa assertiva. Ela fixa a entrada ou *Plano do Porto de Belém*, devidamente sondado, onde há uma ampliação dessa parte referente às ilhas da entrada do canal, ou da barra, do Pará, citada nos mapas do passado, que já estudamos. Denominando de ilha de *Caratuba*, também *Barreiras*, depois, *Caratateua* ou *Caratatuba*, a carta hidrográfica cita para a outra ilha, intermediária entre a “do Sol” e esta última, de “Ponta da Mosqueira” – duas vezes anotado no desenho: “Mosqueira”. Vemos, assim, uma nova denominação, mesmo levando-se em conta a citação da Carta de Albernaz de 1666, quando fixou, apenas: “Ilha do Sol” (atual Colares) e “Ilha de Santo Antônio” (a atual Mosqueiro).

Vê-se, portanto, que procede nossa conclusão, achando que o nome de Mosqueiro, surgiu de “Moqueio”, “Mosqueio”, “Mosqueira”, “Musqueira”, e “*Mosqueiro*”. (MEIRA FILHO, 1978. p. 32).

Assim, desde então, a ilha do Mosqueiro veem sendo ocupada, apropriada e territorializada de diversas formas, e por diversos agentes, ao longo de sua história. Tornou-se Freguesia em 1868; Passou a Vila de Belém pela Lei nº 324 em 1895 e ascendeu a condição de Distrito em 1901 (MEIRA FILHO, 1978).

Contudo, a ilha do Mosqueiro só vai ser “descoberta” (nas palavras de Augusto Meira Filho) no período da (já discutida neste trabalho) *Belle Époque*.

Durante a *Belle Époque*, a cidade de Belém passou por um “boom” de Modernidade. Diversas companhias e empreendimentos públicos se instalaram na cidade para contribuir na implementação dessa “modernidade”, tais como a “*Pará Electric Railways Company*”, a Companhia das Águas do Grão-Pará, a Usina de Gás, a “*Pará Telefone*”, a “*Amazon River*”, e a “*Porto of Pará*”, além da construção das redes de esgoto e do monumental Cais do Porto. (MEIRA FILHO, 1978; SARGES, 2010).

Juntos a esses empreendimentos, uma leva de estrangeiros, sobretudo, ingleses, franceses, americanos, e alemães, chegariam à cidade. Desde aristocratas, industriais, comerciantes, homens ilustres, a trabalhadores de níveis técnicos diversos que chegavam para aqui implantarem essas obras. Assim, esses seriam os “redescobridores” da ilha do Mosqueiro, quando procurariam “nos momentos de lazer, lugares sadios e pitorescos nos arredores da capital, para o merecido repouso semanal”. (MEIRA FILHO, 1978. p. 45).

Ainda hoje é possível observar na paisagem da ilha do Mosqueiro, “traços” das

territorialidades advindas desse período, tais como alguns chalés localizados na orla das praias do Chapeu-Virado, Porto Artur e Murubira, assim com na Vila; o Trapiche de Ferro da Vila, e as ruínas da Fabrica Bitar, na ponta da Praia do Areião (Pesquisa de campo, 2011); e outras não mais estão presentes no território, como os trapiches particulares que os mais ricos construía em frente as suas mansões para que tivessem um acesso mais facilitado às embarcações, e os trilhos do bondinho de ferro puxado a cavalo. (MEIRA FILHO, 1978).

A implantação de redes técnicas iniciou uma segunda fase de ocupação da ilha de Mosqueiro. Redes de infra-estrutura, como a de transporte, inicialmente por via fluvial, e a partir da década de 70 do século passado, por via rodoviária foram fundamentais para a inserção da ilha nesse novo contexto: a atividade turística. (TAVARES, 2006).

A ilha compõe o Distrito Administrativo de Mosqueiro – DAMOS, sendo uma das 43 ilhas do território insular da capital do Estado do Pará. Possui 212 km² de área territorial e 27.896 habitantes, aproximadamente; e 17 km de praias de água doces, conhecidas mundialmente, por suas ondulações semelhantes às de marés oceânicas. (PMB, 2000).

Dista do centro de Belém 77 km e seu principal e mais usual acesso é por via rodoviária por meio da BR 316, e em seguida pela PA 391. A travessia é feita pela ponte Sebastião R. de Oliveira com aproximadamente 1.457 m de extensão sobre o Furo das Marinhas. (Pesquisa de campo, 2011).

Situa-se na porção direita do Estuário Guajarino, contida na região nordeste do Estado do Pará; localiza-se geograficamente entre as coordenadas 1° 4' 11" de latitude sul e 48° 19' 20" a 48° 29' 14" de longitude Oeste de Gr. (SALES, 2005)

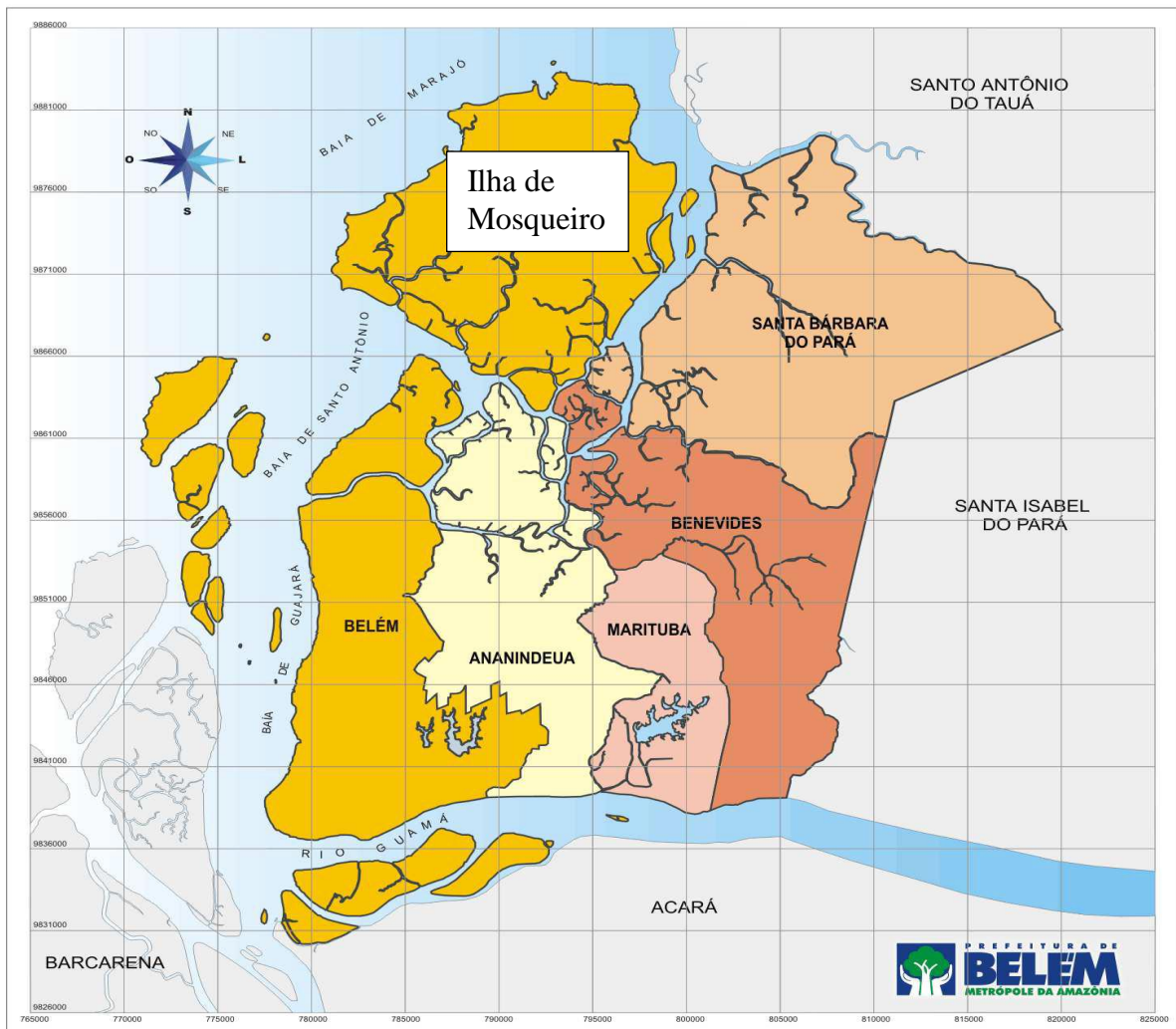
Está limitada ao norte pela Baía do Sol, a oeste pelo Rio Pará e Baía do Guajará, ao sul pela Baía de Santo Antônio, e Leste pelo Furo das Marinhas. Seus principais rios são o Murubira, o Pratiquiara e o Mari-Mari, conforme podemos ver na figura a seguir. (Pesquisa de campo, 2011).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEP

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Conforme Lei Complementar nº 027, publicado no Diário Oficial do Município, em 19 de outubro de 1995.



Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP
 Baseado na Cartografia digital de 1998, da Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém - CODEM
 Escala: 1:250.000

Figura 10: Imagem cartográfica da região Metropolitana de Belém, destacando a Ilha de Mosqueiro.

Fonte Adaptado de PMB/SEGEP (2010).

A cobertura vegetal apresenta resquícios de vegetação primária do tipo Floresta Tropical Perenifólia; onde essa foi derrubada para cultivo, deu lugar a uma vegetação secundária denominada de capoeira. Nas áreas mais elevadas, apresentam-se espécies arbóreas de porte elevado, que formam estratificações com espécies de menor porte. Apresentam-se também epífitas e cipós. Já nas áreas de Planície Aluvial de Inundação a

cobertura vegetal caracteriza-se por espécies de médio porte, hidrófilas, apresentando raízes pneumatóforas e sapopemas. (SALES, 2005).

Grande contribuição à preservação dessa cobertura vegetal é dada pelo Parque Municipal da ilha do Mosqueiro – PMIM. O parque foi criado pelo decreto nº 26.138/93 da Prefeitura Municipal de Belém, tendo como principais objetivos a conservação de áreas compostas por ecossistemas terrestres e aquáticos representativos do bioma Amazônia; a preservação dos mananciais do rio Murubira e dos igarapés do Cajueiro e Carananduba, que servem à população da ilha; e normatizar a relação e o uso sustentável de seus recursos pelas comunidades ribeirinhas que vivem em seu entorno. (PMB, 1998).

O PMIM tem uma área de 190 ha. sendo limitado pelo igarapé Tamanduá e pelo rio Murubira, e por uma linha seca demarcatória. Foram registradas, preliminarmente, a ocorrência de 29 espécies de mamíferos, 35 espécies de aves, 05 espécies de lagartos, 08 espécies de serpentes e 09 espécies de anfíbios para o local. Os fito-ecossistemas que podemos identificar em sua área são floresta de várzea com presença de palmeiras, floresta de várzea com predominância de espécies de mangue, floresta secundária aluvial de terra firme, floresta de maré com presença de lianas, floresta de terra firme com cipó e floresta secundária de terra firme. (PMB, 1998).

Infelizmente o parque ainda hoje não tem Plano de Manejo e também não tem uma administração e /ou gerência regular com equipe técnica e recursos necessários a gestão ambiental (Pesquisa de campo, 2010).

No entorno do parque existem 6 comunidades ribeirinhas (Castanhal do Mari-Mari, Caruaru, Itapiapanema, Espírito Santo, Tabatinga e Tucumandeu). Essas populações ribeirinhas guardam fortes e consolidadas relações de vivência e interdependência com o lugar, visto que segundo relatos de moradores da região, o histórico de ocupação da região é de mais de 100 anos, existindo famílias que vivem na região a no mínimo 3 gerações.

As pessoas já vivem aqui faz tempo. Minha família vive aqui desde minha vó. Ela veio novinha pra cá com a mãe dela, minha bisa. Nasci e me criei aqui. Sai pra trabalhar umas vezes, mas sempre volto pra cá. Aqui é minha casa. (Entrevistado R. S. M. Pesquisa de campo, 2011).

O acesso a essas comunidades se dá por via fluvial, a partir principalmente do Porto do Pelé localizado ainda na área urbana da ilha. Não existe linha regular de transporte. A economia local é basicamente da agricultura de subsistência (mandioca e outros como banana, cacau, cupuaçu), extrativismo vegetal (de madeira e de açaí, por exemplo) e animal (pescados

e camarão), do comércio local e do funcionalismo público. Uma problemática ambiental já observada é a extração indiscriminada de recursos madeireiros de áreas adjacentes as comunidades (e por conseguinte do PMIM) para produção de carvão vegetal. (Pesquisa de campo, 2010).

Vivem nessa área de entorno do PMIM cerca de 369 pessoas, sendo 54,47 % do sexo masculino e 45,53 % do sexo feminino; distribuídos, quanto a faixa etária de população da seguinte forma: população infantil (0 a 6 anos) corresponde a 14,63 %; população em idade escolar do ensino fundamental (7 a 14 anos) corresponde a 23,31 %; população considerada economicamente ativa (15 a 59 anos) corresponde a 51,22 % (visivelmente a grande maioria da população); e a população considerada “melhor idade” (acima de 60 anos) corresponde a 10,84 %. A área mais populosa é a que engloba as comunidades de Caruaru, Tucumandeuá e Itapiapanema, correspondendo a 43,08 % da população (BRANDÃO *et al*, 2004).

Assim, por a Comunidade de Caruaru ter tido (junto com a Comunidade de Castanhal de Mari-Mari e o Porto do Pelé) uma experiência com o projeto Trilha Olhos D’água e por conter em sua área a maior parte da população dessa região, é que a priorizamos neste estudo.

3.3 A Comunidade de Caruaru, suas Práticas Territoriais e sua inserção no Turismo

Após termos feito uma densa abordagem sobre os conceitos de território, territorialidade e regionalização, e de termos usado estes para analisar as teorias vigentes sobre o planejamento e políticas de turismo, e em específico no Brasil, sobre o Programa de Regionalização do Turismo e da natureza do turismo que este fomenta no Pólo Turístico de Belém, usaremos este mesmo arcabouço teórico para discutir, problematizar e caracterizar as práticas territoriais (e, por conseguinte, suas territorialidades) da comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro – PA.

Contudo, é preciso atentar e ter cautela, tal como nos alerta Saquet (2007), que as teorias, aprendizagens e experiências de desenvolvimento promovidas por escolas como a francesa e a italiana foram pensadas para o contexto europeu, em um determinado tempo e espaço.

Isso não quer dizer que não possamos adaptá-las para um contexto mais próximo e contemporâneo ao nosso, que atente para as particularidades e singularidades da formação

territorial brasileira, e (podemos dizer) mais especificamente da amazônica, pois “a mobilidade do pensamento em conceito, juízo e silogismo é apenas o lado intelectual da infinitude intensiva de cada objeto, relação ou processo. A processualidade do pensamento é a consequência da processualidade de toda realidade.” (LUKÁCS, 1979 *apud* SAQUET, 2007).

A pesquisa de campo na comunidade de Caruaru priorizou a coletas de dados e informações de caráter qualitativo, focando sobre os moradores locais e sobre os visitantes/turistas. Dessa forma, em nenhum momento buscamos ter dados e/ou informações populacionais ou mesmo de caráter quantitativo. Partimos do princípio da observação sistemática e da aplicação de questionários semi-estruturados em 3 expedições (1(uma) com duração de 2 (dois) dias, e 2 (duas) com duração de 3 (três) dias) em períodos distintos. Dessa forma, entrevistamos 3 moradores locais e 4 visitantes/turistas, com perfil de acordo com o quadro abaixo:

Ordem	Iniciais do nome	Idade (anos)	Ocupação/ função principal	Nível de escolaridade	Nacionalidade de ou naturalidade	Situação (morador local ou visitante/turista)
01	F. R. S. A.	42	Dona de casa	Médio completo	Paraense	Morador local
02	R. S. M.	44	Funcionário público	Médio incompleto	Paraense	Morador local
03	P. S. A.	52	Autônomo	Médio incompleto	Não informado	Morador local
04	A. O .	30	Professora	Superior completo	Paraense	Visitante/turista
05	L.C.V	45	Ator	Superior completo	Pernambucano	Visitante/turista
06	H.M. H	46	Arte educador	Superior completo	Finlandês	Visitante/turista
07	L. F.	57	Dona de casa	Fundamental completo	Paraense	Visitante/turista

Quadro 05: Perfil de entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Para otimizar e qualificar os dados e informações coletadas, com intuito de caracterizar as práticas territoriais e, por conseguinte, nuances de suas territorialidades, as agrupamos em aspectos ambiental, econômico, social, cultural e uma específico que denominamos de turístico.

3.3.1 Localização

A comunidade de Caruaru localiza-se a margem do rio Caruaru, em confluência com o rio Itapiapanema, na zona de amortecimento do Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro. Vivem, atualmente em Caruaru cerca de 200 pessoas, sendo que essa população pode flutuar de 5 a 6 vezes mais, durante a Festividade de Santa Rosa de Lima. Caruaru é um termo do dialeto dos índios Cariri, que habitavam diversas regiões do Brasil, ainda no século XVI. Advém da junção de dois termos: “caru” que significa “coisa boa”, e “aru aru”, uma repetição usada pra se dar ênfase, que significa abundância. Assim, Caruaru significa “terra farta”, “terra de fartura”. (NÓBREGA, 2007).

Nossa pesquisa se concentra na comunidade de Caruaru (propriamente dita), a parte que chamam de “Caruaru de baixo”, pois existe uma comunidade que chamam de “Caruaru de cima”, que é, na verdade, a comunidade de Tucumandeua.

3.3.2 – Aspectos socioambientais.

A cobertura vegetal é correspondente a da ilha do Mosqueiro já apresentada neste trabalho. Há predominância de vegetação do tipo capoeira, algumas áreas de cultivo (sobretudo de mandioca e outras hortaliças e/ou espécies frutíferas) com resquícios de vegetação primária do tipo Floresta Tropical Perenifólia.

Também apresenta vegetação típica de áreas de mangue e/ou várzeas; espécies como tamanqueiro (*Tagara rhoifolia*), mangue vermelho (*Thizophora mangle*), siriúba (*Avicenia nítida*), mangerana (*Conocarpus erecta*) e mangue-rama (*Laguncularia racemosa*) são registradas na área. (SALES, 2005).

Na comunidade, alguns moradores têm o habito de manter em seus quintais pequenos

orquidários.

Os principais cursos d'água e/ou acidentes geográficos da área são o rio Caruaru, o rio Tapiapanema, o rio Pratiquera, e o rio Tamanduá, além da baía de Santo Antônio.

Uma problemática ambiental diagnosticada e já comentada é o desflorestamento indisciplinado para a plantação de lavouras de subsistência com baixíssimo uso de tecnologias sustentáveis, assim como para a produção de carvão vegetal. Isso tem trazido problemas para comunidade, à medida que a cobertura vegetal se reduz, os moradores começam a reclamar do aumento do calor (sensação térmica), como também, começam a sentir falta de certas espécies de animais como de pássaros, borboletas e pequenos primatas, além de reduzir a qualidade estética das trilhas ecológicas, e com isso, seu aproveitamento para o Ecoturismo.

Nas proximidades da comunidade, os cursos d'água não apresentam, a vista, muitos resíduos sólidos inorgânicos, nem contaminação por óleos e outros derivados de petróleo, contudo seria necessário uma análise físico-química mais específica e criteriosa para tal diagnóstico. De toda forma, a comunidade não usa estas águas para consumo doméstico (mas usa para o banho e lazer).

Não existe rede de esgotos na comunidade. Os sanitários domésticos são do tipo “fossa negra”. Também não há nenhum tratamento com os resíduos sólidos inorgânicos, onde é uma prática comum queimar ou enterrar o lixo no “terreiro” (áreas adjacentes às casas; quintais).

Com relação ao solo, outro problema causado por uma prática comum, é a exposição das raízes de algumas árvores, em função dos moradores locais varrerem os “terreiros” (quintais), com o intuito de “limpar as folhas que caem das árvores”. Isso causa a exposição das raízes, facilitando a queda da mesma, como já aconteceu em algumas situações de um vento mais forte. Também se evidenciou um princípio de assoreamento na chegada à comunidade, próximo ao trapiche, contudo não foi possível diagnosticar se a causa é natural ou antrópica.

As principais fontes de renda e ocupações de trabalho percebidas e levantadas em Caruaru são oriundas da agricultura de subsistência (de mandioca principalmente, e outras hortaliças e/ou espécies frutíferas), do extrativismo vegetal (de madeira para produção de carvão vegetal e de frutos como açaí) e animal (pescados e camarão), do comércio local, do funcionalismo público e da prestação de serviços (como nas áreas de construção civil e carpintaria, por exemplos). As práticas agrícolas são de pouco valor agregado e de baixa tecnologia, o que empobrece cada vez mais o solo, o que os obriga a cada vez mais fazer a

rotatividade das áreas de plantio (e com isso, desmatar cada vez mais áreas), assim como tem reduzida remuneração na comercialização do excedente. A produção de derivados da mandioca como farinha e tucupi é pequena e quase toda para consumo próprio, havendo pouco excedente para comercialização, contudo a problemática maior esta no escoamento desses, e de outros produtos, uma vez que não há linhas regulares de transportes (fluviais) para a comunidade. Percebeu-se também a criação de pequenos animais para consumo próprio como galinhas, patos e suínos.

Há também alguns moradores locais que atuam na prestação de serviços de alimentos e bebidas para atenderem aos visitantes/turistas que chegam à comunidade em períodos festivos ou mesmo nas férias, assim como na “baixa estação”.

É possível deduzir, então que, a produção de subsistência e a extração vegetal são as principais ocupações e fontes de geração de renda da comunidade, e que muito ainda está por ser feito para qualificar e diversificar essas (e outras) cadeias produtivas, com a capacitação profissional dos moradores com adoção de técnicas mais sustentáveis de produção e gestão.

A família é o maior núcleo social e organizador da vida civil na comunidade de Caruaru. É na família, por meio de laços de parentesco, que a cooperação e solidariedade comunitária ficam mais evidente. “Ajudo meus familiares porque sei que no dia que eu precisar, eles vão me ajudar também.” (Entrevistado P.S.A. Pesquisa de campo, 2011).

Contudo, por meio das entrevistas e da observação sistemática, percebemos fortes críticas sobre algumas situações relacionadas a este aspecto. Uma delas é que a comunidade de Caruaru tem sua vida social em função da Festividade de Santa Rosa de Lima, padroeira da comunidade. Os críticos dizem que na Associação de Moradores há uma rotatividade de pessoas nos cargos de diretoria que pertencem sempre às mesmas famílias, e que estes não se preocupam em fazer nada além de organizar a festividade que é anual. Outros assuntos relevantes à comunidade, tais como saúde, educação, segurança, e etc. não são discutidos e encaminhados pela Associação de Moradores.

Inexiste uma organização de caráter comunitário que possa promover discussões na comunidade com o intuito de demandar suas necessidades junto aos poderes públicos, sejam eles do executivo, do legislativo ou do judiciário; ou seja, a participação política coletiva é baixa; os poucos benefícios ou políticas sociais que chegam a comunidade, geralmente, são pela iniciativa individual de alguns moradores que conseguem junto a parlamentares e/ou gestores públicos que tem algum interesse político na comunidade.

Sobre os serviços públicos, a comunidade conta com energia elétrica, água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém – SAEEB, e sinal de telefonia celular (com maior qualidade da operadora OI).

O nível de ensino disponível é o Fundamental, por meio do anexo da Escola Municipal Renígio Fernandez. Há um serviço de barco-escola da Prefeitura Municipal de Belém – PMB que leva os jovens das comunidades para cursarem o ensino médio na sede desta mesma escola que se localiza na área urbana da ilha de Mosqueiro, no bairro de Maracajá. A comunidade também é atendida pelo Programa Família Saudável, e algumas famílias recebem o benefício social Bolsa Família.

Uma benfeitoria pública, que também foi citada nas entrevistas e observada, foi a reforma do trapiche da comunidade, realizada há cerca de 4 anos, por meio de uma parceria entre a PMB e a comunidade. Devido a cobertura do trapiche ser em estilo semelhante ao pórtico de entrada da ilha de Mosqueiro, alguns o chamam de “Portal do Caruaru”.

Instituições e órgãos da administração pública como Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Rural da Amazônia – UFRA, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Agência Administrativa de Mosqueiro – ADMO, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, Coordenadoria Municipal de Turismo – BELEMTUR, Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, e Banco do Povo, dentre outras foram citadas por moradores locais como já terem tido realizado ações de pesquisa, gestão e infraestrutura, capacitação e/ou extensão na comunidade de Caruaru.

Outros espaços da vida social identificados foram o campo de futebol no centro da comunidade, o Barracão da comunidade, e a igreja católica onde se encontra a imagem de Santa Rosa de Lima, padroeira do Caruaru.

A criticada autodeterminação de “comunidade” dessa população ribeirinha que não se utiliza dessa estratégia social para se organizar e reivindicar melhorias em sua comunidade tem, a nosso ver, nos aspectos culturais, sua justificativa; ou seja, não é na dimensão social que o sentido de “comunitário” se expressa nesse agrupamento humano (como se pensou em Brandão *et al* (2003)), e sim, é na dimensão cultural que isso acontece.

Como já abordamos anteriormente, as comunidades do entorno do PMIM guardam forte e perenes relações culturais com o meio em que vivem; isso se confirma quando percebemos que, mesmo as práticas tidas como de caráter econômico, em sua maioria, também são práticas culturais de conhecimentos associados à natureza, por exemplo.

Assim, nesse campo dos aspectos culturais, percebemos e registramos 4 práticas (de interesse turístico): a Festividade de Santa Rosa Lima, o Artesanato, o Grupo Folclórico de Caruaru; e uma que chamaremos aqui de “cultura das águas” .

A Festividade de Santa Rosa de Lima é a festa de santo (FIGUEIREDO 1999) da padroeira da comunidade de Caruaru. Segundo relatos, Santa Rosa de Lima nasceu em 1586, em Lima, Peru; por isso é considerada a padroeira dessa capital, e da América Latina também. Foi levada para a comunidade de Caruaru por um padre alemão chamado Eurico Frank em 1945. Em 1961, a pedido de uma família muito influente na comunidade e na ilha de Mosqueiro (a família Fróes), o padre Samuel Amorim Sá visitou a comunidade de Caruaru e propôs que ali se construísse uma capela para a Santa, o que foi de pronto atendido. Desde então, tem sido reverenciada e festejada não só pela comunidade de Caruaru, mas sim por todas as comunidades do entorno do PMIM, como também por outras pessoas que veem de Belém para participar da festividade.

Acontece sempre no ultimo final de semana de agosto, por isso, a data não é fixa. Começa com a saída em procissão da casa de “Dona Clarice” ²¹, em direção ao trapiche do Porto do Pelé. De lá, sai uma procissão fluvial (talvez o momento mais emblemático e emocionante da Festividade) rumo a comunidade de Caruaru. A imagem é acompanhada por dezenas de embarcações de variados tamanhos e estilos, alguns ornamentados outros não; alguns soltam fogos de artifício, outros simplesmente rezam e acompanham o momento consternados de emoção e adoração a imagem de Santa Rosa de Lima. Com a chegada da imagem a Caruaru, ocorre a “subida do mastro”, assim como toda uma programação de caráter litúrgico.

²¹ Dona Clarice, moradora da Rua dos Alunos, diz ter feito uma promessa de que todos os anos, a imagem de Santa Rosa de Lima deveria sair de sua casa, em procissão para em seguida sair embarcada para a comunidade de Caruaru.



Figura 11: Procissão caminhada de Santa Rosa de Lima chegando ao Porto do Pelé
Fonte: Pesquisa de campo, 2001.



Figura 12: Procissão Fluvial de Santa Rosa de Lima
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

E no sábado é o componente profano da festa que se manifesta. Acontece a chamada “festa da comunidade”, que nada mais é que uma festa de aparelharem tipicamente paraense, onde é cobrado, ingressos, vendidas bebidas (alcoólicas e não alcoólicas) e comidas típicas, e muita dança ao som do tecnobrega, mas também do pagode, forró, funk, rock e do carimbó,

entre outros ritmos. É um momento de alegria e confraternização da comunidade aguardado durante todo o ano. A festa começa no fim da tarde do sábado, se estende por toda a noite, até o amanhecer do domingo. No domingo, as 14:00 h, os “trabalhos” são retomados, e a festa se estende novamente até a madrugada da segunda-feira.

Acompanhamos a Festividade em 2011, e pudemos perceber o grande potencial que o evento tem para o desenvolvimento do chamado Turismo Cultural, e mesmo também, como um componente diferenciado para o Ecoturismo de base Comunitária, obviamente se for preparada e adequada para isso.

O artesanato de Caruaru tem algumas particularidades. Os artesanatos tipo *souvenirs* são, basicamente, os produzidos com palhas e talas (como paneiros, cestos, e outros utensílios), de sementes e outros produtos naturais coletados, como as biojóias (demonstradas na figura 13), e as típicas e singulares “varinhas do amor” (demonstradas na figura 14). A história das varinhas do amor é curiosa e tem muito haver com a história da própria ilha de Mosqueiro, e por isso, podemos dizer, tem muito potencial para ser valorizado por meio do Ecoturismo de base Comunitária. As varinhas do amor surgiram quando, segundo contam os artesãos, por volta do início do século XX, chegavam as embarcações de passageiros (os mais conhecidos foram os navios “Alexandrino”, e depois os “Mosqueiro” e “Soure”, segundo Meira Filho (1978)), única forma de se chegar à ilha; algumas moças faziam as varinhas e levavam para serem vendidas perto ao trapiche da Vila, mas como sempre eram “moças artesãs”, quem se interessava pelo artesanato, eram os rapazes, disso sugiu a denominação “varinha do amor”.



Figura 13: Artesanato do tipo biojóias da comunidade de Caruaru
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Hoje a prática de produzir as “varinhas do amor”, foi resgatada pela comunidade do Caruaru, a partir do incentivo dado por meio do projeto Trilha Olhos D’água. Pelo projeto, moradores participaram de oficinas de artesanato, e dentre elas as de “varinha do amor” e biojóias. Os produtos eram vendidos na Feirinha de Artesanato na comunidade, que era montada sempre nos dias de trilha, e constantemente na Feirinha do Espaço Cultural Praia-Bar que fica próximo ao Trapiche da Vila, que é bastante visitado.



Figura 14: artesã de Caruaru, demonstrando a “varinha do amor”.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As biojóias também merecem destaque. A composição de cores, tipos e texturas de semente e outros produtos naturais, aliados a criatividade, refino na feitura e simpatia das artesãs encantam quem chega à comunidade.

Há acerca de 5 anos, uma moradora de Caruaru resolveu criar um grupo para-folclórico na comunidade, que o chamou de Grupo Folclórico do Caruaru. Ela, que diz ser dona de casa, também realiza um serviço de alimentos e bebidas para atenderem os visitantes e turistas que chegam ao Caruaru. Percebeu que precisava ter algo que recepcionasse e que animasse a hora no almoço dos visitantes, assim, surgiu a ideia do grupo. A época, alguns jovens da comunidade que também eram alunos do Programa Primeiro Emprego em 2009, no curso de Ecoturismo, foram grande entusiastas na criação do grupo, que já se renovou com outros participantes, mesmo que hoje em dia, não mais se apresenta com tanta frequência, apresentando-se somente em “momentos especiais”.

Por fim, identificamos uma relação muito íntima da comunidade com as águas dos rios e igarapés, seja para o transporte, seja como forma de viabilizar o sustento (pela pesca, por exemplo), ou seja para o lazer. Percebemos todo um conjunto de práticas, conhecimentos e saberes relacionadas às águas. Há comunitários que tem conhecimento de carpintaria de embarcações, há outros que contam lendas e estórias relacionadas a mitos amazônicos (há quem diga que já viu a cobra-grande), muitos tem conhecimento de técnicas e saberes relacionados a pesca (espécies de peixes, camarões e siris encontrados na região, sabem fazer o matapi, que é uma espécie de armadilha artesanal para capturar camarões e siris, e etc.) e há aqueles que costumam usar as águas dos rios para o lazer e descanso semanal (a comunidade é bem movimentada aos finais de semana, com visitantes, eventuais turistas e pessoas de outras comunidades próximas que a visitam para tomar banho de rio, beber e comer, e irem, quando há, a alguma festa.).

Próximo à comunidade há alguns olhos d'água (nascentes), disso advém o nome do projeto Trilha Olhos D'água, onde era possível visualizar alguns desses; quando era feito, pelos monitores do roteiro, um trabalho de sensibilização ambiental com o grupo, abordando temas sobre as problemáticas da gestão dos recursos hídricos na Amazônia, e preservação das florestas, dentre outros.

Uma comunidade que tem uma cultura de vivência com os rios e igarapés, produtora de um imaginário e de uma estética ribeirinha, que poderiam ser muito bem utilizada como argumento principal na formatação de produtos/roteiros de Ecoturismo de base Comunitária.

Convencionamos chamar de Aspectos Turísticos neste trabalho tudo que é relativo à Oferta Turística, ou seja, todo forma de recursos e serviços relacionados ao atendimento turístico (CHIAS, 2007). Esclarecemos, por que obviamente, trata-se apenas de uma “opção metodológica” de “separar” este componente para melhor analisa-lo, pois sabemos que todos os aspectos já abordamos (a saber: ambientais, econômicos, sociais e culturais) compõem esta oferta.

Tão pouco pretendemos fazer um inventário da oferta turística da comunidade de Caruaru, pois sabemos, que este configura-se como um componente específico em um processo de planejamento turístico amplo e integrado; tal como abordaremos a seguir, no próximo subitem, quando proporemos uma metodologia de planejamento do ecoturismo de base comunitária na Amazônia.

Assim, identificamos os seguintes aspectos:

Recursos naturais: corresponde aos atributos da comunidade com relação à natureza e/ou meio ambiente que os cerca. São os rios e igarapés, as trilhas e as florestas próximas à comunidade; a fauna e flora regional, os olhos d'água, a paisagem ribeirinha, o clima quente úmido, e o Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro (mesmo que hoje não esteja efetivamente disponível a comunidade como um recurso, mas é um potencial).

Recursos Culturais: a Festividade de Santa Rosa de Lima, o artesanato, o grupo folclórico, a “cultura das águas”, a memória e a história de vida dos moradores, a hospitalidade, a gastronomia e a própria formação histórico-territorial da ilha da Mosqueiro (como já demonstramos).

Serviços turísticos: na comunidade existe um bar com funcionamento mais regular, próximo à margem do rio, ao lado do Trapiche da comunidade; mais próximo ao Trapiche existe uma “barraca” construída por um casal de moradores que também atendem aos visitantes e turistas com um serviço de alimentos e bebidas familiar e mais organizado. Contudo, só funciona aos finais de semana (ou sob agendamento) e com grupos fechados. A comida é simples, mas saborosa, e o atendimento é mais diferenciado. Informaram que se o turista quiser fazer um passeio de canoa ou uma caminhada ecológica, eles têm com viabilizar o serviço;

Os Hotéis Hilton Hotel (em Belém) e o Hotel Fazenda Paraíso (na ilha de Mosqueiro) também realizam excursões de um dia à comunidade. Geralmente contatam com este casal que organiza o almoço e a caminhada ecológica para o grupo, contudo informaram que eles não têm feito ultimamente;

Este casal também tem recebido grupos participantes de eventos (sejam de âmbito regional ou nacional) que são realizados em Belém. Organiza o receptivo de grupos, desde visitas técnicas com pesquisadores e profissionais a grupos de participantes em encontros acadêmicos e culturais.

Bem próximo ao Caruaru, na comunidade de Espírito Santo, existe o Sitio Pratiqara. É um restaurante de comidas regionais, com uma arquitetura tipicamente ribeirinha (palhoças montadas em palafitas), localizado a margem do rio Pratiqara. Este empreendimento familiar começou por incentivo do projeto Trilha Olhos D'água, pois era nele que ocorria o almoço dos grupos. Com o fim do projeto, a família continuou o negócio, e com muito sacrifício, sem financiamentos e com recursos próprios e empreendedorismo, o manteve e fizeram mais investimentos. Hoje tem várias estruturas de atendimento (malocas e trilhas de palafitas,

espaços para descanso com redes, caminhadas ecológicas na floresta em sua propriedade, flutuantes que ficam ancorados no rio, e o serviço muito bom de cozinha regional e bebidas). Atualmente funciona aos sábados e domingos, seus clientes são grupos fechados e um público de maior poder aquisitivo que costuma passear de lanças pelos rios da região, uma vez que seu acesso só é possível por via fluvial.

O “seu Pedro” (como é conhecido), morador da comunidade do Porto Pelé (pequeno porto que fica no perímetro urbano da ilha do Mosqueiro, sendo o mais utilizado pelas comunidades ribeirinhas do entorno do PMIM, dentre elas o Caruaru, como ponto de embarque e desembarque) tem um barco que o adaptou para transportar passageiros. Ele presta um serviço de transporte fluvial para grupos que queiram visitar a comunidade de Caruaru. Segundo o “seu Pedro”, ele pode somente transportar o grupo para a comunidade, mas também, se houver interesse, pode fazer um trabalho de monitoria, pois o mesmo detém todo um repertório de informações ecológicas e culturais que são utilizados na interpretação ambiental ao longo da viagem. Isso também é uma “herança” da Trilha Olhos D’água, pois a época do projeto, “seu Pedro”, passou por um processo de capacitação e era ele quem fazia transporte dos grupos.

“Seu Pedro” também possui todo um conhecimento de caráter tácito e cultural sobre a região. Conhece bastante sobre a natureza e a história dessas comunidades. É carpinteiro de embarcações e sua família tem no Porto do Pelé, um estaleiro de embarcações regionais com décadas de funcionamento. Isso também poderia ser utilizado na formatação de um roteiro da “Cultura Ribeirinha” em Caruaru.

Mas recentemente (entre 2003 e 2005) o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR teve uma “passagem” pela ilha de Mosqueiro. A ilha recebeu benefícios do programa com a reforma e ampliação do trapiche do Porto do Pelé. O investimento tinha como destinação apoio a infra-estrutura de visitação e uso público em Unidades de Conservação. Assim, foram “selecionados”, no município de Belém, para serem contemplados com recursos, o Parque Ecológico do Município de Belém (localizado no bairro da Marambaia) e o Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro (com a reforma do Porto do Pelé). Esse foi o único investimento direto que houve do PROECOTUR na região, onde as comunidades do entorno do PMIM (dentre elas, o Caruaru) passaram ao largo dos processos de participação e gestão do programa, tal como analisado em NÓBREGA (2007).

Dessa forma, entendemos que o processo de turistificação da comunidade de Caruaru se deu de forma aleatória e difusa, pouco planejada, contudo, em um momento inicial fomentado por ações de caráteres público e privado (como o projeto Trilha Olhos D'água da BELEMTUR, e de excursões esporádicas organizadas por hoteleiros e agentes de viagens e turismo do centro de Belém e de Mosqueiro), teve, consoante a isso, um certo reconhecimento de seu potencial de desenvolvimento e de sua relevância socioambiental, por parte do governo federal com o PROECOTUR, mas que não teve resultados que poderíamos chamar de perenes no desenvolvimento local, e a partir dessas “passagens” por essas políticas públicas, houveram ações de caráter “privado-comunitário” por iniciativa de alguns moradores locais que souberam ver no turismo uma oportunidade (mesmo que ainda incipiente) de geração de renda.

3.4 Limites e Possibilidades do Ecoturismo de Base Comunitária na comunidade de Caruaru, ilha de Mosqueiro.

Entendemos que os limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária na comunidade de Caruaru já foram abordados ao longo deste item, contudo, a título de sistematização, vamos neste momento elencá-los para melhor identificação, e assim podermos contribuir, subsidiando um futuro processo de planejamento. Os limites correspondem às fraquezas e ameaças (“pontos negativos”) e as possibilidades correspondem às oportunidades e fortalezas (“pontos positivos”).

As possibilidades dizem respeito ao conjunto da oferta turística: são os recursos naturais e culturais, e os serviços de atendimento turístico que precisam ser substancialmente ampliados, capacitados e estruturados com ações de fomento e financiamento público para que sejam “convertidos” em recursos para o Ecoturismo de Base Comunitária. Entretanto, a título de fazermos uma proposta concreta e objetiva, propomos como possibilidades reais, a formatação de 2 produtos de Ecoturismo de base Comunitária em Caruaru; um com uma ênfase mais ecológica, outro com a ênfase cultural. Seriam os roteiros: **Natureza e Preservação do Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro**, onde os turistas além de conhecerem o cotidiano da comunidade, teriam acesso ao Parque, por meio de trilhas ecológicas monitoradas, onde teriam acesso há um leque de informações com intuito de promover a sensibilização e educação ambiental dos visitantes, contudo, para que isso fosse

possível, seria necessário desenvolver o Plano de Manejo do Parque e implantar seu processo de administração pública e gestão ambiental, com todos os recursos humanos, financeiros e materiais necessários; e o roteiro **Caruaru e a Cultura das Águas**, onde a ênfase seria dada a íntima relação que a comunidade tem com os rios, furos, baía e igarapés da região. Demonstrar seus hábitos, costumes e conhecimentos que têm associados às águas. Sua forma de se transportar pelos rios, a pesca e os conhecimentos associados a isso, as lendas e histórias ribeirinhas, os ofícios relacionados e seus “mestres de cultura”, visita aos olhos d’água com um trabalho de educação ambiental, alertando os visitantes para a problemática da gestão dos recursos hídricos na Amazônia.

A hospitalidade, o artesanato e uma relativa convivência em harmonia com o meio ambiente também são potencialidades que a comunidade de Caruaru possui.

A Festividade de Santa de Rosa de Lima, que já possui um apelo forte de caráter religioso, precisaria ser mais bem organizada, planejada e adequada ao EBC, mas já conta com um forte potencial para o Turismo Cultural Religioso.

Os limites talvez sejam os que precisem ser mais bem abordados nesse momento. As limitações mais contundentes, com certeza, são as dificuldades de transporte (o único modo de transporte para comunidade é o fluvial, mas o problema maior é falta de institucionalidade e regularidade do transporte público), deficiências em comunicação (a única forma de telefonia, ainda com má qualidade de sinal, é a celular), e a latente falta de entendimento, preparo e capacitação da comunidade para trabalhar com Ecoturismo de base Comunitária.

A falta de uma cultura associativista e comunitária também é uma forte limitação. Se a comunidade não consegue se organizar socialmente fica mais difícil demandar por melhorias em infraestrutura, gestão e políticas produtivas e sociais.

A questão fundiária é outra problemática. Essas comunidades ainda não foram regularizadas, o que sabemos ser, um grande empecilho para qualquer tipo de financiamento público e/ou privado de empreendimentos turísticos.

Uma grande fraqueza é a falta de um plano de manejo do Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro – PMIM. Na mesma medida em que este se constitui em uma forte oportunidade para a comunidade, isso também se torna uma fraqueza, pois assim (sem o plano), a comunidade (e sociedade em geral) fica sem poder usufruir dos serviços e benefícios ambientais que este poderia lhes proporcionar. Assim, tornar-se necessário desenvolver o Plano de Manejo do Parque Municipal da ilha da Mosqueiro, assim como, seu respectivo Conselho

Gestor, para que as comunidades de seu entorno possam ser inseridos no processo de gestão do PMIM, que envolve desde serem sensibilizados e capacitados sobre gestão ambiental, a integrarem o Conselho e poderem opinarem nos processos decisórios e apresentarem suas necessidade e demandas.

E de uma forma mais ampla, apontamos duas limitações para o desenvolvimento do Ecoturismo de base Comunitária em Caruaru: A falta de uma política nacional de fomento ao Turismo de base Comunitária (BURSZTYN, 2005), e a falta de regras e processos (um sistema) claros de acesso, promoção e comercialização de produtos de Turismo Comunitário no Brasil (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012).

Contudo, para que tal “possibilidade” de transformar os recursos naturais e culturais e os serviços de atendimento turístico disponíveis na comunidade em roteiros de Ecoturismo de Base Comunitária, e com isso, fazer com que a atividade turística venha a ser uma forma de proporcionar a melhoria na qualidade de vida da comunidade de Caruaru é necessário, antes de tudo, planeja-lo.

A vasta bibliografia existente, e da qual fizemos consulta (COELHO, 1999; CORIOLANO, 2003 e 2006; FIGUEIREDO, 1999, 1999b e 2008; KRIPPENDORF, 1989; LIMA, 2003; MOLINA, 2001; RODRIGUES, 1997; RUSCHMANN, 1997; TAVARES, 2009) dão conta dos impactos negativos que a atividade (eco) turística pode ocasionar em uma localidade, ser for realizada desorganizadamente; assim como apontam os possíveis impactos positivos que podem decorrer da atividade, se esta for objeto de um amplo, integrado e compartilhado processo de planejamento turístico.

Mas planeja-lo de uma forma que se considere as questões levantadas neste trabalho, de uma forma que este não se torne uma abstração (su) real dos técnicos, consultores e intelectuais, e sim uma construção real coletiva onde os movimentos sociais locais possam participar ativamente. Um processo que possibilite aos moradores locais momentos de formação e participação sociopolítica e de desenvolvimento de capacidades técnicas e profissionais para trabalharem com o Ecoturismo de base Comunitária.

Atendendo a essas questões, propomos²² um roteiro metodológico para o planejamento e gestão compartilhada do Ecoturismo de base Comunitária na comunidade de Caruaru.

²² Importante salientar que o roteiro metodológico proposto, constitui-se de um ensaio sobre o planejamento de ecoturismo de base comunitária na Amazônia, advindo de uma modesta trajetória profissional que tivemos nessa área, aliadas ao ferramental teórico-conceitual proporcionado pelo Mestrado em Geografia da UFPA. Dessa forma, ainda carece de uma experimentação *in locus* para sua validação no *plano da vida real*.

Contudo, como em nossa fundamentação também está a necessidade de se regular (esse seria o termo mais adequado) a relação das comunidades ribeirinhas do entorno do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro, com o mesmo, é que pensamos esta metodologia de uma forma que abrangesse o conjunto das 6 comunidades ribeirinhas²³ localizadas na zona de amortecimento do PMIM.

Dessa forma, o que propomos é um roteiro para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo de base Comunitária nas Comunidades Ribeirinhas do entorno do Parque Municipal da ilha de Mosqueiro, que chamamos de (projeto) AMAZONIAECOTUR.

Assim, o projeto AMAZONIAECOTUR – Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária do entorno do Parque Municipal da ilha de Mosqueiro, visa fomentar e realizar atividades de ecoturismo de base comunitária em comunidades ribeirinhas do entorno do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro mediante processo de planejamento e gestão participativa, capacitando profissionalmente as populações locais para gestão compartilhada e prestação de serviços em roteiros ecoturísticos concebidos e planejados junto com as comunidades; constituindo-se assim, das seguintes etapas²⁴:

1. Sensibilização para o Ecoturismo de base Comunitária

Realizar Seminário de Sensibilização Ecoturística (SEMSECOTUR): Os temas abordados serão Ecoturismo, Desenvolvimento Local e Sustentável e Meio ambiente, direcionado ao público em geral e específico da Ilha e das comunidades, atingindo aproximadamente 80 pessoas. (o seminário poderá ser realizado junto com parceiros do projeto, como UFPA, SEMA, SEMMA, BELEMTUR, PARATUR, SETUR, etc).

Realizar pesquisa preliminar para reconhecimento/identificação das lideranças comunitárias e de todos os segmentos sociais e empresariais que estiverem envolvidos com o processo de desenvolvimento do projeto. A pesquisa será feita por bolsistas de pesquisa auxiliados por pessoas das comunidades locais, a partir de preceitos da Pesquisa-ação participante, sendo envolvidos aproximadamente 6 bolsistas para identificação de 12 a 24 pessoas/lideranças comunitárias .

²³ A abrangência as 6 comunidades será no *plano ideal*, obviamente, ao longo do processo; alguma comunidade pode não ter (e deve ter a liberdade para isso) interesse no EBC, ou mesmo viabilidade e condições iniciais.

²⁴ Referenciais essenciais para a construção dessa metodologia foram: A21 (2004), Arocena (1995), Boo (1995), Coriolano (2006), Figueiredo (1999), Figueiredo *et al* (2008), Ibama (2001), Rodrigues (2003), Ruschmann (1997) , e WWF-Brasil (2003).

2. Instalação do Fórum de Desenvolvimento Local / Conselho Gestor do projeto: o Fórum será constituído basicamente daquelas lideranças comunitárias (ou pessoas das comunidades com esse perfil) selecionadas na sub-etapa anterior, e de outras pessoas que podem ser convidadas e motivadas a se integrarem, tais gestores públicos e/ou técnicos de órgãos governamentais ou de instituições de ensino e pesquisa, e também empresários e comerciantes da ilha de Mosqueiro, por exemplos.

Fortalecimento Institucional do Fórum: Capacitação em Fundamentos teórico-metodológicos sobre o desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia, através de estudo de “cases de sucesso” abordando os temas: Arranjo Produtivo Local – APL e Economia Solidária relacionadas ao Ecoturismo de base Comunitária. Com carga horária de 16 hs, envolvendo aproximadamente 30 pessoas.

Seleção de Agentes de Desenvolvimento do Ecoturismo no entorno do PMIM. Serão selecionados aproximadamente 10 agentes dentre aqueles participantes da sub-etapa anterior que se destacarem, demonstrarem interesse, capacidade de articulação, liderança e conhecimento do território. A intenção é que estes agentes recebam uma espécie de bolsa-trabalho para atuarem como Agentes de Desenvolvimento do Ecoturismo no entorno do PMIM. Os agentes auxiliarão os técnicos e consultores responsáveis pela implementação do Plano em todas as suas próximas etapas, sobretudo, no que diz respeito aos processos decisórios, e de comunicação e mobilização das comunidades.

3. Diagnóstico Participativo Local: Reconhecendo o nosso lugar.

Realizar Inventário e Diagnóstico da Oferta Turística, envolvendo 3 pesquisadores com carga horária de pesquisa de campo de 40 hs. e de pesquisa de gabinete/ reuniões de 24 hs.

Estudo de demanda, envolvendo 3 pesquisadores com carga horária de pesquisa de campo de 40 hs. e de pesquisa de gabinete/ reuniões de 24 hs.

4. Elaboração de Plano de Desenvolvimento Local: O ecoturismo como vetor de desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do entorno do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro – PMIM.

Construindo uma visão de futuro. Construir a visão de futuro é uma etapa fundamental do processo, dar-se-á através de uma reunião onde, através de metodologia específica, os

participantes são instigados a preverem sua vida, seu lugar e o seu desenvolvimento local em um horizonte de 10 anos. Mas não se trata de um sonho meramente utópico, essa visão é construída a partir da realidade vivida pela comunidade e sua efetiva participação para essas mudanças.

Identificar as potencialidades, vantagens, fraquezas e ameaças para o desenvolvimento da região. Dando continuidade ao processo compartilhado de planejamento, nesta etapa os participantes, auxiliados pelos facilitadores, buscarão identificar nas pesquisas (inventário e pesquisa de demanda) e na observação e análise sua própria realidade; seus pontos fortes e pontos fracos.

Identificar todos os APL's relacionados ao Ecoturismo, propondo processo de capacitação específico para o desenvolvimento de cada um deles (Artesanato, Gastronomia, Plantas Ornamentais, Ervas e Medicina artesanal, Agricultura e pesca de subsistência, etc.). Um vez identificados suas potencialidades e vantagens, de uma forma participativa, levantamos quais desses pontos fortes podem ser convertidos em APL's ou negócios comunitários, propondo processo de capacitação específicos para seu desenvolvimento.

Oficina de Elaboração de Roteiros de Ecoturismo de base Comunitária (abordagem esquemática, mercadológica, e teste do roteiro): esta é uma etapa fundamental. Uma das mais relevantes peças técnicas deste Plano são os roteiros de ecoturismo de base comunitária identificados, analisados, planejados e testados, prontos para serem colocados a disposição no mercado como produtos ecoturísticos. Para tanto, também desenvolvemos um roteiro metodológico, que vimos utilizando em algumas oficinas e consultorias que já prestamos nesta área, mas que não convém nesse momento detalha-la.

5. Elaboração da Agenda de Desenvolvimento do Ecoturismo no entorno do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro.

Realizar reuniões com objetivo de definir os APL's prioritários para o desenvolvimento, estabelecer as prioridades e pactuar metas para que estes se tornem operativos;

Estabelecer reuniões de trabalho, constituindo Grupos de Trabalho – GT's que vão se encarregar de administrar a execução dos roteiros ecoturísticos nas comunidades, ou seja, criar grupos com responsabilidades de Transporte, de Recepção, de Hospedagem e Alimentação, de Programação, etc. Esses grupos serão responsáveis pela gestão do ecoturismo de base comunitária nas comunidades;

Construir a Agenda e divulgá-la, com o intuito de estabelecer contatos com reais e potenciais parceiros para o projeto, pessoas e/ou instituições que possam colaborar na consecução de seus objetivos. Isso fortalece os laços de confiança, respeito, compromisso e cooperação fomentados até então, como também, possibilita o surgimento de uma “rede social de apoio” ao projeto.

6) Capacitação em Ecoturismo de base Comunitária – A formação profissional na bola da vez: os Mini-cursos e Oficinas-escolas poderão ser realizadas com o apoio de parceiros do projeto, tais como PARATUR, SETUR, BELEMTUR, SEBRAE, UFPA, dentre outros possíveis. A diferença entre mini-cursos e oficinas-escolas estão em seus planos de formação; o primeiro tem uma abordagem mais teórica, e o segundo tem uma finalidade mais prática.

Realizar mini-cursos sobre “Ecoturismo, Patrimônio e Meio ambiente”, “Empreendedorismo e Marketing Pessoal”, “Práticas de Educação Ambiental”, “Hospitalidade”, e etc.

Realizar Oficinas-escola de “Culinária regional”, “Qualidade no atendimento”, “Condução em Trilhas Ecológicas”, “Narração de Estórias e Lendas Amazônicas”, “Gestão de Empreendimentos Ecoturísticos”, e etc.

7) Monitoramento e Avaliação do projeto: o monitoramento é realizado ao longo da implementação das ações pelos técnicos e consultores, por meio de observação e avaliação sistemática dos processos, como também pela aplicação de formulários de monitoramento; e a avaliação é feita ao final de cada etapa, por meio de reuniões de avaliação com presença de todos os participantes (consultores e técnicos, Forum, Agentes, e etc), e da aplicação de formulários de avaliação.

Assim, esperamos ter contribuído para a identificação dos limites e possibilidades do Ecoturismo de base Comunitária em Caruaru, que ao final desse trabalho percebemos serem grandiosos (tantos os limites, quanto as possibilidades de desenvolvimento). Confirmamos nossa hipótese de que a caracterização e análise das práticas territoriais e das territorialidades engendradas por seus moradores seriam essencial para sua compreensão, e assim podermos, dar nossa contribuição este processo, com esta proposta de planejamento do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 2 anos de pesquisas vimos que o Ecoturismo de base Comunitária não se resume a “mais uma” forma de fazer turismo, ou como comumente encontramos na literatura especializada, um segmento turístico; este pode se tornar uma outra forma de fazer turismo, que poderia se contrapor ao turismo convencional que se encontra em processo crescente de massificação, estagnado justamente o que lhe deveria ser de mais valioso, que são os recursos naturais e culturais de cada local, ou como argumentamos neste trabalho, de cada sítio.

Fundamentar o Ecoturismo de base Comunitária a partir da teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (ZAOUAL, 2009 e 2010), na perspectiva de um Turismo Situado de Base Comunitária pode contribuir para imprimir-lhe um arcabouço teórico-conceitual próprio que tanto lhe faz falta.

O intercâmbio intercultural, o sentimento de proximidade, a auto-gestão, a organização comunitária, a hospitalidade, e a preservação ambiental e cultural discutidos neste trabalho como características do Turismo Situado (ZAOUAL, 2009) , podem tranquilamente serem percebidas também nas experiências de EBC apresentadas, diferenciando-o nessa vastidão de formas de se praticar turismo; ao mesmo tempo que pode suplantar a fugacidade utilitarista comum ao turismo de massa, qualificando-o e mostrando que é possível se fazer um turismo onde as trocas de valores não são o único objetivo, onde também há um troca de experiências e sentimentos, onde a partida de volta a residência²⁵ não é o que plenamente caracteriza essa prática, e sim, a chegada, o “encontro”.

As concepções de território, territorialidades e regionalização em Geografia mostraram-se essenciais para a compreensão do turismo convencional fomentado no Brasil, em particular do turismo fomentado pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT e pela política estadual de turismo no polo Turístico de Belém (respondendo assim, à primeira questão). Um turismo expressamente seletivo (de territórios e de investimentos) e funcional, que prioriza os (poucos e ainda insuficientes) investimentos em quantificação de fixos (mais vias de tráfego, mais pontos de embarque/desembarque, mais financiamento para hotéis, mais infraestrutura para realização de eventos, e etc.), em detrimento de investimentos em qualificação de fluxos (qualificação do sistema de informação e comunicação, capacitação

²⁵ Algo muito comum nos conceitos sobre turismo, e caracterizador da atividade é “o **retorno** ao local habitual de residência”.

profissional, investimentos em formas de gestão compartilhada, etc). Um turismo massivo vocacionado ao chamado Turismo de Negócios e Eventos, que tem como seu principal argumento proporcionar um atendimento turístico aos participantes de eventos técnico-científicos e culturais que chegam a Belém. A questão é que ao se definir, por meio da política de turismo vigente, este segmento como o prioritário, toda forma de investimento público e privado fica direcionado para este fim, e com isso, se subestima todo um potencial de recursos naturais e culturais existente no município, sobretudo, em sua porção insular, que poderiam ser empregados no desenvolvimento local de nossas comunidades, por meio do Ecoturismo de base Comunitária.

Os investimentos são direcionados para a reforma e ampliação da infraestrutura de apoio ao turismo na área centro-urbano da cidade (onde ocorre os eventos, obviamente), enquanto a população da área periférica-insular espera por essas melhorias básicas à cidadania e à qualidade de vida, tais como, benfeitorias em saneamento, transporte público, saúde, e segurança, por exemplo; ou seja, o turismo fomentado no Pólo Turístico de Belém não tem o direcionamento de justiça social e ambiental e combate a pobreza (tal como expresso no Programa de Regionalização do Turismo), e sim, acaba por concentrar investimentos e renda, selecionando territórios e beneficiados, onde estes, com certeza, não são as comunidades locais já marginalizadas do município de Belém.

Essa assertiva torna-nos mais real quando focamos nossa atenção à ilha de Mosqueiro. Apesar de todo seu potencial de recursos naturais e culturais, pouco se tem feito para diversificar a oferta turística da ilha; onde o que se tem ofertado é o tradicional “sol e praia”, comumente associado ao turismo de segunda residência. Comunidades ribeirinhas da ilha, como o Caruaru passam ainda mais ao largo desse processo; não têm mínimas condições de se inserem em um processo de oferta, promoção e comercialização de produtos de turismo de negócios e eventos (primeiro, por desconhecerem totalmente do que se trata, segundo porque não há o menor interesse político dos gestores públicos em fazerem isso).

O fomento ao Ecoturismo de base Comunitária na comunidade de Caruaru poderia ser um boa oportunidade de diversificar a oferta turística para o turista de negócios e eventos (aumentando seu tempo de estadia na cidade), assim como, de implementar em Belém (e na ilha de Mosqueiro) uma diretriz básica do Política Nacional de Turismo, que é a distribuição de renda e o combate a pobreza (CORIOLANO, 2006).

Dito de outra forma (e respondendo a segunda questão): o processo de turistificação

da ilha de Mosqueiro, se deu a partir do consumo do turismo massivo de Sol e Praia e de segunda Residência; e mais especificamente na comunidade de Caruaru, ocorreu inicialmente a partir do mesmo “argumento” (Sol e Praia e segunda Residência), mas com aqueles visitantes e/ou turistas que desejavam uma “alternativa”, e com isso, buscavam essas opções de “passeios” feitos por agentes de viagens e turismo e hoteleiros da sede de Belém e da ilha de Mosqueiro, concomitantemente a isso, ocorre um fomento “publico-estatal” com iniciativas como a Trilha Olhos D’água e com a “passagem” do PROECOTUR pela ilha, e mais recentemente, o que podemos chamar de um “incentivo privado-comunitário”, com iniciativas isoladas de alguns comunitários em continuarem a tentar fazer do turismo e lazer ecológico (para inda não falar de Ecoturismo de base Comunitária) uma alternativa real de geração de renda e melhoria de qualidade de vida.

Mas para superar as dificuldades (ou limitações, como denominamos neste trabalho, e assim respondermos a terceira questão) de falta de transporte regular para a comunidade, de ineficiência de comunicação, de ausência de uma cultura associativa e comunitária, de falta de regularização fundiária da comunidade, e de inexistência do Plano de Manejo do PMIM; há de se superar, primeiro, uma que é fundamental: a falta de vontade política para tornar a possibilidade de desenvolvimento, por meio do EBC, uma realidade para essas comunidades ribeirinhas. Essa é uma problemática visceral das políticas de desenvolvimento implementadas até hoje no país; pois para que isso, de fato ocorresse, haveria ter uma inversão na lógica do desenvolvimento. Nessa condição, o desenvolvimento haveria de buscar o estado pleno de participação política e democracia; esta, a democracia haveria de ser então, não uma causa, mas sim a consequência do desenvolvimento. Em suma, a organização social possibilita a real participação política (exercício pleno da democracia em nossa sociedade), que leva assim, ao desenvolvimento (BECKER, 2008).

Todavia, isso não acontecerá como por um passe de mágica. Os movimentos sociais locais (quase sempre, articulados a uma rede social e política regional, nacional e internacional), serão fundamentais para dar esse movimento “político ao desenvolvimento”, contrapondo-se ao poder econômico e político regional e transnacional que faz o “movimento hegemônico” dentro desse processo. Nessa perspectiva os movimentos sociais locais (leia-se em nossa realidade: comunidades ribeirinhas organizadas) serão o contra-movimento, a antítese, a reação socioambiental, é o movimento de dentro para fora, contrapondo-se ao movimento de transnacionalização, de fora para dentro, determinados pelos interesses econômico-corporativos, multinacionais, multissetoriais e multifuncionais. (BECKER, 2008).

Para a autora (BECKER, 2008) este seria o genuíno “processo de regionalização”. Isto é o que esperávamos de uma política nacional de “regionalização do turismo”.

Uma política de regionalização do turismo que considere, de fato, os preceitos e definições do conceito geográfico de regionalização, as práticas territoriais e as territorialidades das comunidades locais como algo importante desse processo, e que seja verdadeiramente uma política de distribuição equitativa de renda e de combate à pobreza no Brasil.

Dessa forma, com este trabalho esperamos contribuir para o enriquecimento acadêmico sobre os temas abordados, como também (em um futuro próximo, esperamos) para o bem-estar dos moradores da comunidade de Caruaru na ilha de Mosqueiro.

REFERÊNCIAS

A21. Agenda 21 local: orientações metodológicas para construção e avaliação (Orgs. Ângela Kuster, Klaus Hermanns, Paulo César Arns) – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

AMIN, Samir. *A Lei do Valor e o Materialismo Histórico*. Lisboa: Edições 70, 1978.

AROCENA, José. *El Desarrollo Local: un desafío contemporáneo*. Centro Latinoamericano de Economía Humana – CLAEH. Universidad Católica Del Uruguay. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995.

BAGAGEM. Projeto Bagagem. Turismo Comunitário: uma experiência de Turismo e Conservação em Silves (AM). Cartilha da Série TURÍSOL de Metodologias no Turismo Comunitário. São Paulo: Museu da Pessoa, 2010.

BARRETO, M. Planejamento e Organização do turismo. Campinas: Papirus, 1991.

BARRETO, M. As Ciências Sociais aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, C; BRUHNS, H. T; LUCHIARI, M. T. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido de Proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. (orgs). *Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

BECKER, B. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 1, Nº 01, 2001.

BECKER, D. F. A Economia Política do (Des) Envolvimento Regional Contemporâneo. In: BECKER, D; WITTMANN, M. (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BENI, M. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Manole, 1998.

BENKO, G. Economia urbana e regional na virada do século. In: RIBEIRO, M. T. F; MILANI, R.S. (Orgs). *Compreendendo a Complexidade Socioespacial Contemporânea*. Salvador: EDUFPA, 2009.

BOO, Elizabeth. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 1995.

BOULLON, R. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1986.

BRANDÃO, E.J; CONCEIÇÃO, M.F.C; LÍRIO, A; MANESCHY, M. C. A. Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no arquipélago de Belém: o caso das comunidades rurais do

entrono do parque municipal da ilha do Mosqueiro. In: ARAGÓN, L. (Org.) Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônico. Belém: UFPA/NAEA, 2004. p. 215 – 248.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais. In: RIBEIRO, M. T. F; MILANI, R.S. (Orgs). Compreendendo a Complexidade Socioespacial Contemporânea. Salvador: EDUFPA, 2009.

BRASIL/MNISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 2004.

BRASIL/MNISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo. Brasília, 2007.

BRASIL/MNISTÉRIO DO TURISMO. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Relatório BRASIL. Brasília, 2008.

BRASIL/MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas – CGPE. Dinâmica e diversidade do Turismo de base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília, 2010a. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br> > Acessado em 28 de outubro de 2010.

BURSZTYN, I. Políticas Públicas de Turismo visando a Inclusão Social. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado).

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de Desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária: desafios, potencialidade e perspectivas. Sustentabilidade em Debate – Brasília, v. 3, n. 1, p. 97 – 116, 2012.

CASTRO, Edna. Dinâmica Socioeconômica e Desmatamento na Amazônia. Novos Cadernos do NAEA. v 8, n 2, p. 5-39. UFPA, 2005.

CIFUENTES, Miguel. *Determinación de capacidad de carga turística em áreas protegidas*. Serie técnica. Informe técnico n° 194. CATIE. Turrialba. Costa Rica, 1992.

COELHO, M.C.N; COTA, R. G. Desenvolvimento, meio ambiente e Amazônia: uma revisão crítica. In: TEISSERENC, P. *et al* (Orgs). Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

COELHO, M. C. N. Reflexões sobre o Ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999.

COHENCA, D. Evolução Anual de desmatamentos na Floresta Nacional do Tapajós de 1997 a 2005. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 6653-6660.

CONDURÚ, M. T. Elaboração de trabalhos científicos – normas, critérios e procedimentos. Belém: NUMA.UFPA, EDUFPA, 2006.

CORDEIRO, A. (Coord.). Floresta Nacional do Tapajós - Plano de Manejo. Belterra: IBAMA, 2004. 373 p. v. I- Informações Gerais. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/flona_tapajos>. Acesso em: 20 fevereiro de 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os Limites do Desenvolvimento e do Turismo. In: CORIOLOANO, L. Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local. Fortaleza: FUNECE, 2003.

CORIOLOANO, L. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L; LIMA, L. (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, L; SILVA, S. Turismo e Geografia: Abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.

CORIOLOANO, L. O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, E. História de Belém. Belém: UFPA, 1973.

CRUZ, R. Política de Turismo e Território. São Paulo: Contexto, 2002.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília, 1994.

FERREIRA, C.A.C; BORDALO, C.A.L. Os desafios do Saneamento Básico na ilha de Caratateua (Belém – Pará). Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre: ANG, 2010.

FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. Mecanismos de Participação popular em Turismo: a experiência de Belém do Pará. In: CORIOLOANO, L. (Org.). Turismo com Ética. Fortaleza: UECE, 1998.

FIGUEIREDO, S. Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO, S. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Alternativa de desenvolvimento para a Amazônia? In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999b.

FIGUEIREDO, S. Ensaio Sobre a Viagem. In: BAHL, Miguel (Org.). Turismo, enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Rocca, 2003. p. 93-110.

FIGUEIREDO, S. MANHI, C. Análise Comparativa de Paisagem em Turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina (Org.). Planejamento turístico. São Paulo: Ed. Manole, 2006.

FIGUEIREDO, S. *et al.* Estudos de Planejamento Turístico do Parque Andorinhas. In: GORAYEB, Paulo. (org). Pesquisas no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas. Belém: EDUFPA, 2008.

FIGUEIREDO, S. Espaços de Cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. (Org.). Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional. Belém: NAEA, 2008.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial nas Políticas Públicas brasileiras de Turismo: as possibilidades das Redes Regionais de Turismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. (Tese de Doutorado).

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. p.6774 – 6792. Março. 2005.

HAESBAERT, R. Regional-Global – Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

HALL, C. M. Planejamento Turístico: Políticas, processos e planejamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HILHORST, J. G. M. Planejamento Regional: enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973.

IBAMA. Roteiro Metodológico para a gestão de Área de Proteção Ambiental – APA. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D.G; BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

LA TORRE, O. *El Turismo: Fenómeno Social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, I. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: SANTOS, M. *et al.* Território, territórios. Ensaio sobre ordenamento territorial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Dp&A Editora. PPGEU/UFF. Coleção Espaço, Território e Paisagem, 2006.

LIMA, M. L. C. (Eco) turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A. Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites. São Paulo: Contexto, 2003.

LOBATO, A. S. O Turismo de base Comunitária na Vila do Pesqueiro, município de Soure, Ilha do Marajó – Pará. Relatório Parcial do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Belém: UFPA, 2011.

LOUREIRO, V. R. Elementos de uma Epistemologia para as Ciências Humanas e Sociais (Texto Didático para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS). Belém: UFPA, 2011.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: Estado – homem – natureza. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2004.

LUKÁCS, G. Ontologia do Ser Social. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARCUSE, H. Materialismo Histórico e Existência. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1968.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Vol. 2). Tradução: Conceição Jardim/ Eduardo Lucio Nogueira. 2ª Ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1978.

MIELKE, E.J.C. Desenvolvimento Turístico de base Comunitaria: uma abordagem prática e sustentável. Campinas, SP: Ed. Alinea, 2009.

MIRANDA NETO, M. J. A Crise do Planejamento. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1981.

MIRANDA NETO, M. J. O dilema da Amazônia. Belém: CEJUP, 1986.

MMA/ SCA/ PROECOTUR. Ecoturismo: Visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. Brasília, 2011. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/> >. Acessado em: 13 de fevereiro de 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Reserva Extrativista Marinha de Soure. Brasília, 2011. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/> >. Acessado em: 20 de abril de 2011.

MOESCH, M. Turismo e Lazer: Conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N.C. Formação e desenvolvimento de pessoal em Lazer e Esporte. Campinas: Papyrus, 2003.

MOLINA, S. Turismo e Ecologia. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORIN, Edgar. *La epistemología de la complejidad*. Paris: CNRS, Gazeta de Antropologia, 2004.

NÓBREGA, W. Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

NOSSO PARÁ. Revista Nosso Pará: edição Especial. Belém: Agência VER Editora, 1998.

PARATUR. Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. Belém, 2001.

PEREIRA, E; FIGUEIREDO, S. Arqueologia e Turismo na Amazônia: Problemas e perspectivas. In: Cadernos do LEPAARQ – Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, vol. II. n.3, 2005.

PIRES, P. S. A base Ecológica das Paisagens Naturais do Brasil: Um aporte metodológico ao inventário da oferta turística. In: CORIOLANO, L; LIMA, L. (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. Relatório Preliminar de Inventário Florístico e Fausnístico do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro – PMIM. Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola-Bosque Eidorfe Moreira, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. Formas de apropriação e uso do território. Belém: PMB/Segep/Funpapa, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. Anuário estatístico do Município de Belém – 2010. Belém: PMB/Segep, 2010.

QUEIROZ, J. S. Ecoturismo de base Comunitária na Amazônia Oriental: o caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2011.

REJOWSKI, M. *et al.* Desenvolvimento do turismo moderno. In: REJOWSKI, M (Org). Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, A. Turismo e Espaço: rumo ao Conhecimento Transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. Ecoturismo – Limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, C. Na safra do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

ROSÁRIO, B.A. Possibilidades e Limites do Turismo de Base Comunitária no município de Soure, ilha de Marajó – PA. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre: ANG, 2010.

RUSCHMANN, Doris. Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986.

SALES, G.M. Ecologia da Paisagem da ilha de Mosqueiro, NE do Estado do Pará. Belém: UFPA/CG, 2005. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, R; SOUZA, A. Políticas Públicas de Emprego Urbano em Belém: A inserção de trabalhadores em Cooperativas Populares. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Fortaleza, 2006.

SANTOS, R; TRINDADE, J. Uma análise evolutiva da renda para região metropolitana de Belém na década de 90: Um estudo comparativo das PNAD's de 1992/ 1999. Revista Científica da UFPA. Vol. 3, Mar. 2002.

SAQUET, M.A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M.A; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e Identidade: um Patrimônio no Desenvolvimento Territorial. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, vol. 1, 2009.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A; SPOSITO, E.S (Orgs). Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas. Belém: EDUFPA, 2009.

SARGES, M. N. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1920). 3ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHÄRER, R. O Turismo Sustentável na Prainha do Canto Verde. In: CORIOLANO, L. Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local. Fortaleza: FUNECE, 2003.

SCHÄRER, R. Turismo, Território e Especulação Imobiliária. Palestra proferida no I Forum Global sobre Turismo Sustentável – Forum Social Mundial Amazônia/ FSM AMAZONIA 2009.

SEPOF/IDESP. Santarém: Estatística Municipal. Belém, 2011.

SILVA, S. B. M. Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: Uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, L; LIMA, L. (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SILVA, A.C.S. Representações Sociais sobre o Patrimônio Histórico e Cultural de Belém (PA): estudo de caso sobre a Igreja das Mercês e seu entorno. In: FIGUEIREDO, S. (org.) Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional. Belém: NAEA, 2008.

SILVEIRA, E. Multiculturalismo versus Interculturalismo. Desenvolvimento em Questão. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Vol. 6, N. 12, 2008. p. 63 – 86.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M.J.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L (Orgs). Geografia: conceito e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, E.S. Redes e Cidades. São Paulo: Ed. UNESP, 2008

SILVA, S. B. M. Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: Uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, L; LIMA, L. (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SILVA, K; RAMIRO, R; TEIXEIRA, B. Fomento ao Turismo de base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D.G; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

SUDAM. Plano de Turismo da Amazônia – 1992/1995. Belém, 1992d.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Políticas Públicas, Turismo e Desenvolvimento Local na orla da Ilha de Mosqueiro. III Encontro da ANPPAS. Brasília – DF, 2006.

TAVARES, M. G. C. Turismo e Desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas reflexões sobre o arquipélago do Marajó. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D.G; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

TELES, R. M. S. A importância do território na prática do planejamento turístico – Reflexões acerca do Brasil. In: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina (Org.). Planejamento turístico. São Paulo: Ed. Manole, 2006.

TRINDADE JR, S. C; TAVARES, M. G. (Orgs). Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.pp. 15-48.

UFPA/CSE/FADESP. Curso de Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional – PLANEAR III. Belém: UFPA, 2006.pp.5-59.

VARELLA, J. Amazônia Latina e a Terra sem Mal. Belém, Pará: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

VEM. Projeto VEM – Viagem Encontrando o Marajó. Nossa proposta. Disponível em < <http://www.vem.org.br> >. Acessado em 2 de maio de 2011.

WEARING, S; NEIL, J. Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.

WESTERN, D. Definindo Ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald (org.). Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão. São Paulo: Ed. SENAC, 1995.

WWF–Brasil. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF – Brasil, 2003.

WWF – Brasil. Ecoturismo integrado ao manejo de várzea em Silves (AM). Brasília: WWF – Brasil, 2004. Disponível em < <http://www.wwf.org.br> > . Acesso em 23 de abril de 2004.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições ? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D.G; BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

ZAOUAL, H. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. Rio de Janeiro: OIKOS, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista (questionário semi-estruturado) moradores da comunidade de Caruaru

Nome:

Idade:

Ocupação/função (como você trabalha/ se sustenta) :

formação escolar:

1. Você tem algum envolvimento/participação com o turismo e o lazer aqui em Caruaru ?
Como é esse envolvimento/participação ?
2. Você tem conhecimento se algum órgão publico investe no turismo e lazer aqui em Caruaru ?
? Como se dá esse investimento ? Quais são as ações públicas ?
3. Que tipo de ganho você tem ? (econômico, material, cultural, institucional,etc)
- 4 Se você não participa, como você acha que poderia participar ?
5. Qual é a potencialidade que você pode desenvolver para isso?
6. Como você pode colaborar ?
- 7.Quais atividades/serviços você poderia desenvolver ?
- 8.O que você gostaria de aprender para poder trabalhar no turismo e lazer aqui em Caruaru
9. Qual o período/mês/evento, Caruaru tem mais turistas/visitantes ?
- 10.Você sabe o que é Ecoturismo de base Comunitária ?

11. Sabe como desenvolver isso aqui na sua comunidade ?
12. Você acha que isso é possível ? por que ?
13. O você acha que seria preciso fazer para que Ecoturismo de base comunitária fosse uma realidade em sua comunidade ?
14. Como se dá a organização social em sua comunidade? Existe alguma associação ?
15. Qual o nível ensino disponível em sua comunidade ?
16. quais os serviços públicos básicos disponíveis em sua comunidade ? (água, energia elétrica, saneamento básico, telefonia, internet, etc)
17. O que Caruaru tem, de concreto, a oferecer para os turistas e visitantes ?
18. O que Caruaru tem, de potencial, a oferecer para os turistas e visitantes ?
19. Quais são os órgãos públicos que tem alguma atividade/ ação aqui em Caruaru?
20. Quais são programas sociais (em nível nacional, estadual, e municipal) que sejam até Caruaru ?
21. Na sua sua opinião , qual é a maior carência/necessidade em Caruaru ?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista (questionário semi-estruturado) turista/visitante da Comunidade de Caruaru/Ilha de Mosqueiro

Nome:

Idade:

Ocupação/profissão:

formação/nível de escolaridade:

1. Como você tomou conhecimento sobre a Ilha de Mosqueiro ?
2. O que você mais gostou na Ilha de Mosqueiro ?
3. O que você menos gostou na Ilha de Mosqueiro ?
4. Como tomou conhecimento da Comunidade de Caruaru ?
5. que você mais gostou na comunidade de Caruaru ?
6. que você menos gostou na comunidade de Caruaru ?
7. Quais as atividades de turismo e lazer que você desenvolve aqui em Caruaru ?
8. Você sabia que Caruaru esta muito proximo a um parque ambiental, o Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro ?
9. O que você acha então que poderia ser feito de turismo e lazer nesse parque ?
10. Você sabe o que é Ecoturismo de base Comunitária ?
11. Você acha que isso é viável em Caruaru ?
12. Por que ?
13. Você recomendaria a visita a Caruaru a alguém ?
14. Por que ?
15. Qual seria a sua principal motivação para isso ?